

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

RAFAEL DE SOUZA BERTANTE

**UM OLHAR SOBRE A SOCIABILIDADE ITALIANA EM JUIZ DE FORA:
ITALIANOS MAÇONS E A “UNIONE ITALIANA BENSO DI CAVOUR”**

Juiz de Fora

2017

RAFAEL DE SOUZA BERTANTE

**UM OLHAR SOBRE A SOCIABILIDADE ITALIANA EM JUIZ DE FORA:
ITALIANOS MAÇONS E A “UNIONE ITALIANA BENSO DI CAVOUR”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, linha de pesquisa “Narrativas, Imagens e Sociabilidade”, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Olender

Juiz de Fora

2017

RAFAEL DE SOUZA BERTANTE

Um olhar sobre a sociabilidade italiana em Juiz de Fora: Italianos maçons e a “Unione Italiana Benso di Cavour”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História. Linha de pesquisa: Narrativas, Imagens e Sociabilidade.

Aprovada em 15 de março de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Olender - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Ronaldo Pereira Jesus
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Antonio de Ruggiero
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

*“It's the eye of the tiger
It's the thrill of the fight”*

Survivor.

AGRADECIMENTOS

Algo extremamente complexo é tentar transformar o sentido de gratidão em palavras. A execução deste trabalho não foi uma tarefa fácil, mas tornou-se possível de realização, pois não estávamos sós. Agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora, à CAPES e a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História, que tanto me engrandeceram academicamente. Agradeço a todos os Lapistas (estudantes e professores do Laboratório de Patrimônio Culturais - LAPA), pelas várias oportunidades para desenvolver projetos e eventos, dentro e fora da Universidade.

Em especial, agradecer ao meu orientador, Dr. Marcos Olender, que, mais que um orientador, foi um grande amigo por todo esse tempo e pelo tempo que virá. Sempre apresentou soluções para os problemas que eu pensava já não terem mais saídas. Nossa caminhada iniciou-se em 2011 através de uma pesquisa de iniciação científica, que se dedicava a estudar a imigração italiana na cidade de Juiz de Fora. Rapidamente, o interesse pelo assunto despertou e rendeu vários trabalhos apresentados e até premiados. Obrigado Marcos, por ter me apoiado nesta pesquisa, pelo incentivo em participar de eventos, pelas orientações, por todos esclarecimentos e, principalmente, pela sua atenção e disponibilidade. Não posso deixar de mencionar, aqui, a Mônica, sua esposa, sempre cordial e paciente com nossa pesquisa. Agradeço também aos professores, Dr. Ronaldo e Dr. Antonio, por terem aceitado participar da minha qualificação e por terem aceitado participar da banca de defesa, todas as contribuições foram extremamente enriquecedoras. Obrigado!

Novamente, as palavras são pequenas para expressar todo apoio, paciência e dedicação empenhados pela minha família para que eu pudesse concretizar esta pesquisa. Maria Aurora e Domiciano foram, e são, a base de tudo conquistado até aqui, são meus maiores exemplos, o casal que virou um e formou o meu porto seguro. À Ana Carolina, meu amor, minha noiva e minha futura esposa, obrigado pela compressão em todos os momentos que precisei me ausentar para me dedicar ao trabalho, a sua amizade, o seu amor e a sua confiança fizeram toda diferença durante esses anos. Amo você!

Agradeço também a todos os amigos da História, mas em especial ao Vitor, à Shirley, ao Fábio e ao Filipe, desde o primeiro período, sempre arranjamos desculpas e motivos para estarmos juntos, nem que fosse por conta de mudanças. Ao Bruno que, mesmo terminando a sua faculdade no momento em que eu estava iniciando a minha, não poupou esforços para me aconselhar acadêmica e pessoalmente, um grande amigo, assim como sua noiva, Aline,

sempre com ideias criativas e um pouco de francês para ensinar. Agradeço à Lucínia Scanapieco pela sua imensa gentileza e pelo seu constante esforço em manter viva parte da memória sobre a imigração italiana da cidade. Também agradeço aos senhores Egidio, Boanerges, Walter, Pedro e Wilson, que se dispuseram por horas a me explicar sobre sua sociabilidade, como também agradeço à loja Benso di Cavour e Fidelidade Mineira, pelas informações cedidas. Agradeço ainda aos Redentoristas, por toda compressão nos momentos em que precisei me ausentar para me dedicar a este trabalho, em especial aos padres Américo, Flávio e Vicente, que sempre me incentivaram a continuar nessa caminhada.

Poderia escrever mais diversas páginas agradecendo a todas as pessoas que tanto me apoiaram nessa empreitada, como a Camila, o Taffarel, a Brenda, a Roberta, a Andrea, a Ana, o Narciso, o Wallace, o José, mas faltaria espaço. Enfim, agradeço a todos que fizeram e fazem parte da minha vida, e que, de certa forma, tornaram-se essenciais e muito contribuíram para a realização deste trabalho. A todos vocês, o meu obrigado!

RESUMO

Este trabalho pretende analisar as formas de sociabilidade desenvolvidas entre os imigrantes italianos do município de Juiz de Fora, durante as duas primeiras décadas do século XX. O momento em destaque está inserido em um contexto de crescimento e desenvolvimento urbano, industrial e arquitetônico, vivido pela cidade desde os fins do século XIX, fatores que provavelmente a tornaram atrativa para os imigrantes, na maioria italianos e nos que já tinham uma profissão definida. Logo após a chegada dessas pessoas à cidade, notamos um aumento na procura por formas associativas, que, em sua maioria, traziam em sua essência, o amparo aos que necessitavam mas também possibilitavam a criação de espaços de lazer e de relações sociais. Entre os grupos de italianos formados em Juiz de Fora, a “*Unione Italiana Benso di Cavour*” nos chamou mais a atenção. Essa sociedade era formada exclusivamente por italianos e se diferenciava das demais associações devido ao seu caráter maçônico. O grupo foi fundado por vinte e dois imigrantes que também estiveram envolvidos de alguma forma com o comércio e/ou com o crescimento urbano de Juiz de Fora. O recorte temporal irá abarcar o ano de inauguração da loja maçônica, 1902, até o ano de 1925, quando ela passa a aceitar como membros homens de outras nacionalidades. Para apoiar a pesquisa, usaremos o estatuto da loja, documentos e livros que retratam alguns dos passos desses imigrantes na cidade e nos meios de sociabilidade em que estavam inseridos, além da leitura de periódicos da época, procurando observar como os membros desse grupo estavam sendo noticiados na cidade. Assim, pretende-se notar como se desenvolveu a sociabilidade entre esses homens, como formavam suas redes de amizade e o quanto a loja pode ter influenciado ou não para o desenvolvimento das atividades desses italianos em Juiz de Fora.

PALAVRAS-CHAVE: Sociabilidade. Imigração. Italiana. Juiz de Fora.

ABSTRACT

This work aims to analyze the forms of sociability developed among the Italian immigrants of the municipality of Juiz de Fora, during the first two decades of the twentieth century. The highlight of this moment is a context of urban, industrial and architectural growth and development that the city experienced since the end of the 19th century, factors that probably made it attractive to the immigrants, mostly Italians who already had a defined profession. Soon after the arrival of these people in the city, we noticed an increase in the search for associative forms, which, in their majority, brought in the essence, the support to those who needed, but also made possible the creation of spaces of leisure and social relations. Among the groups of Italians trained in Juiz de Fora, the "Unione Italiana Benso di Cavour", caught our attention. This society was formed exclusively by Italians and was different from the other associations, due to its Masonic character. The group was founded by twenty-two immigrants who were also involved in some way with the commerce and/or urban growth of Juiz de Fora. The time cut will cover the inauguration year of the Masonic lodge, 1902, until the year 1925, when it begins to accept as members, men not born in Italy. To support the research, we will use store statute, documents and books that depict some of the steps of these immigrants in the city and the means of sociability in which they were inserted, as well as the reading of periodicals of the time, trying to observe, as the members of this group were being reported in the city. Thus it is intended to note how the sociability between these men developed, how they formed their networks of friendship and how much the store may have influenced or not for the development of the activities of these Italians in Juiz de Fora.

KEYWORDS: Sociability. Immigration. Italian. Juiz de Fora.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: A GRANDE IMIGRAÇÃO ITALIANA CHEGA ATÉ A CIDADE DE JUIZ DE FORA	15
1.1. Em Minas tão diversa, vemos no passado uma Juiz de Fora tão Moderna.....	15
1.2. Se falta mão de obra, traga o trabalhador europeu.....	18
1.3. Italianos e a procura por novas formas de viver.....	29
1.4 O estabelecimento dos imigrantes em Juiz de Fora e o mito do empreendedorismo...38	
1.4.1 Os italianos empreendedores de Juiz de Fora.....	41
1.4.2 Os italianos que buscavam a naturalização brasileira.....	44
CAPÍTULO 2: IMIGRANTES ITALIANOS E SUAS ASSOCIAÇÕES.....	47
2.1. As Formas Associativas.....	47
2.2. As associações italianas em Juiz de Fora.....	55
CAPÍTULO 3: UM OLHAR SOBRE A SOCIABILIDADE ITALIANA.....	68
3.1. A Maçonaria como forma de sociabilidade.....	68
3.2. A Maçonaria que chega à Itália. E a Maçonaria que vai até as Minas.....	75
3.3. A loja “Unione Italiana Benso di Cavour” e a sociabilidade entre seus membros.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

Se aproximando das últimas décadas do século XIX e das primeiras décadas do século XX, a cidade de Juiz de Fora presenciou a chegada de um vasto número de imigrantes de origem italiana, cujo próprio idioma se diferenciava em uma diversidade de dialetos. É válido dizer que a grande maioria dessas pessoas só esteve de passagem pelo município, pois tomaram como destino outras cidades mineiras e até outras províncias do país. Apesar disso, uma parcela significativa de italianos permaneceu em Juiz de Fora contemplando-a com elementos de sua arquitetura, arte, culinária, costumes, festas, danças e músicas.

A unificação tardia da Península-Itálica, em 1861, trouxe consigo um desencadeamento de mudanças que atingiram diretamente a sua população, sobretudo, a que se encontrava no campo. A junção de regiões singulares, a modernização do campo e o crescimento populacional provocaram instabilidades que conduziram muitos a abandonarem sua terra natal em busca de novas condições de sobrevivência em terras distintas. O recomeço para a maioria desses emigrantes foi árduo, afinal de contas, o novo horizonte estava permeado por culturas, idioma e condições de trabalho muito diversas das que estavam acostumados. Então nos questionamos: quais recursos poderiam ser usados por essas pessoas para se estabelecerem em uma nova condição de vida? Mesmo com as mudanças, como seria possível não abandonar por completo os hábitos e a cultura de sua terra natal? E a população que presenciava a chegada dessas pessoas, como estava compreendendo esses estrangeiros e seus costumes?

O tema deste trabalho surgiu a partir de uma bolsa de iniciação científica desenvolvida no Laboratório de Patrimônios Culturais (LAPA), da Universidade Federal de Juiz de Fora, com a orientação do Prof. Dr. Marcos Olender, cujo título é “A Contribuição da Imigração Italiana para a Produção Arquitetônica de Juiz de Fora”. A pesquisa abrangeu o momento de maior circulação de imigrantes italianos pela cidade e, conseqüentemente, o período de maior produção de projetos de construção civil. Assim, o recorte temporal compreendeu a década de 1890 até a década de 1940. Para iniciar a pesquisa, foi necessário entrar em contato com alguns textos que apresentavam a história da cidade de Juiz de Fora e contextualizavam a imigração italiana junto à

urbanização da mesma¹. Mais à frente, analisaram-se diversos processos de construções civis encontrados no Arquivo Histórico da cidade os quais nos mostraram que esses italianos cultivavam certas redes de relações entre si, especialmente na área de prestação de serviços. Desta forma, as informações obtidas na pesquisa, além de contextualizar um momento importante da imigração italiana e da sua produtividade em Juiz de Fora, nos conduziram a outra possibilidade de estudo, que seriam, então, as formações de grupos associativos entre os imigrantes italianos. O desenvolvimento desses grupos foi bem recorrente na cidade de Juiz de Fora entre as duas últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX, quando o número de imigrantes atingiu proporções consideráveis, e as instituições privadas eram as responsáveis pela manutenção de muitas das políticas de seguridade, que hoje são assumidas pelo Estado.

O interesse por conhecer os mecanismos de sobrevivência utilizados por esses imigrantes frente à nova realidade nos levou a leituras de trabalhos que tratam sobre formas associativas e em qual o contexto elas estavam inseridas.² Também optamos pela leitura de periódicos, que nos mostraram ser importantes veículos de comunicação da época. Nos jornais, encontram-se notícias sobre os principais acontecimentos da cidade, do país e do exterior, tem-se um ótimo meio para divulgação dos serviços prestados na cidade e região e, ainda, os jornais possibilitam um espaço em que se pode firmar relações sociais, sobretudo entre personalidades da cidade, ao mesmo tempo em que o sujeito tem a possibilidade de colocar em evidência a sua própria posição dentro da sociedade em que está inserido.

No período estudado, os jornais de papel alcançavam tamanha circularidade que era possível ver a formação de meios de sociabilidade. Cotidianamente, esses jornais percorriam as mãos de mais de uma pessoa e, em alguns casos, chegavam a se criar grupos de leituras, cujo interesse era a discussão sobre os acontecimentos locais, mas

¹Para iniciar a pesquisa, estudamos os seguintes trabalhos: OLENDER, Marcos. *Ornamento, ponto e nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011; CHRISTO. Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão. In: BORGES (org.) *Solidariedades e Conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro, *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) Niterói, UFF, 1991; e FERREZINI. *A “Questão São Roque”*: Devoção e Conflito, Imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902-1920). Dissertação (Mestrado em História). UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

² Como por exemplo: FERREZINI, Valéria Leão. *A “Questão São Roque”*: Devoção e Conflito, Imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902-1920). Dissertação (Mestrado em História). UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

também os acontecimentos externos à sociedade³. Portanto, a área de circulação que esse meio de comunicação poderia atingir compete à reflexão sobre as reais intensões depositadas pelas pessoas que procuravam as redações dos jornais com o intuito de divulgar alguma informação. É provável que, para além da “simples” notícia, existia, também, o escopo de certa promoção pessoal, pois sabia-se da capacidade de alcance que a voz pública do jornal dispunha, por vez, ótima para afirmação de poder de pessoas ou grupos dentro de uma cidade⁴. O empresário italiano Pantaleone Arcuri e sua firma, Companhia Pantaleone Arcuri & Spinelli, por exemplo, enxergavam os jornais como importantes aliados para o próprio desenvolvimento e crescimento dentro da cidade de Juiz de Fora. O nome “Pantaleone”, referindo-se a esse italiano e sua empresa, apareceu pelo menos seiscentas e oitenta vezes no Jornal “O Pharol” até o ano de 1926. Entre tais ocorrências, constavam o envio de correspondência e postais para as redações dos jornais⁵, as propagandas de seu estabelecimento⁶, as festas organizadas para comemorar modificações ocorridas na sua empresa⁷ e a sua participação nos mais variados tipos de eventos da cidade e região⁸. Em contrapartida era comum, que os jornais publicassem notas com agradecimentos, elogios e felicitações ao Pantaleone, a seus familiares e à sua Companhia.

Os jornais locais eram os mais procurados pelos italianos, residentes em Juiz de Fora, que queriam expor seus serviços ou apresentar as atividades que desenvolviam frente à comunidade. O jornal O Pharol, por exemplo, chegou a ter uma coluna inteira escrita em idioma italiano, contendo diversas informações sobre a Itália⁹. Mas esses imigrantes também encaminhavam informações para jornais italianos, produzidos em solo brasileiro. Por exemplo, próximo a Juiz de Fora, os italianos encontravam o jornal *Il Bersagliere*, editado na cidade do Rio de Janeiro. O jornal trazia, em seu conteúdo, informações sobre o que estava acontecendo na Itália para a colônia de italianos do Rio de Janeiro, mas também sobre o que estava acontecendo nas demais colônias italianas espalhadas pelo Brasil. Visando a manter vínculos com a antiga pátria e a difusão de sua

³ SANTOS, Bruna Melo dos. *O Correio Braziliense: Um olhar sobre a sociabilidade maçônica*. In: *REHMLAC*. Vol. 5, n 1, 2013, p.

⁴ ARAUJO, Lenilson da Silva. A Cidadania no cotidiano: estratégias e culturas políticas na Primeira República. In: VISCARDI & OLIVEIRA (Org.). *À margem do Caminho Novo: Experiências populares em Juiz de Fora*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011, p. 190.

⁵ Jornal “O Pharol”, 02/01/1900, p. 1 e Jornal “O Pharol”, 03/01/1903, p. 1.

⁶ Jornal “O Pharol”, 12/07/1899, p. 3 e Jornal “O Pharol”, 19/06/1902, p. 4.

⁷ Jornal “O Pharol”, 11/08/1901, p. 1 e Jornal “O Pharol”, 13/09/1903, p. 1.

⁸ Jornal “O Pharol”, 08/08/1897, p. 1.

⁹ Jornal “O Pharol”, 21/08/1910, p. 2.

cultura, esses jornais normalmente eram editados italiano. Assim, a imprensa italiana entendia que era de extrema importância a formação de locais para instrução do idioma. Ocorreu a construção de algumas escolas com essa proposta, porém, a característica da emigração dos italianos para o Brasil não favorecia tanto essa difusão. Em sua grande maioria, os imigrantes eram camponeses, analfabetos e viviam em grupos pequenos espalhados em um país de proporções continentais. Portanto, muitos italianos acabavam ficando isolados e com poucos recursos para manutenção da cultura italiana. Para os trabalhadores urbanos, a instrução e a manutenção da cultura originária também eram barreiras difíceis de serem vencidas, pois precisavam se dedicar em aprender o idioma local e trabalhar muito para garantir a sua sobrevivência e a da sua família. Assim, se a imprensa não conseguiu um espaço muito favorável para a manutenção da cultura italiana, coube às sociedades de mútuo socorro e de beneficência¹⁰ esse papel, ainda que em pequena escala.

O mecanismo associativo era um veículo presente nos diversos grupos de italianos espalhados pelo Brasil, sobretudo nos grupos urbanos e, em Juiz de Fora, esse cenário não foi diferente. Diversos se constituíram tentando fornecer seguridades ao imigrante, mas também algumas formas de sociabilidade, de lazer e quando possível de instrução. Esses grupos, no início, se restringiam muito na participação exclusiva do imigrante italiano. Aos poucos é possível perceber que os mesmos abriam brechas para a participação da população local, e esses mesmos italianos passavam a congregar outros grupos, não necessariamente de caráter étnico. Entre todos esses formados, um nos chamou a atenção em específico: foi a reunião de um grupo de italianos maçons, que já estavam envolvidos em tantas outras associações étnicas ou não da cidade, mas que, em 1902 fundaram a Loja Maçônica, *Unione Italiana Benso di Cavour*, exclusiva para imigrantes italianos. O grupo aparece citado em diversos trabalhos, porém ainda há pouca produção a respeito de suas procedências. Esse fato nos despertou o interesse por tentar nos aprofundarmos nos meios de sociabilidade utilizados pelos imigrantes italianos e trazer novas informações a respeito de tal grupo, visto tamanha lacuna na historiografia sobre a imigração italiana em Juiz de Fora. O acesso às fontes não foi fácil, mas foi necessário iniciar esse trabalho, visando à abertura de novas possibilidades de estudos sobre esse tema.

¹⁰ TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 177.

Assim, este trabalho encontra-se dividido em 3 capítulos. No primeiro capítulo, optamos por contextualizar a situação em que a cidade de Juiz de Fora se encontrava no final do século XIX e no início do século XX. Posteriormente, busca-se entender, de forma breve, a inserção do imigrante para o trabalho livre no país e como esse processo estava ocorrendo na Província de Minas Gerais. Ainda trabalharemos um pouco sobre como decorreu o processo de unificação italiana - com objetivo de compreender sobre os principais personagens do *Risorgimento*¹¹, que depois seriam lembrados em datas comemorativas e nomes de instituições - e compreender o momento de saída do imigrante italiano para a procura de novas formas de viver. E, para finalizar, trataremos sobre as principais atividades desenvolvidas pelos imigrantes italianos em Juiz de Fora e sobre os seus empreendimentos.

No capítulo 2, caberá desenvolver um conteúdo mais teórico. Trataremos sobre as principais formas associativas do período recortado, com enfoque para as sociedades étnicas, formadas por italianos. Esses meios de sociabilidade, constituídos em Juiz de Fora, possibilitavam a construção de um emaranhado de redes de relações, que interligavam os próprios imigrantes entre si, criando, assim, um ambiente mais confortável para que pudessem se adaptar à nova realidade. Mas, também, esses meios promoviam a integração dos italianos com a sociedade local, resolvendo em muitos casos a recepção fria e desconfiada que esses italianos presenciavam.

Por fim, no capítulo 3, iremos estudar um pouco sobre a formação da Maçonaria moderna e o desenvolvimento da sua sociabilidade. Haverá a preocupação em situar o momento em que a Maçonaria chegou na Itália e qual foi a sua relação com o processo de unificação do Reino Italiano. Assim como também valerá apresentar como essa ordem chegou ao Brasil e depois em Minas Gerais. Após contextualizar a ordem maçônica, iremos trabalhar com a loja *Unione Italiana Benso di Cavour*, procurando entender um pouco a sua fundação, a escolha de seu nome e a sociabilidade existente entre os seus membros na cidade de Juiz de Fora.

¹¹ Ressurgimento, tradução do autor.

CAPÍTULO 1

A GRANDE IMIGRAÇÃO ITALIANA CHEGA ATÉ A CIDADE DE JUIZ DE FORA

1.1 Em Minas tão diversa, vemos no passado uma Juiz de Fora tão moderna

A cidade de Juiz de Fora encontra-se localizada na região da Zona da Mata Mineira. Estrategicamente posicionada entre o interior da Província de Minas Gerais e a Província do Rio de Janeiro, o seu território geográfico serviu como ponto de passagem, de abastecimento e de descanso para as várias tropas que escoavam o ouro e as demais mercadorias até a Capital do Império através do “Caminho Novo”¹². De maneira genérica, quando se pensa ou se fala em Minas Gerais, logo perpassam ideias sobre sua culinária típica e a sua arquitetura Barroca, presente nas suas cidades mais antigas. Contudo, esse cenário não prevaleceu em todas as cidades mineiras. A intensa produção mineradora - que é bem verdade, auxiliou na construção desse cenário “barroco” - sofreu inúmeras baixas ao longo do século XIX, que culminaram em uma diversificação da economia de Minas, sobretudo em direção a áreas menos exploradas.

A busca por novas oportunidades de trabalho e novas formas de sobrevivência conduziu diversas pessoas para a Zona da Mata, que, até pelo menos meados do século XIX, encontrava-se relativamente despovoada e composta por imensas áreas de matas virgens¹³. As características dessa região foram suficientes para atender a setores da produção de alimentos agrícolas, à pecuária e, principalmente, ao desenvolvimento das lavouras de café¹⁴, que se expandiram ligeiramente de meados do século XIX até o seu final XIX¹⁵, distinguindo de vez a Zona da Mata Mineira das demais regiões da Província, sobretudo no que tange a aspectos paisagísticos e econômicos. A produção de café em Minas Gerais sucedeu de forma significativa, porém ocorreu em pontos determinados, não houve uma expansão em larga escala, como na Província de São

¹² Para mais detalhes sobre o “Caminho Novo”, ver em MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, Capital e Poder: Políticas Públicas e Questão Urbana na Velha Manchester Mineira*. Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói, 1990, p. 85.

¹³ PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora 1889-1930*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009, p. 17.

¹⁴ MIRANDA, Sônia Regina. op. cit. p. 86.

¹⁵ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) Niterói, UFF, 1991, p. 34 e 42.

Paulo. As regiões que apresentaram maior desenvoltura com as lavouras foram a Zona da Mata, atingindo cidades como Juiz de Fora, Leopoldina, Cataguases e Muriaé, e posteriormente a região do Sul de Minas¹⁶, na qual o cultivo do produto ainda é de grande importância até os dias de hoje¹⁷.

Entre as cidades da Zona da Mata, Juiz de Fora logo se destacou e, já em fins do século XIX, passou a dispor de um rico patrimônio arquitetônico e artístico, pincelado por influências da colonização alemã e dos mestres de obras italianos¹⁸. O rápido desenvolvimento das lavouras de café e a sua posição geográfica lhe proporcionaram um acúmulo interno de capitais¹⁹ responsável pela atração de mercados de consumo e pela abertura de caminhos para importantes investimentos no município²⁰, muitos deles traduzidos na ampliação e execução de serviços públicos, na criação de instituições financeiras²¹ e, como apontou Maraliz Christo, a própria,

Face da cidade, ainda marcada por edificações que lembravam a herança colonial portuguesa, [que] vai-se modificando com a introdução de uma arquitetura mais sofisticada, principalmente na Avenida Rio Branco, antes Rua da Direita, e nas ruas centrais, em direção ao Alto dos Passos, região onde também se concentravam os investimentos públicos²².

Essa expansão do café resultou em avanços como um todo para a região da Mata. O setor de transportes, por exemplo, desenvolveu-se rapidamente e, até o término do século XIX, possibilitou a interligação das principais cidades da região, abrindo caminho para um maior fluxo de pessoas, de mercadorias e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de um mercado mais integrado. No ano de 1861, Juiz de Fora presenciou a inauguração da “Estrada União e Indústria”, que foi uma importante rodovia, responsável por ligar Minas Gerais ao Rio de Janeiro para o escoamento da

¹⁶ PIRES, Anderson. Do café à indústria e um pouco além: Juiz de Fora (1850 - 1930). In: VISCARDI & OLIVEIRA (Org.). *Vivendo a história: Novas pesquisas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011, p. 111.

¹⁷ Produtor do Sul de MG fecha 2016 com o café mais valioso do país <<http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2016/12/produtor-do-sul-de-mg-fecha-2016-com-o-cafe-mais-valioso-do-pais.html>> Acesso em 31 de dez. de 2016.

¹⁸ OLENDER, Marcos. Juiz de Fora e seu patrimônio arquitetônico. In: VISCARDI & OLIVEIRA (Org.). *Vivendo a história: Novas pesquisas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011, p. 59.

¹⁹ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) Niterói, UFF, 1991, p. 45.

²⁰ MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, Capital e Poder: Políticas Públicas e Questão Urbana na Velha Manchester Mineira*. Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói, 1990, p. 87.

²¹ PIRES, Anderson. Op. cit. p. 78-80.

²² CHRISTO, Maraliz de Castro. Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão. In: BORGES, Célia Maria (org.) *Solidariedades e Conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000, p. 142.

produção de café de toda Zona da Mata para a sua exportação. Além disso, houve a expansão de duas grandes redes ferroviárias, a Companhia de Estrada de Ferro D. Pedro II, inaugurada em 1858, e a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, inaugurada em 1872²³.

Todo esse contexto de desenvolvimento vivido por Juiz de Fora lhe renderam o posto de maior polo econômico da Zona da Mata²⁴, entre os fins do século XIX e o início do século XX, e de um dos principais núcleos urbano e industrial de Minas Gerais. As mudanças eram visíveis e comentadas, como em uma reportagem do jornal italiano *Il Bersagliere*, em que um correspondente passa pela cidade e elogia suas construções modernas, sua iluminação, suas ruas elegantes e seu belo jardim público²⁵. Mas é importante ressaltar que a economia juizforana era secundária se comparada a grandes cidades do país, como o Rio de Janeiro ou São Paulo²⁶, inclusive houve quem a chamasse de Rio de Janeiro em Miniatura, ou seja, a cidade vivia o desenvolvimento de uma capital, porém em proporções pequenas²⁷. Na verdade, a modernização que decorreu em Juiz de Fora também era perceptível em outras cidades brasileiras, principalmente nas que estavam ligadas à indústria ou ao café, pois essas mudanças, muitas vezes, eram resultado da concentração de renda na região, da presença de rede ferroviária e da existência de mão de obra especializada²⁸.

Entretanto, não se pode retirar a importância e a dimensão que Juiz de Fora propiciou para a sua região e para a Província Mineira, nesta época, afinal de contas, a cidade contou os três fatores mencionados acima, além de uma importante estrada de rodagem²⁹ e da construção, no ano de 1889, da primeira Usina Hidroelétrica da América do Sul³⁰. A cidade também se destacava em Minas enquanto número de habitantes. Para ter uma ideia, segundo dados obtidos no Instituto Geográfico Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 1907, a população de Juiz de Fora era de 83.514 pessoas,

²³ PIRES, Anderson. Do café à indústria e um pouco além: Juiz de Fora (1850 - 1930). In: VISCARDI & OLIVEIRA (Org.). *Vivendo a história: Novas pesquisas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011, p. 111 e 113.

²⁴ MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, Capital e Poder: Políticas Públicas e Questão Urbana na Velha Manchester Mineira*. Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói, 1990, p. 87.

²⁵ Jornal "*Il Bersagliere*", 14/07/1902, p. 2.

²⁶ PIRES, Anderson. Op. cit. p. 20 e 21.

²⁷ Jornal "*Il Bersagliere*", 21/03/1891, p. 1.

²⁸ CHRISTO, Maraliz de Castro. Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão. In: BORGES, Célia Maria (org.) *Solidariedades e Conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000, p. 143.

²⁹ Estamos nos referindo à Estrada União e Indústria.

³⁰ OLENDER, Marcos. Juiz de Fora e seu patrimônio arquitetônico. In: VISCARDI & OLIVEIRA (Org.). *Vivendo a história: Novas pesquisas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011, p. 55.

obtendo um crescimento até o ano de 1912, quando o número de pessoas aumentou para 89.968. É possível constatar, no levantamento populacional realizado entre as cidades de Minas Gerais desse período, que Juiz de Fora era a terceira maior em número de habitantes, atrás de Caratinga e Montes Claros até o ano de 1911; no ano de 1912, Juiz de Fora havia ultrapassado a cidade de Montes Claros, tornando-se a segunda maior da Província³¹. Junto a modernização, desenvolvimento e o grande tamanho populacional, a cidade ainda se comportou como um importante centro cultural, oferecendo, sobretudo, à sua elite uma gama de espaços de sociabilidades, como associações, teatros, cervejarias, cafés e parques, o que tornava Juiz de Fora mais uma vez distinta dos demais municípios de Minas Gerais³².

1.2 Se falta mão de obra, traga o trabalhador europeu

Ao longo do século XIX, o Brasil presenciou um processo lento e gradual do término da escravidão. Durante esse período, o governo passou a intervir nas relações de trabalho regulando as determinações dos grandes proprietários para com o trabalho escravo. Ocorreu então o desenvolvimento de diversas leis, cujo intuito seria a legalização do fim do trabalho escravo e a minimização do impacto que essa medida poderia causar na economia do país. Afinal, a mão de obra escrava era a principal força de trabalho da produção agrícola, responsável por sustentar economicamente a União. Ressalta-se que a transição do trabalho escravo para a inserção completa da mão de obra livre, não pode ser traduzida como o fim do controle econômico das elites agrárias. Inclusive, os próprios mecanismos utilizados para essa transição foram elaborados segundo a vontade de muitos dos grandes proprietários de terra que, quando não estavam envolvidos diretamente na política, tinham grande influência no meio³³.

A discussão em torno do término da escravidão foi algo que se arrastou por boa parte do século XIX. Desde os primeiros anos da Independência brasileira, a Inglaterra,

³¹ População do Brasil por Municípios e Estados (1907 - 1912). In: *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm> Acesso em 03 de jan. de 2017.

³² GENOVEZ, Patrícia Falco. *As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na metade do século XIX*. (Dissertação de Mestrado). Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF. 1996, p. 61.

³³ GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 12, 16, 32 e 33.

que detinha diversos negócios com a Coroa do Brasil, concluiu, em 23 de novembro de 1826, a exigência da abolição do tráfico de escravos para o país. Era previsto que, passados três anos desta assinatura, qualquer brasileiro engajado no tráfico de escravos africanos seria julgado culpado de pirataria³⁴. O Império lavrou um documento concordando com a abolição do tráfico de escravos intercontinentais proposto pela Inglaterra, porém a sua efetiva execução extrapolou em algumas décadas o combinado. Os tramites sobre a questão da abolição do tráfico negreiro voltaram a se intensificar somente no final da década de 1840, quando o Governo Imperial sentiu a necessidade de tomar medidas que trouxessem soluções para suprir a futura falta de mão de obra na agricultura. Para tanto, ocorreu o desenvolvimento de leis visando a incentivar a inserção de braços livres e também objetivando que houvesse a criação de núcleos coloniais para ocupação do território nacional. Assim, por exemplo, a Lei Imperial nº 514 de 28 de outubro de 1848, declarava no Art. 16º que:

Art. 16º A cada uma das Províncias do Império ficariam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas á colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos.

Estas terras não poderão ser transferidas pelos colonos em quanto não estiverem efetivamente roteadas e aproveitadas, e reverterão ao domínio Provincial se dentro de cinco anos os colonos respectivos não tiverem cumprido esta condição³⁵.

Tal lei deixou em evidência o intuito em ocupar o solo e a inserção de mão de obra livre para a cultura agrícola, mas ainda não havia mencionado a destinação dessas colônias para grupos de estrangeiros³⁶.

A intensificação dos mecanismos de fiscalização do tráfico de navios negreiros tornou-se eficaz apenas em 04 de setembro de 1850, com a promulgação da Lei Eusébio de Queiróz, que interrompeu de vez o comércio legal de escravos. A partir de então, a ideia da inserção do trabalho livre no país ficou em evidência³⁷. Na sessão de abertura do Parlamento do Império em maio de 1855, Dom Pedro II declarou que seria importante a colonização estrangeira para o crescimento do país e seu governo deveria

³⁴ GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 35.

³⁵ LEI Nº 514 - DE 28 DE OUTUBRO DE 1848. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/listatextointegral.action?id=63839&norma=79736>> Acesso em 25 de mar. de 2015.

³⁶ MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas 1889 – 1930*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1994, p. 16 e 17.

³⁷ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) Niterói, UFF, 1991, p. 51.

se empenhar em tal tarefa³⁸. Logo nesse primeiro momento, são criados alguns incentivos, tanto por parte do Governo Imperial quanto por parte do Governo das Províncias, para a atração de colonos imigrantes. Nesse período, por exemplo, vê-se em Juiz de Fora a criação de uma pequena colônia de imigrantes Alemães. Mas o fluxo de imigrantes para o Império como um todo ainda era tímido, o movimento de imigração só ganharia corpo nas duas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX.

Prosseguindo as negociações para tentar conter o trabalho escravo, cria-se em 28 de setembro de 1871 a Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco, que considerava livre todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir da data dessa Lei. Uma estratégia que ajudaria a definir a forma pela qual se dariam a abolição da escravidão e também a configuração da transição para o sistema de trabalho e mercado livres. Segundo Gebra, essa Lei foi de maneira efetiva e consciente a primeira intervenção do Estado nas relações de trabalho³⁹. Para Schwarcz essa Lei conduziria a um ponto final esse sistema de trabalho, que a essa altura, já era condenado pelas demais noções. Aconteceria também nesse momento, os primeiros debates mais firmes enquanto a inserção dos trabalhadores estrangeiros, sobretudo europeus, entendidos como os grandes substitutos do iminente fim da escravidão⁴⁰. Após essa medida, ainda ocorreu em 28 de setembro de 1885 a Lei dos Sexagenários, ou Lei Saraiva-Cotegipe, que concedia a liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade. E finalmente a lei Áurea, de 13 de maio de 1888, que veio concretizar legalmente o término da prática do trabalho escravo no território Nacional.

Desde a determinação do término da entrada, em larga escala, de escravos no país, várias medidas poderiam ter sido adotadas para evitar a diminuição da mão de obra para as lavouras, principal fonte de renda econômica do país. Entre as alternativas estavam a contratação dos ex-escravos para o trabalho livre ou a migração de pessoas de outras províncias para trabalhar nas lavouras que se encontravam em expansão na região Sudeste. Contudo, o governo preferiu não ressaltar essas duas alternativas, mas investir na atração da mão de obra europeia. Entende-se que a escolha dos imigrantes para o

³⁸ MENDES, Sacchetta Ramos. Desígnios da Lei de Terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império IN: *Cad. CRH*. vol.22 no.55 Salvador jan./apr. 2009.

³⁹ GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 11, 26, 27 e 34.

⁴⁰ SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 p. 27.

trabalho poderia estar pautada na dificuldade em desviar a mão de obra escrava da lavoura para outras atividades ou na possível dificuldade em fixar o trabalhador nacional em terras distintas⁴¹. Mas outros argumentos também podem embasar tal medida. Afinal de contas, a chegada dos trabalhadores estrangeiros, sobretudo os europeus, ao Brasil nas três últimas décadas do século XIX, aconteceu no momento em que a elite e uma parcela da classe média intelectual e artistas importavam da Europa teorias como o Evolucionismo Social, o Positivismo, o Naturalismo e o Social-Darwinismo. A introdução de tais ideias compunham um horizonte de referências a respeito dos fundamentos que visavam pensar uma cultura nacional em oposição aos legados metropolitanos e à origem colonial, além de dizerem respeito as críticas externas que apontavam o Brasil como um caso único e singular de extrema miscigenação racial e que essa poderia ser uma possível explicação do atraso da nação⁴². Dessa forma, vemos movimentos em direção ao que ficou conhecido como a tentativa de “branqueamento” da população brasileira⁴³. Esse assunto deve ser melhor trabalhado, pois ocorre em uma época de grandes transformações para o país e para a própria e construção da identidade nacional, contudo, o mesmo extrapolaria às intenções deste trabalho. Assim, o que se pode dizer é que, a partir de meados do século XIX, ocorreu a produção de diversas propagandas e políticas imigratórias para as terras brasileiras e, do outro lado do Atlântico⁴⁴, diversos europeus embarcaram na maior migração de povos da História⁴⁵.

O fluxo imigratório para o Brasil sofreu múltiplas oscilações ao longo do século XIX e século XX. Dentro desse extenso recorte temporal, percebe-se ocasiões de maiores e menores intervenções dos Governos para a atração dos imigrantes a terras brasileiras, enquanto em alguns outros momentos, a chegada dessas pessoas acontecia de modo espontâneo. Durante o Império, por exemplo, foram criadas diversas políticas imigratórias que visavam facilitar e atrair o trabalhador europeu. Ocorreram, inclusive,

⁴¹ MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas 1889 – 1930*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1994, p. 29

⁴² SCHWARCZ, Lília Mortiz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 11, 13 e 28.

⁴³ CAVALIERI, Daniel Gonçalves. *Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte: identidade e sociabilidade (1897-1942)*. (Dissertação de mestrado) UFOP. Mariana, 2011, p. 10.

⁴⁴ Invertendo o sentido apontado por Trento que escreveu seu livro pensando no território europeu e contando sobre os italianos em terras brasileiras. Aqui, pensando do Brasil, apontaremos alguns motivos que levaram os europeus a saírem de suas terras e desembarcarem na América. TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

⁴⁵ HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital (1848-1875)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012, p. 295.

parcerias entre o Governo e empresas privadas, objetivando à criação de sociedades ou companhias de colonização que cuidassem da entrada dos imigrantes, além da criação de núcleos coloniais localizados em pontos estratégicos, como às margens de ferrovias ou estradas de rodagem em construção⁴⁶.

O Governo Provincial de Minas Gerais também chegou a recorrer às políticas imigratórias, sendo que entre os principais motivos para o uso de tais estava a busca pela criação de núcleos coloniais, que pudessem ocupar áreas, até então, pouco povoadas ou não habitadas⁴⁷. Existia uma preocupação, por parte da Província, em atrair mão de obra estrangeira para o trabalho nas lavouras, porém essa secundária se comparada aos anseios de outras províncias do país, pois, nesse momento, Minas era a detentora da maior população escrava do país. É possível explicar esse ocorrido, devido à queda na produção mineradora – principal atividade econômica de Minas Gerais – ainda na primeira metade do século XIX. Uma das estratégias utilizadas para sanar a economia da Província foi, desviar a mão de obra escrava para novas atividades, muitas vezes relacionadas a área rural. Esse movimento ocorreu, por exemplo, em direção às lavouras cafeeiras da região da Zona da Mata e posteriormente à Região Sul. Entendendo que o mercado de escravos era satisfatório para as necessidades imediatas da mão de obra, o meio rural não buscou se aprofundar na inserção de braços livres⁴⁸.

Ainda que a Província tivesse a necessidade de investir em políticas de povoamento, por meio das colônias, a constituição e a perpetuação das mesmas ocorreram de forma modesta. A falta de recursos financeiros por parte do Governo e o desinteresse dos proprietários de terra, conduziram a baixos investimentos para a execução das políticas e das propagandas de atração para a colonização. Os primeiros núcleos coloniais criados em Minas Gerais datam da década de 1850, entre eles estão o “Mucuri”, que se encontrava ligado à Companhia de Navegação e Comércio em Mucuri, e a “Colônia Dom Pedro II”, que estava ligada às iniciativas da Companhia União e Indústria em Juiz de Fora. Em ambos os casos, nota-se a proximidade das colônias com centros urbanos, a presença de imigrantes alemães e o direcionamento dessas pessoas à construção de Rodovias, ou seja, pode-se compreender que a criação

⁴⁶ MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas 1889 – 1930*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1994, p. 16 e 17.

⁴⁷ GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. *Direitos Sociais em Perspectiva: Segurança, Sociabilidade e Identidade nas Mutuais de Imigrantes em Juiz de Fora (1872 - 1930)*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014 p. 48.

⁴⁸ O fracasso ocorrido na experiência de parcerias em São Paulo, possivelmente influenciou a resistência do proprietário mineiro ao trabalho livre. MONTEIRO, Norma. Op. cit., p. 16 e 17.

dessas duas primeiras colônias partiu de empreendimentos particulares e com fins já previamente determinados. Após a fundação dessas duas colônias de iniciativas privadas, outras foram arquitetadas pelo próprio o Governo de Minas, porém com funcionamento módico e curto. A extensão territorial da Província, era um entrave para o sucesso dos poucos núcleos criados, pois, uma vez que eram pensados para preencher áreas pouco habitadas, acabavam sendo designados em pontos isolados⁴⁹ dos centros urbanos e com isso compondo um mercado consumidor ínfimo para sua produção ou para que pudesse absorver diretamente a sua mão de obra. Outro entrave era a existência de trabalho livre concomitante ao trabalho escravo. Essa situação foi inclusive um dos motivos para o afastamento do imigrante do Brasil e, muito mais, de Minas, onde a população escrava era a maior do país⁵⁰.

Com pouco sucesso nas primeiras medidas de atração da mão de obra livre para o país, o Governo Imperial recorreu a novas saídas com o objetivo de suprir as necessidades do trabalho nas lavouras cafeeiras - que continuavam em expansão, mesmo com todos os tramites para o término do trabalho escravo. Assim, no ano de 1867, junto à política de colonização, ocorreu a adoção de medidas de fomento à introdução do imigrante de maneira sistemática, para atender diretamente ao mercado de trabalho. Assim, o governo passaria a arcar com as propagandas imigratórias no exterior e também iria realizar o pagamento do transporte aos emigrantes até as terras brasileiras⁵¹. No decreto Imperial nº 3784, de 19 de janeiro de 1867, é possível ver a preocupação em sediar essas pessoas e os auxiliar durante os primeiros dias, em que ainda não se têm contrato de trabalho, como aparece nos artigos:

Art. 28. Cada colônia terá um edifício especial, onde se recolham provisoriamente os colonos recém-chegados até receberem seus respectivos lotes.

Art. 29. Durante os primeiros dez dias de estada, os colonos, que o reclamarem, serão sustentados á custa dos cofres da colônia, debitando sê-lhes a importância do adiantamento para ser reembolsado na forma do art. 6^o⁵².

⁴⁹ CAVALIERI, Daniel Gonçalves. *Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte: identidade e sociabilidade (1897-1942)*. (Dissertação de mestrado) UFOP. Mariana, 2011, p. 44 e 47.

⁵⁰ MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas 1889 – 1930*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1994, p. 19 à 22.

⁵¹ Ibid.

⁵² *DECRETO Nº 3.784, DE 19 DE JANEIRO DE 1867*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-publicacaooriginal-72121-pe.html>> Acesso em 25 de mar. de 2015.

Os aspectos positivos apresentados nesse decreto não eram puramente gratuitos. As medidas que seriam assumidas pela “imigração oficial”, ou “subvencionada”, objetivavam atrair mão de obra e, por isso, deveriam ser altamente convidativas aos interessados. Também consta nesse documento que os contratos de trabalho assinados por esses imigrantes não os faziam presos à terra, mas os colocavam de maneira fixa nas fazendas, como trabalhadores assalariados, era importante frisar esse item, dado a existência do trabalho escravo no país nesse contexto. Mas é claro que antes de exporem os benefícios aos trabalhadores, o governo tinha a preocupação em atender aos interesses dos proprietários de terras e dos que necessitavam da força de trabalho para a manutenção e expansão das lavouras⁵³.

Em Juiz de Fora, como de uma forma geral na Província de Minas, a falta de mão de obra também não foi problema para os trabalhos agrícolas, pois a cidade estava inserida em uma região alta concentração de escravos. Segundo a pesquisa de Mônica de Oliveira, no ano de 1855, o número de escravos atingia 59,1% da população local⁵⁴. Assim, não havia necessidade imediata de investimentos para a atração do imigrante. No entanto, a partir de meados do século XIX, percebe-se um aumento no número de estrangeiros pelas ruas da cidade. O primeiro impacto do maior fluxo de imigrantes na cidade aconteceu em 1857, com a criação da colônia alemã Dom Pedro II. O Engenheiro Mariano Procópio Ferreira Lage, proprietário da Companhia União e Indústria, solicitou ao governo a formação de uma colônia agrícola, que atraiu 1162 pessoas. É importante saber que, alguns anos antes, Mariano Procópio havia conseguido autorização para a construção de uma estrada de rodagem cujo intuito era “promover, quanto for possível, o benefício da agricultura e do comércio das indicadas localidades, facilitando as comunicações entre aqueles pontos, e as relações entre as duas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais”⁵⁵. A construção da rodovia iria dispor dos aperfeiçoamentos existentes na época, para isso, o seu mentor realizou viagens para a Europa e para os Estados Unidos a fim de conhecer novas técnicas que possibilitassem a

⁵³ MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas 1889 – 1930*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1994, p. 19 à 22.

⁵⁴ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) Niterói, UFF, 1991, p. 44.

⁵⁵ *DECRETO Nº 1.031, DE 7 DE AGOSTO DE 1852*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1031-7-agosto-1852-559374-publicacaooriginal-81570-pe.html>> Acesso em 25 de mar. de 2015.

concretização da estrada⁵⁶. A concessão para a construção da rodovia foi oficializada com o decreto imperial nº 1.031 de 7 de agosto de 1852. No documento consta que

Atendendo ao que Me representou Mariano Procópio Ferreira Lage, pedindo a faculdade de incorporar uma Companhia para construir, melhorar e conservar, a sua própria custa” e ainda O Governo garantiria á Companhia “o privilegio exclusivo para que só ela por espaço de 50 anos possa ter empresa pública regular de condução de cargas e passageiros em carros, carruagens, ou diligencias, pelas estradas que melhorar e construir ⁵⁷.

A Colônia D. Pedro II logo atraiu um número significativo de imigrantes, em maioria de procedência alemã, que foram rapidamente conduzidos para os trabalhos da construção da rodovia⁵⁸. A execução desse projeto foi de grande importância para a cidade, pois possibilitou diminuir os custos com as viagens para o Rio de Janeiro em cerca de 50% a 75%, além de ter permitido o avanço da fronteira da Província e ter interligado a Zona da Mata⁵⁹. Ao término da construção da rodovia, alguns trabalhadores se mantiveram na companhia, mas outros tantos saíram e abriram negócios próprios ou buscaram o mercado de trabalho⁶⁰. Apesar da concessão de 50 anos da rodovia, apresentado no Decreto, a Companhia abriu falência poucos anos depois devido os avanços das linhas férreas da região, que conseguia transportar um montante bem maior de mercadorias, com menos gastos para os exportadores⁶¹.

A partir das duas últimas décadas do século XIX, Juiz de Fora viveu um novo contexto imigratório, dessa vez, marcado por uma grande quantidade de pessoas provenientes da Itália, que não chegaram a pertencer a um grupo colonial definido em uma localização específica, que não tiveram direitos a terras ou mesmo incentivos para iniciar seus primeiros negócios ⁶². Embora seja possível ler notícias nos jornais da época

⁵⁶ OLIVEIRA, Paulino. *Efemérides Juizforanas (1698 - 1965)*. Juiz de Fora: UFJF, 1975, p. 45.

⁵⁷ *DECRETO Nº 1.031, DE 7 DE AGOSTO DE 1852*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1031-7-agosto-1852-559374-publicacaooriginal-81570-pe.html>> Acesso em 25 de mar. de 2015.

⁵⁸ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) Niterói, UFF, 1991, p. 53 e 54.

⁵⁹ PIRES, A. Do café à indústria e um pouco além: Juiz de Fora (1850 - 1930). In: VISCARDI & OLIVEIRA (Org.). *Vivendo a história: Novas pesquisas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011, p. 56-75.

⁶⁰ ANDRADE, Sílvia M. B. V. *Classe operária em Juiz de Fora: Uma história de lutas (1912 - 1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987, p.34

⁶¹ GENOVEZ, Patrícia Falco. *As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na metade do século XIX*. (Dissertação de Mestrado). Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF. 1996., p. 17.

⁶² TRIBUNA DE MINAS. *Imigrantes: 150 anos Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Tribuna de Minas, 2000. p. 21.

sobre fatos ocorridos na “Colônia italiana de Juiz de Fora”⁶³, esses imigrantes, na verdade, encontravam-se residindo em diversos pontos da cidade, podendo ser identificados como membros de uma “colônia italiana”, devido a origem pátria dos mesmos. Esse momento de intensificação da presença de estrangeiros pode ser entendida pelo resultado da elaboração das diversas políticas de introdução ao imigrante, desenvolvidas não só por parte do Governo Imperial, mas também por parte do Governo da Província, como trabalhado anteriormente.

Entre as importantes medidas adotadas para a atração do imigrante, é possível apontar a fundação em Juiz de Fora da Sociedade Promotora de Imigração em Minas Gerais no ano de 1887. A instituição era formada por indivíduos representativos da economia da Zona da Mata, como o empresário Bernardo Mascarenhas, alguns Barões do café e grandes fazendeiros da região, que pleiteavam não só a oferta de mão de obra para o meio agrícola, mas também se interessavam pela presença de mão de obra qualificada que pudesse ser direcionada aos trabalhos das indústrias locais⁶⁴. Outro importante investimento para a condução de imigrantes até a Província de Minas aconteceu após a promulgação da Lei nº 3.417, em 26 de agosto de 1887, pelo Governo Provincial⁶⁵, que determinava a criação, também em Juiz de Fora, de uma hospedaria de imigrantes e a criação da Inspetoria Geral de Imigração, responsável por garantir o transporte e a hospedagem dessas pessoas⁶⁶.

A hospedaria de imigrantes foi chamada de Hospedaria Horta Barbosa e se manteve em funcionamento até o ano de 1906⁶⁷, sendo encarregada de registrar a entrada e a saída dos estrangeiros, o consumo de alimentos e os casos de óbitos dos imigrantes ocorridos na cidade. Essas pessoas haviam desembarcado no porto do Rio de Janeiro, seguindo até a hospedaria, onde permaneciam durante um curto período de tempo, enquanto eram estabelecidos os contratos de trabalho para toda a Região

⁶³ Jornal “O Pharol”, 19/09/1902, p. 2.

⁶⁴ CHRISTO, Maraliz de Castro. Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão. In: BORGES, Célia Maria (org.) *Solidariedades e Conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000, p. 130.

⁶⁵ LEI 3417, DE 26/08/1887. Ementa: AUTORIZA O GOVERNO A AUXILIAR O SERVIÇO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NESTA PROVÍNCIA. Disponível em <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=3417&comp=&ano=1887>> Acesso em 25 de mar. de 2015.

⁶⁶ GASPARETTO JUNIOR, Antonio. *Direitos Sociais em Perspectiva: Seguridade, Sociabilidade e Identidade nas Mutuais de Imigrantes em Juiz de Fora (1872 - 1930)*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014, p. 64 e 65.

⁶⁷ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) Niterói, UFF, 1991, p. 52.

Sudeste⁶⁸. A princípio, o intuito das criações das políticas imigratórias era para o fornecimento de trabalhadores para as lavouras. Nesse sentido, a Hospedaria cumpriu o seu objetivo, pois sediou um número significativo de pessoas que poderiam ser contratadas para os trabalhos agrícolas. Porém, o trabalho agrícola não foi o destino de muitos desses imigrantes. Parte dos imigrantes que vieram para o Brasil, traziam conhecimentos e experiências em algum ofício⁶⁹ e, diante das oportunidades disponíveis na cidade, acabaram atuando em áreas mais urbanas e industriais.

A pesar da funcionalidade operada na hospedaria, enquanto um primeiro local de descanso para os imigrantes recém-chegados, como um estabelecimento responsável por realizar a identificação desses estrangeiros e possibilitar a consignação de trabalhos em terras brasileiras, a hospedaria faltou com condições mínimas de bem-estar para com seus hóspedes. É possível ler diversas notícias, até mesmo em jornais de colônias próximas, como o jornal *Il Bersagliere*, denúncias sobre as condições lamentáveis em que se encontravam os imigrantes no local⁷⁰. Houve vezes em que a hospedaria chegou a abrigar 2000 pessoas, sendo que sua capacidade máxima era calculada para cerca de 400 ou 600 pessoas. Como consequências desses momentos de superlotação na hospedaria, tinha-se a falta de acomodações necessárias aos que haviam chegado e a precariedade com cuidados básicos de higiene⁷¹, que se bem realizados, poderiam ter evitado a propagação de doenças e o óbito de inúmeras pessoas.

Pensando nas características atreladas à hospedaria, fica claro que a sua finalidade era ser um ponto de rápida transição para o imigrante que chegara ao Brasil em busca de novas oportunidades de trabalho. Dessa forma, a cidade de Juiz de Fora, também era percebida como um local de passagem para a grande maioria dos imigrantes. Entretanto, o que chama a atenção, é a permanência espontânea de um grupo significativo de pessoas na cidade⁷². Segundo estudos de Oliveira, entre o período de 1896 a 1906, a Hospedaria Horto Barbosa chegou a registrar 24.572 imigrantes. Desse

⁶⁸ Segundo Biondi, a Hospedaria Horto Barbosa foi durante muito tempo a principal hospedaria, com essas características, dentro de Minas Gerais. Instituições desse tipo existiam, também em outras cidades, como por exemplo, São Paulo. BIONDI, Luigi. Associativismo e militância política dos italianos em Minas Gerais na Primeira República: um olhar comparativo. In: *Revista Locus*. Juiz de Fora, v 15, n. 1, p. 42, 2009.

⁶⁹ ANDRADE, Silvia M. B. V. Classe operária em Juiz de Fora: Uma história de lutas (1912 – 1924). Juiz de Fora: EDUFJF, 1987, p. 34.

⁷⁰ Jornal “*Il Bersagliere*”, 05/03/1892, p. 2.

⁷¹ CHRISTO, Maraliz de Castro. Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão. In: BORGES, Célia Maria (org.) *Solidariedades e Conflitos*: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000, p. 132.

⁷² *Ibid.*, p. 131-132.

total, 2.804 pessoas se fixaram em Juiz de Fora seguindo para trabalhos tanto da zona rural, quanto da zona urbana. Dos que permaneceram na zona urbana, destacam-se os 88% que ficaram de forma espontânea, enquanto os outros 12% já tinham algum emprego em vista. Vale ressaltar, ainda, que os registros da Hospedaria Horta Barbosa trazem dimensão da maior parte dos imigrantes que passaram e residiram na cidade. Porém, ela não foi a única porta de entrada desses imigrantes. Sabemos também, mas não quantitativamente, de italianos que vieram mais tarde para ficar com familiares ou amigos já estabelecidos na cidade⁷³.

É possível notar que até o final do Império aconteceram várias políticas que atraíam o imigrante às terras brasileiras. Com a implantação do regime republicano, a elaboração de meios que trouxessem os imigrantes não cessou. O jornal *Il Bersagliere* noticiou, por exemplo, que no ano de no ano de 1891 chegaram cerca de 90.000 imigrantes nos portos do Rio de Janeiro e de Santos⁷⁴. O Governo Provisório prosseguiu estimulando a legislação favorável a entrada e a permanência do estrangeiro com o intuito de impulsionar o desenvolvimento das foças produtivas e aumentar o índice demográfico do país⁷⁵. Em Minas Gerais, também houve mais tentativas de inserção do imigrante, como a Lei nº 32 de 18 de julho de 1892 que previa:

Art. 1º Fica o Presidente do Estado autorizado a promover direta ou indiretamente a imigração de trabalhadores destinados principalmente ao serviço da agricultura, concedendo os seguintes favores:

- a) Indenização de passagem aos imigrantes destinados ao Estado e estabelecidos determinadamente em seu território quatro meses depois de chegados, à vista de provas completas especificadas em regulamento;
- b) Passagens livres nas estradas de ferro subvencionadas pelo Estado aos agentes das empresas particulares, concessionárias de favores para este serviço.

Art. 2º – Fica igualmente o Presidente autorizado a promover localização de colonos nacionais ou estrangeiros, facilitando-lhes a aquisição de terras, de modo que junto dos grandes proprietários possam tornar-se pequenos proprietários de lotes nunca inferiores de 25 hectares de terras de cultura e 50 de campo para cada família.⁷⁶

⁷³ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) Niterói, UFF, 1991, p. 109-111.

⁷⁴ Jornal “*Il Bersagliere*”, 10/07/1891, p. 4.

⁷⁵ MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas 1889 – 1930*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1994, p.158.

⁷⁶ (Grafia original) *LEI 32, DE 18/07/1892 Ementa: AUTORIZA O PRESIDENTE DO ESTADO A PROMOVER IMIGRAÇÃO DE TRABALHADORES, MEDIANTE A CONCESSÃO DE DIVERSOS FAVORES.* Disponível em : <
http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=32&comp=&ano=1892&aba=js_textoOriginal> Acesso em 25 de mar. de 2015.

Após a promulgação desta Lei, o volume imigratório atingiu níveis maiores que os registrados anteriormente em Minas Gerais. Os italianos, que constituíram a porcentagem mais elevada do contingente desses imigrantes, supriram em boa parte as necessidades da colonização, pois o extenso território mineiro ainda contava com enormes áreas vazias, e também atenderam em grande parte a carência de mão de obra nas áreas cafeeiras⁷⁷ e em tantas outras formas de trabalhos urbanos e industriais, que se encontravam em ascensão. Acredita-se que, entre os anos de 1894 e 1897, tenham chegado em Minas 65.153 italianos de um total de 70.817 imigrantes. Entre as medidas adotadas por essa última política imigratória, consta a alteração do trabalho realizado pela Superintendência de Imigração no exterior. O órgão brasileiro, que antes tinha uma sede na Itália era responsável por resolver as questões das viagens dos interessados, porém, as burocracias existentes no país, tornavam os serviços pouco produtivos. Já no fim de século XIX, a Superintendência se mudou para Paris, na França, e lá ganhou melhores meios de comunicação, liberdade de ação no atendimento à imigração e às atividades comerciais e industriais, além de ter conseguido alcançar uma redução no valor das passagens⁷⁸ para os imigrantes.

Portanto, é indiscutível o tamanho da presença de imigrantes italianos que permaneceram em Minas Gerais, ainda que possam ter ocorrido distorções nos números obtidos⁷⁹. Todavia, a presença em larga escala do imigrante italiano chegou a gerar desconforto para o Estado, que via esse movimento como certo perigo à soberania nacional. Dessa forma, o Governo chegou a aconselhar aos interessados na imigração, que não se contratasse apenas uma nacionalidade de imigrantes para preencher a falta de mão de obra, mas investisse em mais de uma procedência⁸⁰.

1.3 Italianos e a procura por novas formas de viver

O contexto vivido pela “grande emigração” dos italianos não foi um acontecimento puramente espontâneo, mas foi o resultado da combinação da

⁷⁷ CAVALIERI, Daniel Gonçalves. *Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte: identidade e sociabilidade (1897-1942)*. (Dissertação de mestrado) UFOP. Mariana, 2011, p. 10.

⁷⁸ MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas 1889 – 1930*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1994, p. 76, 98 e 100.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 76.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 76 e 77

problemática da construção de uma nação, de um povo com singularidades, que passou a ser chamado de italiano, da submissão a um regime fundiário que excluía boa parte da população do acesso à terra, da superpopulação, das guerras e dos crescentes impostos⁸¹. A Itália foi, até meados do século XIX, uma espécie de expressão geográfica, formada antes por pequenas cidades-estados e por territórios dominados por impérios estrangeiros⁸². Quando se pensa no processo da unificação do Reino da Itália, pode-se passar uma ideia errada de uma imediata adesão por parte de toda a população a um sentimento de pertencimento à nação italiana. Mas tal unificação não atingiu de uma só vez toda a população com o sentimento de identidade nacional. Talvez ainda fosse preciso a consistência de uma unidade linguística e cultural para poder levar à maioria o sentimento de nação⁸³. O conjunto de todos esses fatores acabou conduzindo muitos camponeses a procurar por uma nova forma de sobrevivência e a emigração foi uma das formas encontradas por alguns e imposta para tantos outros⁸⁴.

A construção da ideia de “nação” não é algo “tão antigo quanto a história”, como disse Hobsbawm. Na verdade, o sentido moderno do conceito de “nação” tem alguma identificação no século XVIII, passando a ganhar legitimidade à medida que se entende que os “estado-nações” estariam em constante construção e dessa forma seriam algo heterogêneos⁸⁵. Para B. Anderson, autor que também tomou o conceito de “nação” como seu objeto de estudo,

Dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. [...] ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles⁸⁶.

Este autor chama atenção para uma questão interessante, a criação de uma nação pode se assemelhar à ideia de uma comunidade imaginada, onde prevalece a noção de algo comum, embora se saiba que não ocorrerão contatos face a face entre todos os seus

⁸¹ CAVALIERI, Daniel Gonçalves. *Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte: identidade e sociabilidade (1897-1942)*. (Dissertação de mestrado) UFOP. Mariana, 2011, p. 34.

⁸² PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3ed, Rio de Janeiro, FGV, 2002, p.133.

⁸³ TEXEIRA, Rosane Siqueira. Nacionalismo-Fascismo-italianidade. In: *Revista Lócus*. Dossiê de Migração. Juiz de Fora: Ed. UFJF Vol. 1, n. 1, 2009, p. 191.

⁸⁴ CAVALIERI, Daniel Gonçalves. Op. cit. p. 34.

⁸⁵ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 33.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 32

membros, assim, o sentido de nação deverá ser apreendido pela abstração da mente humana⁸⁷. Hobsbawm entende que a construção dessa ideia não se constitui como uma tarefa fácil e muito menos é imediata. Ainda segundo esse, o trabalho costuma ser realizado a partir de uma elite cultural e longamente estabelecida e que já possua um vernáculo administrativo e literário consolidado⁸⁸. O desenvolvimento de um idioma comum, criado por parte da elite foi, por exemplo, uma das bases para a criação das nações italiana e alemã, ainda que seus povos carregassem consigo dialetos próprios e ainda não entendessem, ao certo, a existência de um Estado único⁸⁹. Uma vez determinada a linguagem do Estado moderno, ela torna-se a referência oficial e cultural e passa a ser transmitida a passos lentos, por meio da educação pública e de outros mecanismos administrativos⁹⁰. A Itália, até o século XIX, não era entendida como uma entidade política única, apesar disso, carregava consigo uma das mais antigas culturas literárias, comum à sua própria elite⁹¹ - essa, representada por cerca de 2,5% da população total⁹². A base desse idioma teve sua origem no dialeto Florentino, talvez, um dos mais próximos ao latim⁹³ e teve como marco a publicação, ainda no século XIV, da obra “A Divina Comédia” de Dante Alighieri⁹⁴.

Outros autores também retomam situações existentes no período medieval para identificar a unificação Italiana. Possivelmente, essa retomada, em busca de fatos históricos, seja entendida por conta da essência das grandes cidades ao longo de seu território, hoje entendido como Itália, mas, sobretudo, por causa das cidades do centro-norte, que adquiriram independência e, com o passar do tempo, cada vez mais capital e poder; como, por exemplo, poderia apontar as cidades de Veneza, Pisa, Gênova, Milão, Florença⁹⁵, entre outras, as quais o comércio no Mediterrâneo e a produção de bens

⁸⁷ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 33.

⁸⁸ HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital (1848-1875)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012, p. 150.

⁸⁹ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p. 13, 18, 45, 49 e 126.

⁹⁰ Id., p. 76, 77, 114 e 115.

⁹¹ Ibid., p. 141.

⁹² HOBBSAWM. Op. cit. p. 76, 77, 114 e 115.

⁹³ GOMES, Andrea Cabral de Souza et al. A história da língua italiana e sua escolha dentre tantas possibilidades. Disponível em <<http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/viewFile/33/78>> Acesso em 21 de jan. de 2017.

⁹⁴ Ibid., p. 141.

⁹⁵ Em Florença as atividades mercantis eram tão significativas, que eram consideradas como um modo de apreensão do direito de cidadania e de exercício efetivo do poder na cidade. Ao lado da força econômica há uma apropriação, pouco a pouco, de uma força política dos corpos da cidade e dos Estados Provinciais. A burguesia, que estava surgindo, ambiciosa por poder e liberdade política, ganhou apoio de

manufaturados para exportação possibilitaram a construção de um acúmulo de riquezas⁹⁶. Apesar de serem autônomas, essas pequenas repúblicas mercantis tinham alguns pontos em comum, como a preocupação com a defesa de seus territórios e suas rotas comerciais, além de carregarem consigo uma ideia religiosa comum, o catolicismo⁹⁷.

Mas o processo que entende-se ter concretizado na unificação italiana, começou com “*Il Risorgimento*”. Em termos práticos, esse movimento foi a convergência de diversas lutas que estavam à procura de liberdade política dentro da Itália, tendo em seu corpo parte da burguesia, que buscava reformar e limitar os poderes dos monarcas absolutistas e os democratas, que desejavam o envolvimento do povo na política. Também ocorria o desejo por livrar-se da dominação estrangeira e opressora, sobretudo da que estava em domínio dos austríacos ao norte do território e dos espanhóis ao sul da península⁹⁸. Gramsci entende que o “*Risorgimento*” italiano não é fruto de um impulso consciente cultivado por um longo período. Entre os séculos XIII e XVIII, não havia elementos de elaboração estratégica unitária por parte dos grupos dirigentes das diversas realidades territoriais. A própria consciência de uma identidade cultural que existiu desde a imposição da unidade literária é um elemento que se revelou privado de “eficácia direta sobre os acontecimentos históricos” devido ao seu pequeno campo de abrangência. A parcela da população que realmente pensava em se livrar da influência estrangeira dentro dos territórios era muito pequena. Logo, sem sombra de dúvidas, a unificação não teve nada a ver com um movimento “vindo de baixo”, como alguns personagens gostariam de ter sido. Para esse autor, é preciso compreender o “*Risorgimento*” italiano como uma reconquista de vida italiana, como formação de uma nova burguesia, com consciência crescente acerca de problemas municipais, regionais e também nacionais. Ou seja, em correntes culturais, transformações econômicas, situações internacionais, tudo isso conduziu a um novo tipo de pensamento e organização política⁹⁹.

uma massa de pessoas pobres para se opor às regalias da nobreza local, que pouco a pouco foi perdendo seus privilégios. ZERON, C. A Cidadania em Florença e Salamanca. In: PINSKY, Jaime. *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 110 e 111.

⁹⁶ CARNIERI, Christopher Augusto. *A italianidade em movimento: travessias e olhares*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Curitiba, UFPR, 2013. p. 25.

⁹⁷ Ibid.

⁹⁸ Ibid., p. 26.

⁹⁹ GRAMSCI, Antonio. *O Ressurgimento e a unificação da Itália*. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 20 a 25.

O movimento do “*Risorgimento*” esteve na clandestinidade por volta dos anos de 1816 a 1835, mas, após isso, ganhou folego e estrutura, formando-se, fundamentalmente, a partir de dois projetos de unificação, sendo um “conservador”, tendo como principal personagem Camillo Benso di Cavour, cuja meta era a unificação do país sob a liderança monárquica da família Savoia, e do outro lado, dois principais personagens chamados Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi, que compartilhavam de um projeto de cunho democrático, com o ideal de criar uma Itália republicana e parlamentarista com amplo sufrágio, cuja unificação deveria ser baseada em revoltas e revoluções.

A unificação do Reino da Itália foi um processo longo e que envolveu a participação de diversas pessoas. Porém, Mazzini, Garibaldi e Cavour tiveram destaque especial, pelo menos para a colônia italiana de Juiz de Fora, pois esses nomes apareceriam diversas vezes em instituições e em datas comemorativas. Por conta disso, esses personagens serão apresentados de forma breve. Inicialmente, tem-se a figura de Giuseppe Garibaldi, nascido no dia 4 de julho do ano de 1807, na cidade de Nice - na época, território pertencente à França, mas como seus pais eram italianos, optaram também pela nacionalidade italiana - era filho de uma “boa família”¹⁰⁰, que desenvolvia atividades marítimas. Tendo o mar como referência, Garibaldi também se aventurou pelas águas desde os quinze anos de idade¹⁰¹. Chegou a ter um grau de educação através de professores particulares, mas a sua própria vivência lhe proporcionou diversos conhecimentos teóricos, chegou a estudar matemática, astronomia e línguas. Entre suas viagens, passou por pontos os quais se encontravam em grandes mudanças, como o Brasil no período em que se desenvolvia a Revolução Farroupilha, de caráter Republicano e de independência da Província do Rio Grande do Sul. Adepto dos ideais republicanos chegou a se associar à Revolução Farroupilha. Nesses locais, teve a oportunidade de conversar e conhecer pessoas de todos os níveis sociais. Toda essa experiência lhe possibilitou formular bases ideológicas, como o princípio da nacionalidade e o direito dos povos de disporem deste, tinha sempre em mente o desejo

¹⁰⁰ Não necessariamente uma família rica, mas com condições favoráveis, que permitiram deslumbrar seus ideais.

¹⁰¹ FAY, Cláudia Musa. Garibaldi: Viagens Intercontinentais. In: Constantino, Núncia Santoro de e Fay, Cláudia Musa (Orgs.). *Garibaldi, História e Literatura: Perspectivas internacionais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011, p. 39.

de liberdade dos povos e dos indivíduos¹⁰² que acabou o conduzindo para a luta da Unificação da Itália. Garibaldi veio a falecer em 02 de junho de 1882 em Caprera, na Itália¹⁰³.

Outro personagem importante para o movimento de unificação foi Giuseppe Mazzini, nascido em Gênova no dia 22 de maio de 1805. Tal figura foi iniciada no contexto do “*Risorgimento*” quando se entregou de corpo aos objetivos dos primeiros mártires da luta pela Unificação Italiana. Assim, pregou insistentemente a revolução, em oposição à restauração das monarquias absolutistas, e a participação popular nas esferas governamentais. Mazzini foi associado ao grupo de Carbonários¹⁰⁴, uma sociedade secreta que possibilitou um espaço para discussão sobre a luta pela a unidade e pela Península Itálica. Contudo, percebendo poucas chances de progresso no grupo¹⁰⁵, Mazzini se enveredou em novos planos para a unificação do território italiano em liberdade dos domínios austríacos e clericais, fundando então o grupo “*Giovane Italia*”¹⁰⁶. Entre seus ideais estavam a República como forma de poder, pois acreditava que essa forma poderia trazer uma forma de igualdade para todos¹⁰⁷. Os mazzinianistas, como passaram a ser conhecidos os adeptos de tais ideias, eram caracterizados por serem nacionalistas patrióticos e republicanos, por meio da solidariedade entre os povos nacionais e por um estado-nação democrático popular, fundamentado no sufrágio universal. O movimento se difundiu principalmente a partir da década de 1840, e entre seus adeptos estavam artesãos, operários especializados dos centros urbanos da Itália central e setentrional. Esse republicanismo tinha muitas características populares e de

¹⁰² JALLET, Annita Garibaldi. Garibaldi entre Mazzini e Sant-simon a formação do jovem marinheiro antes de 1835. In: Constantino, Núncia Santoro de e Fay, Claudia Musa (Orgs.). *Garibaldi, História e Literatura: Perspectivas internacionais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011, p. 20 a 22

¹⁰³ FAY, Cláudia Musa. Garibaldi: Viagens Intercontinentais. In: Constantino, Núncia Santoro de e Fay, Claudia Musa (Orgs.). *Garibaldi, História e Literatura: Perspectivas internacionais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011, p. 39.

¹⁰⁴ A Carbonária era uma sociedade secreta e revolucionária que atuou na Itália, França, Portugal e Espanha nos séculos XIX e XX. Fundada na Itália por volta de 1810, a sua ideologia se assentava em valores de libertação e fazia-se notar por um marcado anticlericalismo. Embora não tendo unidade política, já que reunia monarquistas e republicanos, sem linha de ação definida, os carbonários (carvoeiros) atuavam em toda a Itália. Reuniam-se secretamente nas cabanas dos carvoeiros, derivando daí o seu nome. A Carbonária foi na verdade uma instituição Maçônica, sendo conhecida também pelo nome de Maçonaria Florestal. CARNIERI, Christopher Augusto. *A italianidade em movimento: travessias e olhares*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Curitiba, UFPR, 2013, p. 27.

¹⁰⁵ DORNELLES, Laura de Leão. *Risorgimento e Revolução: o ideário Mazziniano no movimento da Farroupilha*. In: Constantino, Núncia Santoro de e Fay, Claudia Musa (Orgs.). *Garibaldi, História e Literatura: Perspectivas internacionais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011, p. 75.

¹⁰⁶ Que em português pode ser lido como: “Jovem Itália”

¹⁰⁷ CAVALIERI, Daniel Gonçalves. *Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte: identidade e sociabilidade (1897-1942)*. (Dissertação de mestrado) UFOP. Mariana, 2011, p. 27.

classe, como o associacionismo democrático, a importância do mutualismo e cooperativismo entre outros¹⁰⁸. Mazzini faleceu em Pisa no dia 10 de março de 1872, dois anos após a conclusão da unificação da Itália.

E, por fim, um personagem que se tornou curioso para a pesquisa, pelo fato de ser o patrono de um grupo de italianos de Juiz de Fora, o qual será trabalhado no capítulo 3, Camillo Benso di Cavour, esteve envolvido com o lado mais conservador da unificação. Este chegou a ser ministro da agricultura em 1850 e em 1852 foi primeiro-ministro do reino do Piemonte-Sardenha. Tinha como grande objetivo a unificação da Itália em torno da família Savóia, tornando o novo país um prolongamento do Piemonte. Esse Reino Piemonte-Sardenha era, até então, o único sob domínio dos italianos, e por isso Cavour achava que o reino “livre” deveria promover a unificação de cima para baixo, ou seja, sem a participação popular. Seus ideais de uma unificação à custa de uma Monarquia liberal foram os que concretizaram o projeto¹⁰⁹.

Esses três personagens tiveram ações de grande importância no processo de unificação da Itália, ora convergentes, ora divergentes, mas todas elas de suma importância. Em comum, tinham o mesmo objetivo final, buscavam a unificação, porém divergiam enquanto estrutura e organização dessa unificação. De um lado vê-se Mazzini e Garibaldi, membros da Jovem Itália, crendo no movimento sobre uma firme crença no progresso, a partir de ideias republicanas, as quais acreditavam ser a forma de governo que poderia garantir a igualdade entre as pessoas. A ideia era que a combinação de pensamento e ação pelo meio da educação e da insurreição popular poderia levar à conclusão do movimento. Porém, em termos práticos, o grupo não foi bem-sucedido, pois não houve o apoio popular imaginado. Do outro lado, tinha-se Camilo Benso di Cavour, que pensava ser a monarquia a melhor forma de governo pra Itália e entendendo ser um erro a participação popular nesse processo, pois entendia que a construção da Itália deveria ser, acima de tudo, uma obra de estadistas e militares¹¹⁰. As ações e acordos feitos por Cavour surtiram mais efeito e aos poucos a unificação feita de cima para baixo foi se concretizando.

¹⁰⁸ BIONDI, Luigi. Associativismo e militância política dos italianos em Minas Gerais na Primeira República: um olhar comparativo. In: *Revista Locust*. Juiz de Fora, v 15, n. 1, p. 42, 2009, p. 39 e 40.

¹⁰⁹ CAVALIERI, Daniel Gonçalves. *Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte: identidade e sociabilidade (1897-1942)*. (Dissertação de mestrado) UFOP. Mariana, 2011, p. 28.

¹¹⁰ CARNIERI, Christopher Augusto. *A italianidade em movimento: travessias e olhares*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Curitiba, UFPR, 2013, p. 27 e 28.

Então, após um congresso de Turim em 1861, com representantes de toda a Itália, no dia 17 de março, foi oficialmente formada a existência da nação italiana. Com a capital em Florença e Vitor Emanuel II como Rei. Alguns autores atribuem essa data para a unificação da Itália, porém, ainda havia regiões sobre o domínio papal e a região de Veneza estava sob domínio austríaco. Dando continuidade ao processo de unificação, em 1866, Garibaldi, apoiado pelo rei, destinou tropas para a libertação da região de Veneza e, após várias tentativas, em 1870, os italianos conseguiram tomar os Estados Papais, tornando, assim, Roma a capital da Itália e “*Il Risorgimento*” havia se concretizado¹¹¹.

Mas a Unificação Italiana deixou um dilema, como apontou o escritor Massimo d’Azeglio¹¹²: “Fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos”¹¹³. Como dito anteriormente, a maior parte da população encontrava-se vivendo no campo, e de certo modo encontravam-se longe dos momentos mais calorosos de embates na construção da Itália, portanto, os conceitos ainda abstratos de “sociedade italiana” não traziam tanto significado para esses cidadãos. O se entender como toscanos, vênnetos, sicilianos, ainda era algo mais presente na vida dessas pessoas, pois a consciência de grupo não ia muito além dos limites restritos do território em que viviam¹¹⁴, somente com o tempo essa divisão interna se amenizou. Além disso, outros países não aceitaram a nova formação do Estado, fora os vários problemas políticos internos e os problemas econômicos. Foi somente após a unificação que a Itália conseguiu investir no processo de industrialização. Porém, os novos investimentos nessa área se desenvolveram de forma rápida e a mecanização de novas e antigas propriedades agrícolas propiciaram a ruína de muitos artesãos e agricultores. Tudo isso ocorrendo junto a um crescimento populacional e uma opressão fiscal, que resultaram na “grande emigração”¹¹⁵.

Em uma análise mais apurada, o século XIX repercutiu em muitas era mudanças por toda Europa, a maior parte de sua população também encontrava-se vivendo no campo¹¹⁶, mas as condições de vida neste meio estavam passando por modificações drásticas. O aumento significativo na taxa de natalidade e o desenvolvimento da

¹¹¹ CAVALIERI, Daniel Gonçalves. *Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte: identidade e sociabilidade (1897-1942)*. (Dissertação de mestrado) UFOP. Mariana, 2011, p. 31.

¹¹² Viveu entre os anos de 1792 e 1866.

¹¹³ Ou em italiano: “L’Italia è fatta, restano a fare gli italiani”. HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital (1848-1875)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012. p.146.

¹¹⁴ CARNIERI, Christopher Augusto. *A italianidade em movimento: travessias e olhares*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Curitiba, UFPR, 2013.p. 30

¹¹⁵ CAVALIERI, Daniel Gonçalves. Op. cit. p.31 e 32.

¹¹⁶ Ibid, p. 299.

mecanização agrícola, que já vinham ocorrendo desde o final do século XVIII, ocasionaram um excedente de mão de obra. Logo, a impossibilidade de sustentar a si e à sua família, somado aos casos de perseguições étnico-religiosas, que cresciam dentro da Europa, que também vivia um momento de afirmação de Estados Nacionais¹¹⁷, fez com que muitas pessoas arriscassem a se mudar para as cidades em busca de um novo caminho ou se mudassem para mundos diversos, mas promissores¹¹⁸.

Na Itália, diante de todas as adversidades do país, a vida no campo também não era nada confortável. A saída do campo estava se mostrando como uma melhor hipótese. O governo italiano, visando minimamente à manutenção da ordem social, política e econômica, chegou, inclusive, a financiar a ida de diversos italianos para procurarem novos rumos, criando assim auxílios para a emigração. Talvez, vendo dificuldade em inserir tanta mão de obra no desenvolvimento da industrialização, um caminho fosse financiar a saída de pessoas para o trabalho em outros pontos. A saída dessas pessoas muitas vezes esteve ligada à criação de colônias, é possível que o governo italiano visasse a utilizar esses pontos para a expansão do seu mercado através do mundo¹¹⁹. É claro que havia quem fosse contra a emigração, por exemplo, os proprietários fundiários, que temiam uma larga escala de pessoas deixando as terras e os efeitos da visível diminuição da força de trabalho aliada ao êxodo, em termos de aumento dos salários e melhoria dos contratos em favor dos camponeses¹²⁰.

Um dos destinos escolhidos pelos imigrantes italianos foi o Brasil. Os movimentos imigratórios de italianos para o Brasil ocorriam desde antes da unificação italiana. Houve os que se arriscassem em terras brasileiras nos séculos XVI e XVII, contudo, esse movimento foi bastante insignificante e limitado a personalidades de cultura ou extração social elevada. Já no início do século XIX, ao contrário, era possível encontrar no Rio de Janeiro um modesto núcleo imigrante que vivia do trabalho manual, do pequeno comércio ou de profissões liberais¹²¹; mas foi a partir de 1870 que o fluxo

¹¹⁷ FERREZINI, Valéria Leão. *A “Questão São Roque”*: Devoção e Conflito, Imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902-1920). Dissertação (Mestrado em História). UFRJ, Rio de Janeiro, 2003, p. 74 e 78.

¹¹⁸ HOBBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital (1848-1875)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012. p. 299

¹¹⁹ CAVALIERI, Daniel Gonçalves. *Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte: identidade e sociabilidade (1897-1942)*. (Dissertação de mestrado) UFOP. Mariana, 2011, p. 10 e 33.

¹²⁰ TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. p. 32.

¹²¹ *Ibid*, p. 16.

emigratório em direção ao Brasil tomou proporções volumosas¹²². A princípio, os italianos não se sentiam muito atraídos pelo serviço no Brasil, um dos motivos era que o país não carecia tanto de mão de obra, pois nesse período ainda contava com a mão de obra escrava, nem mesmo os que tinham alguma especialização não se interessaram tanto pelo trabalho aqui. E os que estavam vindo pareciam ter como meta a ideia de que os trabalhos no Brasil seriam temporários e que, dentro de algum tempo, poderiam retornar à sua pátria, com bastante capital, para ajudar a família. Mas o tempo foi passando e o retorno foi bem menor do que se esperava¹²³. O próprio contexto internacional tornou-se favorável para a vinda do imigrante. Se, de um lado, intensificam-se as correntes emigratórias devido às transformações políticas, econômicas e sociais de profundidade, que atingem algumas nações europeias, a partir de 1870, do outro lado, os Estados Unidos iniciaram a política de restrição à imigração. O Brasil, em florescimento econômico, acabou se beneficiados com as largas levas de imigrantes¹²⁴. A adaptação ao clima, as condições, a proximidade do idioma, dos costumes e da religião foram fatores favoráveis à assimilação dos italianos pelos brasileiros¹²⁵, certamente também foram motivos de atração do imigrante italiano, para o Brasil. Para se ter uma ideia, nesse momento, a imigração passou a se transformar em um fenômeno de massas, sobretudo entre os anos de 1887 e 1902, e até contribuiu para o aumento demográfico do país. Entre 1880 e 1924, entraram cerca de 3.600.000 emigrantes no país, dos quais 38% eram italianos. Se olharmos entre os anos de 1880 e 1904, a porcentagem de imigrantes italianos é de 57,4%. O Brasil era o 3º lugar no fluxo da imigração Itália entre a década de 1880 e a Primeira Guerra Mundial, encontrava-se atrás apenas dos Estados Unidos e da Argentina¹²⁶.

No Brasil, Minas Gerais foi a terceira área em ordem de importância dentre os destinos escolhidos pelos imigrantes. Como visto anteriormente, a colonização, iniciada pelo governo em 1850, não rendeu bons resultados de imediato. Somente por volta do final da década de 1880 é que o governo mineiro começou a mudar as estratégias e criar

¹²² HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das tradições*. São Paulo – SP: Editora Paz e Terra, 2012. p.33

¹²³ IANNI, Constantino. *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972 p. 101.

¹²⁴ MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas 1889 – 1930*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1994, p. 19 a 22.

¹²⁵ CAVALIERI, Daniel Gonçalves. *Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte: identidade e sociabilidade (1897-1942)*. (Dissertação de mestrado) UFOP. Mariana, 2011, p. 34 e 35.

¹²⁶ TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 18.

novos investimentos para o incentivo à imigração, em função das exigências de recrutamento de mão de obra por parte dos fazendeiros. Segundo as pesquisas de Trento, os números de emigrantes para Minas Gerais giraram em torno de 25.000 no início do ano de 1896, aumentando para 55.000 por volta de 1900 e, depois, esse número caiu para 50.000 no ano de 1910, para 42.943 em 1920 e já em 1940 os números de imigrantes eram de 18.819¹²⁷.

Apesar de muito se associar os trabalhadores italianos às lavouras de café do país, o emprego urbano também esteve presente na vida desses imigrantes desde praticamente as primeiras correntes imigratórias e estimuladas, sobretudo, pelas transformações econômicas pelas quais o país passava no período de maior afluxo. Ao chegarem num momento de transição, isto é, quando a escravidão entra em crise e se recorre ao trabalho livre, os imigrantes conseguem inserir-se num contexto urbano ainda magmático, que oferece possibilidades de empregos em fases de gestão e de definição e, portanto, ainda são aproveitadas pelos poucos trabalhadores locais. Trento diz que em todos os setores do trabalho urbano, por longo tempo, prevaleceu uma situação de monopólio por parte dos estrangeiros. Talvez o termo “monopólio” seja um pouco exagerado. Tiveram, sim, sua importância, até por conta do conhecimento que traziam de seu país de origem, mas, como apontou Oliveira em sua pesquisa, as leituras de jornais do período possibilitam perceber que existiam sim, um número considerável de negócios com origem de nacionais¹²⁸.

1.4. O estabelecimento dos imigrantes em Juiz de Fora e o mito do empreendedorismo

Ao longo de todo Governo Imperial, foram pensadas diversas políticas imigratórias, porém o fluxo de imigrantes no Brasil só tomou grandes proporções em fins do século XIX e princípio do século XX. Nesse momento, o café, em constante expansão pela Região Sudeste, atraía uma parcela expressiva de pessoas e os estímulos da economia cafeeira provocavam um dinamismo nas atividades econômicas urbanas de

¹²⁷ TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 100 e 102.

¹²⁸ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) Niterói, UFF, 1991.

caráter comercial, artesanal e industrial, que acabavam sendo abraçadas por muitos imigrantes. O volume da produção de café impulsionava, por exemplo, o crescimento de oficinas como serralherias, fundições, forjarias, serrarias - que trabalhavam na manutenção das estradas de ferro para a escoação do produto – também o desenvolvimento da indústria têxtil que cumpria as demandas de sacaria para o café, a própria a indústria produtora de artigos para o consumo popular, como a de alimentos, bebidas, móveis, entre outros, além, é claro, do comércio¹²⁹. Esses aspectos produziram uma forma diferenciada de imigração, que também foi vivenciada em Minas Gerais, sobretudo entre os imigrantes de origem italiana. Percebe-se que essas pessoas, ao chegarem aos cenários urbanos, optavam pela constituição de grupos, cujos intuitos eram a aproximação de trabalhadores de áreas especializadas¹³⁰ para que pudessem desenvolver meios de relações entre si, constituir trocas de conhecimentos que permitissem a formação de grupos de ajuda mútua.

A imigração de italianos em massa para Minas Gerais aconteceu aproximadamente no início das obras para a construção da nova capital da Província, a cidade de Belo Horizonte, possivelmente esse também foi um fator de atração de mão de obra com qualificações¹³¹. Em um primeiro momento, como já visto, foram as cidades que receberam um montante maior da imigração italiana, as cidades que utilizaram a maior parte dessa mão de obra qualificada para as áreas da construção civil, à qual também se somavam trabalhadores ligados a artes plásticas e estatuárias em geral¹³². Mesmo nas zonas de colonização agrícola favorecidas e estimuladas pelo governo, a imigração que, em um primeiro momento, estavam designadas para satisfazer a carência de mão de obra nas lavouras de café, chegou a presenciar um número elevado de sujeitos que se desviaram do destino de trabalhador dependente e subordinado e se direcionaram para uma estrutura mercantil e empreendedora, chegando

¹²⁹ TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. In: *Tempo Social: revista de sociologia da USP*. São Paulo: 2008. V:20, n:1, p. 46.

¹³⁰ BIONDI, Luigi. Associativismo e militância política dos italianos em Minas Gerais na Primeira República: um olhar comparativo. In: *Revista Locust*. Juiz de Fora, v 15, n. 1, p. 42, 2009, p. 44.

¹³¹ Ibid.

¹³² RUGGIERO, Antonio de. Os empreendedores toscanos do mármore nas cidades brasileiras (1875 - 1914). In: Fay, Claudia Musa e Ruggiero, Antonio de (Org.). *Imigrantes Empreendedores na História do Brasil: Estudos de Casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 87.

até, algumas vezes, a atuar como protagonistas de grande parte do desenvolvimento urbano e manufatureiro do século XX¹³³.

Em Juiz de Fora, o cenário encontrado pelo imigrante também foi de características urbanas. Havia espaço para os trabalhadores nas lavouras de café, porém, o seu desenvolvimento e a sua modernização funcionaram como atrativos para um número significativo de estrangeiros, sobretudo para aqueles que já tinha alguma formação profissional ou não mostravam grandes interesses pelo trabalho agrícola¹³⁴. Tais imigrantes, em maioria italianos, acabaram se direcionando para o comércio, para a indústria e para o trabalho no crescente setor da construção civil. O jornal *Il Bersagliere* chegou até a noticiar que “o principal comércio da cidade é o comércio dos italianos, que possuía comerciantes de respeitáveis e de grandes saberes”¹³⁵. É interessante notar que esses imigrantes, normalmente, possuíam baixa instrução escolar, mas, aos poucos, arriscavam-se em empreender pequenos comércios ou pequenas indústrias¹³⁶, que os colocavam em situações diferenciadas até mesmo de parte da população local. Essa espécie de imigração de “carreira” era uma forma encontrada para dar respostas às oportunidades diante de um processo de desenvolvimento urbano. Assim, o imigrante, que às vezes saía de sua terra natal intencionado para o trabalho agrícola, ao chegar no seu novo destino e encontrar uma escassez de mão de obra qualificada, percebia ali a oportunidade de prosseguir com sua profissão e até em abrir seu próprio negócio¹³⁷.

Devido ao envolvimento desses imigrantes com os trabalhos de caráter mais urbano, criou-se na cidade o “mito do imigrante empreendedor”, responsável pela industrialização de Juiz de Fora. As leituras têm revelado que essa ideia surgiu em 1915, com a primeira edição do “Álbum do Município de Juiz de Fora”¹³⁸. É preciso salientar a importante participação do imigrante junto ao desenvolvimento comercial e

¹³³ FRANZINA, Emilio. Parábolas empreendedoras, culturas territoriais e imigração italiana no Brasil entre 1800 e 1900. In Fay, Claudia Musa e Ruggiero, Antonio de (Org.). *Imigrantes Empreendedores na História do Brasil: Estudos de Casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p.16.

¹³⁴ CRISTO, Maraliz de Castro. Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão. In: BORGES, Célia Maria (org.) *Solidariedades e Conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000, p. 136.

¹³⁵ Jornal “*Il Bersagliere*”, 14/07/1902, p. 2.

¹³⁶ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Redes sociais e ocupação de espaços econômicos: Imigrantes italianos em Porto Alegre. In: Fay, Claudia Musa e Ruggiero, Antonio de (Org.). *Imigrantes Empreendedores na História do Brasil: Estudos de Casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 33.

¹³⁷ RUGGIERO, Antonio de. Os empreendedores toscanos do mármore nas cidades brasileiras (1875 - 1914). In: FAY, Claudia Musa; RUGGIERO, Antonio de (Org.). *Imigrantes Empreendedores na História do Brasil: Estudos de Casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 78.

¹³⁸ ESTEVES, A. & LAGE, O. V. B. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1915.

industrial da cidade, contudo, esses negócios não eram exatamente grandes organizações industriais que exigiam altos níveis investimentos. O que se pode constatar é que havia para esses imigrantes, um espaço propício ao desenvolvimento de seus conhecimentos técnicos e a abertura de um comércio que carecia da inserção de novos produtos para suprir anseios de um local que se encontrava em desenvolvimento¹³⁹. Portanto, de forma alguma pretende-se tirar os méritos alcançados pelas atividades desses imigrantes, frente ao desenvolvimento de Juiz de Fora, mas deve-se apontar que tais empreendimentos, em sua maioria, caracterizavam-se mais como oficinas do que como fábricas, sendo ainda que a oportunidade de se transformar em empresário não foi realidade da maioria dos estrangeiros que precisaram continuar vendendo a sua força de trabalho¹⁴⁰.

Mas, se os imigrantes não foram os únicos a impulsionar a indústria local, é inquestionável a participação dessas pessoas nas atividades urbanas, sobretudo no final do século XIX, com a chegada dos italianos, o que favoreceu a ampliação do mercado de trabalho e, assim, o surgimento de novos empreendimentos. Segundo as estatísticas apresentadas por Oliveira, percebe-se que 58% dos italianos estiveram envolvidos de alguma forma com comércio e que 21% deles estavam em meio às atividades artesanais¹⁴¹. Logo, o surgimento de novos negócios e novas áreas de atuação serviram também como elementos de atração para que outros arriscassem e eventualmente se estabelecessem, facilitando a fixação de novos ingressantes em caráter permanente¹⁴².

1.4.1 Os italianos empreendedores de Juiz de Fora

Se a Hospedaria Horta Barbosa funcionou como a porta de entrada para a maior parte dos imigrantes, outro tanto deles vieram através de recursos diversos, atraídos por familiares e amigos estabelecidos na cidade ou até atraídos por empresários, que

¹³⁹ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) Niterói, UFF, 1991, p. 75, 78, 79 e 81.

¹⁴⁰ ANDRADE, Silvia M. B. V. *Classe operária em Juiz de Fora: Uma história de lutas (1912 – 1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987, p. 35.

¹⁴¹ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) Niterói, UFF, 1991, p. 10, 83 e 114

¹⁴² TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. In: *Tempo Social: revista de sociologia da USP*. São Paulo: 2008. V:20, n:1, p.201.

ofertavam campo de atuação nos novos empreendimentos da cidade¹⁴³. Assim, busca-se apresentar alguns italianos que chegaram em Juiz de Fora e tiveram a oportunidade de desenvolver seus próprios negócios, além de se manterem constantemente envolvidos com os meios de sociabilidade existentes na cidade. Esses, a serem apresentados, tiveram, ainda em comum, o fato de fundarem a Loja *Unione Italiana Benso di Cavour*. De modo geral, esses imigrantes foram bem-sucedidos, e o que chamou a atenção é que apenas dois deles estiveram presentes nos registros da Hospedaria Horta Barbosa, os demais chegaram por outros meios.

Segundo os registros da Hospedaria, o italiano Gaetano Chiantia, chegou em Juiz de Fora no dia 16 de agosto de 1896, quando tinha 33 anos de idade, estando acompanhado de sua esposa Serafina Terrano Chiantia, italiana, com de 22 anos e de sua sogra Maria Chiantia com idade de 60 anos. Esses registros, além de permitirem a contabilização do número de pessoas que passaram pela cidade, fornecerem informações para traçar perfis, como idade e gênero; também traziam informações sobre a causa da saída da Itália e em qual embarcação essas pessoas vieram. No caso de Chiantia, consta em seus registros que ele e sua família vieram por espontaneidade, através da embarcação Colombo¹⁴⁴. Após estabelecido na cidade, chegou a abrir seu próprio negócio, era sapateiro e possuía um comércio na esquina da Rua Halfeld com a Avenida 15 de Novembro, atual Avenida Getúlio Vargas¹⁴⁵. O outro italiano empreendedor que chegou a Juiz de Fora pela Hospedaria foi o Tiberio Ciampi, registrado no dia 19 de agosto de 1896, com a idade de 41 anos, acompanhado de sua esposa Eufenia Ciampi com 34 anos, e de mais três filhos ainda crianças. A sua vinda também consta que foi maneira espontânea, através da embarcação Provence¹⁴⁶. Em Juiz de Fora, atuou como pedreiro, negociante, construtor, chegando a abrir um importante negócio, no ano de 1923, onde passou a atuar no ramo de automóveis. Sua empresa era representante das marcas Volkswagen, Vemag e Chevrolet¹⁴⁷. Tiberio veio

¹⁴³ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) Niterói, UFF, 1991, p. 109-111.

¹⁴⁴ Arquivo Público Mineiro - Gaetano Chiantia - Livro SA – 910, p.15, rolo 03.

¹⁴⁵ *REVISTA BENSO DI CAVOUR*: Edição especial – Primeiro Centenário. Juiz de Fora - MG: Juizforana Gráfica e Editora, 2002.

¹⁴⁶ Arquivo Público Mineiro - Tiberio Ciampi - Livro SA – 910, p.27, rolo 03.

¹⁴⁷ CASARIN, Heliane. Banco de Dados sobre a Imigração Italiana em Juiz de Fora e Zona da Mata Mineira. 2015. Não publicado.

a falecer no dia 13 de janeiro de 1931¹⁴⁸, pouco depois de ter empreendido a construção de um grande prédio na cidade, como veremos mais à frente.

Entre os imigrantes italianos fundadores da loja *Unione Italiana Benso di Cavour* que vieram através de outros recursos e tornaram-se comerciantes em Juiz de Fora apontamos: Humberto Gaburri, que nasceu em Arezzo e chegou ao Brasil através do porto de Santos em primeiro de setembro de 1897, na cidade se constituiu como comerciante¹⁴⁹. Giuseppe Spinelli nasceu em Santagata di Ezaro, chegando em Juiz de Fora no final do século XIX. Na cidade, foi barbeiro, proprietário e sócio de uma empresa do ramo da construção civil¹⁵⁰. Luiz Perry¹⁵¹ chegou a Juiz de Fora no final do século XIX e tornou-se um importante construtor de obras na cidade, sendo o responsável pela edificação do primeiro mercado municipal da cidade, além de ser proprietário de uma fábrica de massas e tapeçarias¹⁵² e uma fábrica de móveis na Rua Halfeld¹⁵³. Envolvido com a vida associativa dos italianos, ajudou a fundar uma das mais importantes associações italianas do local, chamada Sociedade de Beneficência Umberto Primo¹⁵⁴. Salvatore Notaroberto¹⁵⁵ também chegou em Juiz de Fora no final do século XIX, era reconhecido como carpinteiro, mas além disso, foi responsável pelo desenvolvimento de vários projetos arquitetônicos na cidade¹⁵⁶. E, por fim, destaca-se ainda o Comendador Pantaleone Arcuri¹⁵⁷, uma figura diferenciada dentro da cidade, nascido em Santagata di Ezaro, no dia 24 de agosto de 1867, casou-se no Brasil com a italiana Christina Spinelli Arcuri. Segundo relatos da família, ele veio para o Brasil com 9 anos junto de seu pai, que era pedreiro e se estabeleceram no Rio de Janeiro durante um curto intervalo de tempo. Retornou para a Itália e entre os anos de 1887 e 1889 acabou se fixando na cidade de Juiz de Fora, onde trabalhou como pedreiro, apesar de

¹⁴⁸ Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Tiberio Ciampi. Inventário 1931 caixa 205/115º processo.

¹⁴⁹ *REVISTA BENSO DI CAVOUR*: Edição especial – Primeiro Centenário. Juiz de Fora - MG: Juizforana Gráfica e Editora, 2002.

¹⁵⁰ CASARIN, Heliane. Banco de Dados sobre a Imigração Italiana em Juiz de Fora e Zona da Mata Mineira. 2015. Não publicado.

¹⁵¹ Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Luiz Perry - Inventário 1918 caixa 096/47º processo.

¹⁵² FILHO, J. Procópio. Salvo Erros ou Omissão: gente juiz-forana. Juiz de Fora: 1979, p. 226.

¹⁵³ TRIBUNA DE MINAS. *Imigrantes: 150 anos Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Tribuna de Minas, 2000. p 21, p. 17

¹⁵⁴ FILHO, J. Procópio. Op. cit. p. 226.

¹⁵⁵ Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Salvatore Notaroberto - Inventário 1938 caixa 258/99º processo.

¹⁵⁶ CASARIN, Heliane. Op. cit.

¹⁵⁷ Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Comendador Pantaleone Arcuri - Inventário 1959 caixa 334/106º processo.

constar em um de seus passaportes, que a sua profissão era camponês¹⁵⁸. O Comendador Pantaleone Arcuri era visto não só pela cidade, mas pela região, como um importante industrial e construtor de Juiz de Fora¹⁵⁹. Seu nome e o nome de sua firma apareciam constantemente nos jornais locais¹⁶⁰, seja por conta dos anúncios que enviava ao jornal, ou seja, por conta de investimentos e mudanças ocorridos na companhia¹⁶¹. De forma geral, percebe-se uma grande recorrência do nome desses italianos era nos jornais locais, devido a ligação com as propagandas de seus estabelecimentos ou por conta da participação dessas pessoas em associações na cidade de Juiz de Fora.

É interessante notar que os imigrantes que optaram pela abertura de novos empreendimentos, normalmente, seguiam algumas diretrizes como, por exemplo, terem por perto o trabalho de outros italianos e o corpo administrativo dessas empresas, serem formados por membros de um núcleo familiar. A empresa formada pelo Comendador Pantaleone Arcuri, deixa essas características em evidência. Arcuri chegou em Juiz de Fora, no final da década de 1880, sem passar pelos registros da hospedaria, pois já contava com a presença de alguns de seus familiares morando na cidade¹⁶². Ainda no século XIX, Arcuri viu a oportunidade de montar sua própria empresa e, através dela, atrair mais imigrantes para o trabalho. Para se ter uma ideia, no ano de 1906, sua firma chegou a empregar 110 operários, sendo que aproximadamente 50% deles eram de origem italiana e muitas vezes já eram contratados na própria Itália¹⁶³. Além do volume de operários italianos, a empresa ainda contava com Salvatore Notaroberto, responsável por desenvolver vários projetos de construção para a empresa¹⁶⁴ e de Giuseppe Spinelli, que além de sócio, também era seu cunhado¹⁶⁵. Analisando os classificados dos jornais da época, vemos tantos outros exemplos de negócios, que envolvia a administração

¹⁵⁸ CASARIN, Heliane. Op. cit.

¹⁵⁹ Jornal “*Il Bersagliere*”, 19/05/1904, p.1.

¹⁶⁰ Jornal “O Pharol”, 02/05/1897, p. 1; 11/06/1897, p. 2; 13/06/1897, p.1; 01/07/1897, p.1; 28/07/1897, p.1.

¹⁶¹ Jornal “O Pharol”, 08/08/1897, p. 1.

¹⁶² OLENDER, Marcos. Juiz de Fora e seu patrimônio arquitetônico. In: VISCARDI & OLIVEIRA (Org.). *Vivendo a história*: Novas pesquisas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011, p. 53.

¹⁶³ CHRISTO, Maraliz de Castro. Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão. In: BORGES, Célia Maria (org.) *Solidariedades e Conflitos*: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000, p. 147.

¹⁶⁴ CASARIN, Heliane. Banco de Dados sobre a Imigração Italiana em Juiz de Fora e Zona da Mata Mineira. 2015. Não publicado.

¹⁶⁵ OLENDER, Marcos. Op. cit.

entre familiares, como a Casa de Desportos T. Ciampi e Filho¹⁶⁶, a Sapataria Luiz Tirapani e Filho¹⁶⁷ e outros.

Então, pode-se questionar sobre qual seria o motivo para ter tantos casos de sucesso entre essas pessoas? E a resposta poderia ser dada como:

Simple: trabalho e espírito de privação e poupança. Quer dizer, apresenta-se uma sociedade onde as condições objetivas oferecem possibilidades de ascensão social ao indivíduo, condicionadas unicamente à vontade de trabalhar e à disposição de sacrificar parte de seu consumo presente¹⁶⁸.

1.4.2 Os italianos que buscavam a naturalização brasileira

Com a chegada da República, aconteceu no Brasil um processo chamado de “Grande Naturalização”. Esse procedimento foi realizado pelo governo provisório que entendia que o desenvolvimento da imigração era algo de significativa importância para fomento da expansão das forças produtivas da República. Além desta medida ser um benefício para as áreas de café, gerando mão de obra, seria também uma melhoria para o aumento demográfico das áreas pouco povoadas do país. Acreditava-se que, para ocorrer o desenvolvimento do país, seria necessário estimular o aumento demográfico¹⁶⁹ e, por isso, consistir em necessária a naturalização de todos os estrangeiros estabelecidos no país. É claro que as mudanças de cidadania não implicavam no divórcio do imigrante em relação ao velho país. Pelo contrário, o imigrante, muitas vezes se via localizado em um meio estranho e em algumas vezes era de fato recebido de forma fria pelos que eram nativos da região. Dessa forma, uma estratégia adotada por esses imigrantes era a formação de agrupamentos étnicos, que permitiam uma maneira de identificação e amparo frente às novas adversidades¹⁷⁰, e assim não cortando vínculos com a terra pátria, mas a mantendo sempre viva na memória. Bom, mas esse não foi o procedimento adotado por todos os imigrantes, e mesmo os que recorriam a participação em grupos étnicos, em alguns casos, entendiam que era necessário a

¹⁶⁶ Jornal “O Pharol”, 28/04/1923, p. 3.

¹⁶⁷ Jornal “O Pharol”, 21/01/1903, p. 2.

¹⁶⁸ GERTZ, René. Imigração e empreendedorismo industrial no Rio Grande do Sul. In: FAY, Claudia Musa; RUGGIERO, Antonio de (Org.). *Imigrantes Empreendedores na História do Brasil: Estudos de Casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 160.

¹⁶⁹ MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas 1889 – 1930*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1994, p. 36.

¹⁷⁰ HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital (1848-1875)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012, p. 301.

naturalização, até como uma maneira de poder ter alguma voz dentro da sociedade. Por isso, alguns desses estrangeiros procuravam meios legais para conseguirem e garantirem essa nacionalidade.

Entre os italianos citados no item anterior encontraram-se Pantaleone Arcuri e Luiz Perry junto a Câmara Municipal para requererem a nacionalidade brasileira. O empresário Arcuri, em 1890, buscou legalmente o direito de nacionalidade com o intuito de exercer seus direitos políticos como brasileiro, para isso lavrou, de próprio punho, um documento em português, misturado com italiano, em que disse residir em Juiz de Fora desde 1887 e se identificava como construtor¹⁷¹. Alguns anos mais tarde saíria no jornal local que Pantaleone, e também José Spinelli e José Grippe eram cidadãos domiciliados no município de Juiz de Fora e que se encontra em condições de serem eleitores alistados e regulamentados¹⁷². Para além da possibilidade de atuar em seus direitos eleitorais, percebe-se que Arcuri abria outras frentes de relações com a cidade, encontra-se, nos jornais locais, o seu nome em notícias referente a doação de donativos para a promoção de festas, como a Semana Santa¹⁷³ ou para as festas do dia de Santo Antônio, santo padroeiro da cidade de Juiz de Fora¹⁷⁴. Houve ainda a sua participação em um caso de melhoramento da cidade em que uma comissão auxiliadora da Câmara Municipal enviou ofícios para alguns proprietários da cidade pedindo capital para a aquisição de madeiras para que pudessem cercar as árvores doadas pelo Presidente do estado de Minas para o embelezamento da rua da Direita. A Cia. Pantaleone Arcuri & Spinelli recebeu um desses ofícios e os respondeu positivamente, inclusive disponibilizando a prestação de serviços para a confecção das cercas¹⁷⁵.

O que se procurou mostrar nesse subitem foi que, apesar da dificuldade de inserção na nova sociedade, por alguns estrangeiros, e por isso mesmo a recorrência a grupos fechados, de caráter étnicos, houve também a preocupação, por parte de outros desses imigrantes, em estarem constantemente envolvidos com os acontecimentos da sociedade local. Os modos que mais foram buscados para desenvolver relações sociais dentro da cidade foram, a procura pela naturalização brasileira, a participação, não só presencial, mas também financeira em festas típicas da região e a contribuição nas

¹⁷¹ Arquivo Histórico da Prefeitura de Juiz de Fora – F.C.M.R.V. - Vª parte – Órgãos e Funcionários da Câmara – VI Secretaria da Câmara – 165 - Documentos referentes a certificados de nacionalidade.

¹⁷² Jornal “O Pharol”, 20/07/1902, p. 2.

¹⁷³ Jornal “O Pharol”, 01/04/1903, p. 1.

¹⁷⁴ Jornal “O Pharol”, 10/06/1905, p. 1.

¹⁷⁵ Jornal “O Pharol”, 03/06/1904, p. 1; 08/06/1904, p. 1.

atividades de melhoramentos urbanos, de preferência, que qualquer uma dessas atuações fossem noticiadas nos jornais, para que a população local os percebessem.

CAPÍTULO 2: IMIGRANTES ITALIANOS E AS SUAS ASSOCIAÇÕES

2.1. As Formas Associativas

O fato de pessoas deixarem sua terra natal em busca de um recomeço, suscita inúmeras possibilidades de estudos. Para o presente trabalho, ocorreu a reflexão sobre quais recursos poderiam ser adotados para que esses imigrantes pudessem se estabelecer frente à nova realidade. O caso dos imigrantes italianos chama ainda mais atenção, pois além de se depararem com um país de clima, tradições e idioma diversos dos seus, essas pessoas viviam na Itália, a qual passava por um contexto de mudanças proporcionadas pela recém-unificação. Assim, os múltiplos costumes, dialetos e rivalidades existentes entre os vários Reinos que antes compunham parte da Península Itálica eram aglutinados no momento em que desembarcavam em terras brasileiras e mesmo com tais diferenças todos eram rotulados simplesmente como italianos.

As respostas encontradas para essa questão começaram a aparecer junto às pesquisas sobre a imigração italiana na cidade de Juiz de Fora. Os trabalhos vinham mostrando que a prática associativa entre imigrantes italianos foi recorrente por todo o Brasil, sobretudo nos fins do século XIX, quando o número de imigrantes se tornou maior e muitas dessas pessoas se integraram a grupos filantrópicos ou de ajuda mútua, em busca de estabilidade e melhor adaptação à nova realidade¹⁷⁶.

A prática de se associar a grupos que pudessem fornecer segurança não era exclusiva dos imigrantes. Pelo contrário, a vida associativa foi muito recorrente durante o século XIX em grande parte da Europa, abarcando uma grande parcela da população¹⁷⁷. No Brasil, as associações também se fizeram presentes, sobretudo no final do século XIX, quando ocorre um maior movimento de europeus vindo à procura de melhores condições de vida e emprego¹⁷⁸. De maneira geral, as associações funcionavam como grupos vizinhos, que buscavam a proteção e a cooperação

¹⁷⁶ TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 170.

¹⁷⁷ PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3ed, Rio de Janeiro, FGV, 2002, p. 147.

¹⁷⁸ FERREZINI, Valéria Leão. *A “Questão São Roque”: Devoção e Conflito, Imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902-1920)*. Dissertação (Mestrado em História). UFRJ, Rio de Janeiro, 2003, p. 74.

econômica de forma mútua¹⁷⁹. É possível encontrar associações formadas por trabalhadores, escravos libertos, comerciantes, idosos, empresários, religiosos, e outros. Vê-se a regulamentação desses meios, por exemplo, em 1860, quando, segundo estudos de Pereira de Jesus, para que um grupo de pessoas pudesse se organizar em “sociedades”, deveriam requerer a autorização para o funcionamento, independente de qual fosse a sua finalidade. A posse da regulamentação de funcionamento consistia em recorrer à delegacia mais próxima e solicitar uma autorização, inclusive, era necessário que alguma autoridade estivesse presente durante a primeira reunião do grupo, para tomar as providências necessárias para que o encontro ocorresse dentro da ordem estabelecida. A ata da seção de fundação, de acordo com a disposição da Lei 1.083 de agosto de 1860 e do Decreto 2.711 de dezembro de 1860, deveria ser enviada para o Conselho de Estado para análise e, posteriormente, impressão do estatuto oficial pela Tipografia Nacional, na forma de um pequeno livro, modelo que inclusive foi muito recorrente por esse tipo de instituição, mesmo depois de 1882, quando a lei 3.150 pôs fim a essa prática burocrática¹⁸⁰.

Alguns anos após a Proclamação da República, o direito à associação passou a ser reconhecido constitucionalmente e atribuiu-se à sociedade civil o controle sobre suas próprias organizações. Contudo, essa autonomia não era esplanada a qualquer tipo de associação de pessoas, ela era restrita a certas modalidades como as mutuais, as cooperativas, as associações profissionais ou literárias, as associações religiosas, as esportivas e as de lazer. A Constituição de 1891 traz que todos os brasileiros e estrangeiros teriam a liberdade de pensamento, organização e expressão. Assim, entende-se que todos tinham o direito de associar-se, cabendo à intervenção de autoridades, somente em caso de necessidade de manutenção da ordem pública. O texto constitucional possibilita um passo importante para esse tipo de agrupamento, vide que durante o Período Imperial, houve a constante regulação e proibição do funcionamento de corporações de ofício, das possíveis “sociedades secretas” e seu eventual caráter conspirador. Em 1893, tem-se, ainda, a Lei número 173 que explicita o assunto acerca do direito de associação. Nesse novo texto, aparece a obrigatoriedade de toda e qualquer

¹⁷⁹ PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3ed, Rio de Janeiro, FGV, 2002, p. 136.

¹⁸⁰ JESUS, Ronaldo Pereira de. História e Historiografia do fenômeno associativo no Brasil Monárquico (1860-1887). In: ALMEIDA, C.M.C. e OLIVEIRA, M.R. (Orgs). *Nome e Números: Alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006, p. 285, 286 e 189.

associação se registrar em cartórios civis e ter seu estatuto, ou parte dele, publicado nos diários oficiais dos respectivos estados¹⁸¹.

Algo importante a se notar nas associações é que elas não são sempre unifuncionais, mas podem cumprir simultaneamente várias funções sociais. Isto é, trata-se de considerar as associações como multifuncionais¹⁸². Muitas das práticas associativas desenvolvidas durante as décadas iniciais da República brasileira funcionavam como amparo aos trabalhadores, na tentativa de sanar possíveis imprevistos, como casos de acidente ou problemas de saúde. Porém, é preciso tomar cuidado ao interpretar essa afirmação, pois, nesse contexto, a criação desses grupos não era entendida como uma maneira de reivindicação das pessoas por um Estado previdenciário. Segundo Viscardi, o momento vivido era o da construção de afirmações sob uma ideologia liberal, que convivia concomitante com uma sociedade civil fragmentada que trazia consigo o pensamento de não interferência do Estado¹⁸³. Nesse período, havia formatos de associações diversos, como associações literárias, artísticas, científicas, de ofícios diversos, esportivas, mas as que se tornaram mais recorrentes foram as identificadas como filantrópicas e mutualistas que logo se proliferaram, sobretudo nas zonas urbanas. Contudo, a distinção entre ambos não era muito clara para os seus contemporâneos. Os termos “socorro mútuo”, “filantrópico” e “beneficência”, eram muito utilizados na composição dos nomes de associações, de modo que o próprio Estado apresentava dificuldades em diferenciá-las¹⁸⁴.

A propagação dos grupos dos tipos filantrópicos e mutualistas estava vinculada ao significativo crescimento populacional do país, para o qual muito contribuiu a vinda de imigrantes europeus. Pode-se constatar que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de associações de auxílios mútuos e beneficência, arroladas em Minas Gerais no ano de 1917, foi de 790. Minas só ficou atrás do Distrito Federal, na época Rio de Janeiro, que contava com 816 associações, e estava seguida de São Paulo com 744¹⁸⁵.

¹⁸¹ VISCARDI, Cláudia M. R. *Leis sociais e cidadania na Primeira República: o direito de associação*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011, p. 5 e 8.

¹⁸² MOREL, Marco. “Sociabilidade entre Luzes e Sombras: Apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.28, p. 5, 2001. p. 5.

¹⁸³ VISCARDI, Cláudia. M. R. Experiências da prática associativa no Brasil (1860 - 1880). In: *Topoi*. V. 9, n 16, p.126 – 128, 2008, p. 118.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 120.

¹⁸⁵ VI — Associações de auxílios mútuos e beneficência — 1917 – In: *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm> Acesso em 03 de jan. 01 de 2017.

Devido à grande recorrência dessas duas formas de associação e a proximidade na forma de atuação desses dois grupos, resolvemos nos pautar nos estudos de Viscardi para diferenciá-las. Assim, entendem-se as associações mutualistas como as que prestavam socorro aos seus membros e que tinham como sustento as contribuições dos próprios integrantes; e as filantrópicas, por sua vez, eram, normalmente, formadas por instituições religiosas ou por setores sociais privilegiados e tinham como objetivo ajudar a quem necessitasse, além de praticarem ações de caridade¹⁸⁶.

As associações do tipo mutualistas existem desde pelo menos a década de 1830 no Brasil, porém, é somente a partir de 1890 que ocorre a ampliação dessas por todo o país¹⁸⁷. As sociedades de ajuda mútua chegavam a ter a sua prática incentivada pelo próprio Estado, que via nessas instituições uma maneira de garantir o controle social¹⁸⁸, uma vez que elas socorriam os trabalhadores em momentos delicados. Algumas, além do auxílio, também disponibilizavam para seus associados a instrução e a formação moral, através da criação de escolas e do desenvolvimento de atividades culturais e recreativas¹⁸⁹, novamente tais práticas agradavam o Estado que visava pela ordem. Tais como as mutuais de outros países, as brasileiras eram muito diversificadas, algumas se organizavam por etnia, outras por ofício, outras por local de trabalho e algumas eram gerais e não possuíam uma identidade específica. O número de associados poderia variar bastante, sendo que algumas chegavam a reunir milhares de associados, enquanto outras não chegavam a uma centena deles. Entre os socorros oferecidos pelas mutuais estavam o financiamento de funerais, pensões para viúvas, pequenas coberturas para acidentes de trabalho, auxílio para viagens para o exterior, compra de remédios e outros. O atendimento que prestavam se cobria em parte, uma ausência de direitos trabalhistas mínimos nesse período. Como desempenharem funções de auxílio aos encontravam em momento de necessidade, recorriam eventualmente ao Estado exigindo seu subsídio, quando também passavam por dificuldades. Algumas vezes, as mutuais conseguiam receber pequenas subvenções públicas ou isenções de impostos, suprimindo assim parte de suas carências. Já a partir da década de 1940, ocorreu um significativo declínio de

¹⁸⁶ VISCARDI, Cláudia M. R. Mutualismo e Filantropia. In: *Revista Locus*, Juiz de Fora, v 1, n. 1, 1995, p. 100 a 105.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 78.

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 126.

¹⁸⁹ GASPARETTO JUNIOR, Antonio. *Direitos Sociais em Perspectiva: Seguridade, Sociabilidade e Identidade nas Mutuais de Imigrantes em Juiz de Fora (1872 - 1930)*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014, p. 20.

seu número em razão da implantação, de forma mais efetiva, de políticas públicas de proteção social, sobretudo ao longo do governo Vargas (1930-1945)¹⁹⁰.

Já as associações entendidas como filantrópicas, que também andavam em sinonímia de beneficência ou benemerência, eram identificadas como portadoras de um objetivo comum, que consistia no conjunto de atividades que se dão com o fim de acudir necessidades individuais e também coletivas em relação à sobrevivência daqueles que delas estão privados, sejam tais privações de caráter alimentar, de lazer, de moradia, de educação, dentre outras. A filantropia cumpria na ocasião outros importantes papéis como: o de inibir conflitos sociais, o de garantir um exército de reserva e o de disciplinar uma mão de obra algumas vezes avessa ao trabalho. Mais à frente, quando as ações da filantropia se tornam políticas públicas, ou seja, de responsabilidade do Estado, essas obras passa a ser conhecida como assistência social¹⁹¹.

Percebe-se, assim, que a criação desses grupos acabava funcionando como estratégia de sobrevivência para o coletivo, seja a partir da necessidade de algumas pessoas em se ajudarem mutuamente ou a partir da ação de algumas pessoas que buscavam recursos para ajudar os menos favorecidos, diante da ausência de assistências do Estado. O texto citado abaixo foi escrito pelo farmacêutico, professor e membro da Academia Mineira de Letras¹⁹², Dr. João Augusto Massena (1865-1957), e relata um pouco sobre a função e a importância das associações, sobretudo das filantrópicas.

O aparecimento de uma associação é o produto de um desequilíbrio, de uma fraqueza social; representa e indica claramente uma necessidade não satisfeita, uma aspiração de progresso irrealizado, um pedido de bem-estar que ainda não se conquistou. Significa, pois, em definitivo, um atraso a vencer, uma imperfeição a destruir. É assim, por exemplo, que a humanidade sentindo-se atrasada, inerte e fraca na luta contra a tuberculose, esse inimigo traiçoeiro e formidável, que por enquanto desafia todas as forças sociais; sentindo-se, nesse embate, quase desamparada pela ciência, verificando não ter soado ainda a hora de progresso e vitória, reúne as fraquezas individuais a ver se faz delas uma força coletiva. É assim também que o proletariado, sentindo-se esmagar pelas classes elevadas, pela injusta organização social do século XIX, reúne todas as suas forças e aspira violenta e desordenadamente a um bem, que nem mesmo sabe ou consegue formular. É ainda assim que os filantropos, sentindo-se individualmente fracos contra a miséria, congregando-se, associam-se contra esse flagelo das Nações, contra esse odioso produto do nosso atraso, que a civilização ainda não conseguiu eliminar. A cada necessidade, enfim, a cada aspiração corresponde a um

¹⁹⁰ VISCARDI, Cláudia M. R. As Relações Públicas e Privadas: Mutualismo e Filantropia no Brasil. In: *Anais do XXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social*. Porto: 2009, p. 6, 8 e 9.

¹⁹¹ *Ibid.*, p. 2 e 3.

¹⁹² FILHO, J. Procópio. *Salvo Erros ou Omissão: gente juiz-forana*. Juiz de Fora: 1979, p. 161.

agrupamento de energias, que pretendem eliminar umas, satisfazer outras. Assim, quem fizer a descrição e o histórico das associações existentes em certa época e em certo lugar estará, por isso mesmo, indicando ao historiador do futuro quais as necessidades étnico mais palpitantes, quais as fraquezas, quais as falhas de progresso, nesse País e nesse tempo. Contudo, não será sem uma certa dose de orgulho bairrista que começaremos a fazer uma breve resenha das numerosas sociedades existentes nessa nobilíssima terra: é que, se as associações não indicam um progresso realizado, mostram pelo menos um esforço, uma tendência para o progresso.¹⁹³

Para o Dr. João Massena, a existência das associações era consequência de um desequilíbrio social e de um progresso irrealizado, usando suas palavras. O proletariado, que se via desamparado em meio à organização social, buscava nesses caminhos maneiras de solucionar alguns dos seus problemas. O autor cita, com certo orgulho, a função do filantropo que buscava através dessas instituições uma maneira de corrigir as mazelas existentes na sociedade. Porém, veremos mais à frente que a prática da filantropia nem sempre era realizada de forma tão gratuita. Outro ponto interessante nesse fragmento é a preocupação em documentar a existência desses grupos para os historiadores de tempos futuros, pois ele acreditava que o conhecimento da existência delas poderia funcionar como termômetro do que precisava ser melhorado para a sociedade e poderia mostrar os pontos falhos do progresso de uma época.

A estrutura administrativa e funcional desses dois tipos de associações também se distingue. Por exemplo, a participação de gênero, para a grande maioria das mutuais brasileiras, era restrita à participação da mulher, o que não ocorria com as associações filantrópicas¹⁹⁴. A questão de posição de seus membros também era diversa, se por um lado as organizações de caráter filantrópico predominam em seu interior as relações de solidariedade do tipo verticais, ou seja, um grupo bem aquinhado que resolve por alguma razão amparar um necessitado e acaba por estabelecer com ele uma relação solidária, porém verticalizada. De outro lado, nas mutuais, as relações de solidariedade aparentam-se mais horizontais, na medida em que um conjunto de necessitados se associa com o fim de ampararem-se uns aos outros. Contudo, algo que predominava nesses dois tipos de associações era o uso da Imprensa para o cotidiano de ambas as modalidades de associação.

O jornal assumia funções muito mais amplas do que a mera divulgação dos fatos. Anunciava todas as assembleias das associações, publicava algumas atas e estatutos e

¹⁹³ OLIVEIRA, Paulino. *Efemérides Juizforanas (1698 - 1965)*. Juiz de Fora: UFJF, 1975, p. 185.

¹⁹⁴ VISCARDI, Cláudia M. R. *As Relações Públicas e Privadas: Mutualismo e Filantropia no Brasil*. In: *Anais do XXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social*. Porto: 2009, p. 7.

convidava a população para as festividades¹⁹⁵. Veículos de comunicação de suma importância nesse período entre as associações e seus membros foram os jornais locais. No Jornal “O Pharol”, podemos ver uma série de convocações para reuniões, assembleias, no caso das associações italianas, esses textos costumavam vir em italiano¹⁹⁶. Mas também usam esse veículo para socializarem com a população local. As associações recorriam aos jornais locais e noticiavam, em português, convites para eventos, festas e comemorações. Por exemplo, em 1894, a Società Umberto Primo noticiou a promoção de um espetáculo do Circo Atlântico com o objetivo de arrecadar fundos para si. Nessa reportagem, a comissão responsável pelo evento solicitou o máximo de acolhimento possível à festa pelos seus membros, pois o produto arrecadado seria revertido a favor da conclusão do prédio da sede daquele centro de socorro¹⁹⁷. Em outro convite, reportado no mês de janeiro de 1919 - em um contexto pós-Guerra - nota-se o empenho desses grupos em constituir uma cerimônia para aproximar representantes de diversas instituições da sociedade, como os membros da Liga de Defesa Nacional, da Liga Mineira pelos Aliados, membros das colônias estrangeiras de Juiz de Fora e também das demais associações locais, com o intuito de organizar festejos em prol de uma assinatura da paz¹⁹⁸.

Além da possibilidade de criar um ambiente de diálogos para as associações, tanto interna, como externamente, os jornais também forneciam espaços para colocar em voga os principais nomes dos seus membros. De modo que, nas reportagens, não apareciam os nomes de todos os associados, mas constavam nomes de personalidades, dos diretores e pessoas de importância das mesmas. Pode-se concluir que a presença desses nomes nas matérias funcionava como via de mão dupla, pois poderia destacar as associações, uma vez que elas tinham como membros personalidades para a sociedade, e ao mesmo tempo funcionavam para colocar em evidência o próprio nome dessas pessoas as destacando para a atuação em seus negócios, por exemplo.

Assim, é possível perceber que, mesmo prezando pelo amparo e pela formação de seus membros, a ação de algumas pessoas dentro dessas instituições não era puramente gratuita. A participação nesses meios também poderia funcionar como

¹⁹⁵ VISCARDI, Cláudia M. R. As Relações Públicas e Privadas: Mutualismo e Filantropia no Brasil. In: *Anais do XXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social*. Porto: 2009, p. 12.

¹⁹⁶ Jornal “O Pharol”, 03/07/1890, p. 2; 05/07/1890, p. 2; 12/10/1902, p. 2; 30/10/1904, p. 2; 11/01/1903, p. 1 e 2; 12/01/1903, p. 2; 22/01/1916, p. 1.

¹⁹⁷ Jornal “O Pharol”, 08/09/1894, p. 2.

¹⁹⁸ Jornal “O Pharol”, 25/01/1919, p. 1 e 2.

estratégia para atingir a outros fins, que poderiam conter muito pouco de coletivos ou poderiam trazer consigo a preocupação em construir e manter certo poder dentro da sociedade¹⁹⁹. Talvez essa ideia fique mais clara quando percebemos a vasta participação de autoridades locais nessas associações. O Ato de associar-se implicava também em uma forma de reforçar sua liderança política e seu *status* social. Assim, o resultado das maiores contribuições às associações era recompensado pelo agradecimento público na imprensa e algumas vezes pelo emprego de seus nomes em prédios e pavilhões da instituição ou, mesmo, pela encomenda de quadros que ficavam expostos em suas sedes²⁰⁰.

Em Juiz de Fora, notamos casos como esse, por exemplo, a construção da Casa D'Italia. O Governo Fascista, com o intuito de reforçar sua legitimidade, procurou conquistar, também, os italianos que viviam fora da Itália. Para atingir a esse fim, desenvolveu escolas, livros didáticos, cadernos escolares, colônias de férias e a fundação das Casas de Itália²⁰¹. Juiz de Fora, contendo uma colônia de italianos de proporção significativa, não ficou de fora dessas investidas. Assim, em 12 de outubro de 1933, em nome do governo italiano, o Dr. Amatore De Giacomo adquiriu uma vasta área na Av. Barão do Rio Branco, importante via da cidade, onde seria construída a sede da Casa d'Italia²⁰². Para a execução desse projeto, ocorreu a compilação de diversas associações italianas existentes na cidade, sendo que, inclusive, a Associação Umberto Primo, antiga e de renome em Juiz de Fora, vendeu sua propriedade para poder investir na construção desse novo centro, onde então passaria a funcionar. Por ocasião da construção da Casa D'Italia, Pantaleone Arcuri participou com uma das mais significativas contribuições²⁰³, além disso, a sua empresa, Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri assumiu as obras do edifício da Casa D'Italia, que foi inaugurada em 1939²⁰⁴, abrindo mão de parte do pagamento para a construção do prédio²⁰⁵. Vê-se, em contrapartida, que Pantaleone Arcuri foi bem recompensado por

¹⁹⁹ VISCARDI, Cláudia M. R. Mutualismo e Filantropia. In: *Revista Locus*, Juiz de Fora, v 1, n. 1, 1995, p. 100 a 105.

²⁰⁰ VISCARDI, Cláudia M. R. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, C.M.C. e OLIVEIRA, M.R. (Orgs). *Nome e Números: Alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 20, p. 311.

²⁰¹ FERZINI, Valéria Leão. Italianos e a Casa d'Italia de Juiz de Fora. In: *Revista Locus: Dossiê de Imigração*. Juiz de Fora, v 15, n. 1, 2009, p. 151.

²⁰² OLIVEIRA, Paulino. *Efemérides Juizforanas (1698 - 1965)*. Juiz de Fora: UFJF, 1975.

²⁰³ *Ibid.*, p. 153.

²⁰⁴ OLENDER, Marcos. *Ornamento, ponto e nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011. p. 270 e 271.

²⁰⁵ *Ibid.*

esse ato. Recebeu o título de Comendador²⁰⁶ e, a exposição, no salão principal, de um quadro com a sua imagem e outro com a imagem de sua esposa, Christina Spinelli Arcuri, encomendados pela própria instituição, como forma de reconhecimento ao trabalho realizado pela Companhia.

As relações de solidariedade que se desenvolviam nesse meio previam algum tipo de reciprocidade, ainda que para um retorno tardio ou indireto²⁰⁷. O indivíduo contribuía para o funcionamento da instituição, porém não sabia nem quando e nem quanto receberia algo em troca. Em diversas ocasiões, os que mais contribuía eram os que raramente usufruíam de recursos materiais. Em contrapartida, o ganho que essas pessoas obtinham era a manutenção da dependência dos outros em relação a eles e, conseqüentemente, o reforço de seus *status*²⁰⁸ perante a sociedade que residia.

Era de costume, as associações recorrerem ao Estado à procura de isenção de impostos, de serviços urbanos em suas propriedades e de permissões para realização de festas. E normalmente o poder público atendia a essas necessidades²⁰⁹. Mas, a partir de 1920, e, sobretudo, depois da década de 1930, nota-se que o Estado traz para próximo de si, a realização e a manutenção de alguns amparos que seriam oferecidos então aos trabalhadores. E essas novas medidas acabam descaracterizando as funções desempenhadas pelas as associações²¹⁰ e as conduzindo a dificuldades financeiras que culminavam no seu fechamento ou as transformavam apenas em ambientes de lazer e sociabilidade²¹¹.

2.2 As associações Italianas em Juiz de Fora

Se em sua terra natal, a realidade dos italianos era composta por um cenário repleto de adversidades, as esperanças em conquistar uma situação de vida mais estável

²⁰⁶ Jornal “Diário Mercantil – Edição da Manhã”, 06/11/1939.

²⁰⁷ VISCARDI, Cláudia M. R. Experiências da prática associativa no Brasil (1860 - 1880). In: *Topoi*. V. 9, n 16, p.126 – 128, 2008, p. 128.

²⁰⁸ VISCARDI, Cláudia M. R. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, C.M.C. e OLIVEIRA, M.R. (Orgs). *Nome e Números: Alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006, p. 317.

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 310.

²¹⁰ GASPARETTO JUNIOR, Antonio. *Direitos Sociais em Perspectiva: Seguridade, Sociabilidade e Identidade nas Mutuais de Imigrantes em Juiz de Fora (1872 - 1930)*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014, p. 82 e 83.

²¹¹ VISCARDI, Cláudia M. R. *Op. cit.*, p. 310.

e confortável eram depositadas nos inúmeros anúncios de oferta de trabalhos e de prosperidades existentes no exterior. Contudo, para a maioria desses imigrantes, a realidade encontrada, pós o desembarque, eram bem mais árduas e as oportunidades eram bem menos prósperas. Ludibriados pelas propagandas, quando chegavam ao novo destino, deparavam-se com oportunidades de emprego bem diversas das – antes – propostas, esbarravam nas dificuldades de compreensão do novo idioma²¹² e algumas vezes não eram bem aceitos pela população local. Tal estranhamento era consequência da chegada massiva de imigrantes em uma cidade que imediatamente tinha sua dinâmica de vida alterada, sobretudo, nos setores relacionados ao trabalho. O fato de ver “forasteiros” empregados e algumas vezes até em oportunidades melhores, certamente abria brechas a questionamentos e rejeições para os trabalhadores locais²¹³.

A sensação de deslocamento vivida por essas pessoas, que às vezes não se viam pertencentes a nenhum dos dois países²¹⁴, pois sua terra natal havia ficado para trás e, no novo país, eles muitas vezes não tinham conhecidos, acabava conduzindo à formação de grupos que pudessem os ajudar a encarar, de uma forma menos dolorosa, a nova realidade. O modelo desses grupos, na verdade, não era uma novidade na vida desses italianos, pois já lhes era conhecido desde a própria Itália. Assim, ao chegar ao novo país, eles precisavam apenas de adaptá-lo²¹⁵. Além do mais, essa estratégia de junção possibilitava a construção de um local em que se favorecia a ajuda-mútua nos momentos mais delicados, edificava-se um espaço para rememorar a língua pátria, cultivava-se as danças e as músicas, conserva-se a culinária, os hábitos e os costumes²¹⁶, constituía-se um meio de desenvolver redes de relacionamentos sociais e profissionais e isso resultava em um meio de contornar as rejeições sofridas. Portanto, o fato de ter deixado a pátria para trás não significava, necessariamente, o divórcio com a terra natal. Anderson, quando usa termo “comunidade imaginada”, atinge o cerne da questão sobre se sentir parte de uma nação. O sentimento de pertencimento à Itália ultrapassa o próprio território político da Itália e abarca diversos italianos que vivem fora de sua terra natal ou os descendentes daqueles que vieram em outros tempos, mas ainda

²¹² LUCA, Tânia Regina de. As Sociedades de Socorro Mútuo Italianas e São Paulo. In: BONI, Luiz A. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, p. 389.

²¹³ BIONDI, Luigi. Associativismo e militância política dos italianos em Minas Gerais na Primeira República: um olhar comparativo. In: *Revista Locus: Dossiê de Imigração*. Juiz de Fora, v 15, n. 1, 2009. p. 46.

²¹⁴ IANNI, Constantino. *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972, p. 110-111.

²¹⁵ Ibid.

²¹⁶ LUCA, Tânia Regina de. Op. cit., p. 389.

carregam em si o sentimento de pertencimento à Itália. Os italianos que vivam aqui continuavam sendo informados sobre os acontecimentos de sua pátria. “O Pharol” costumava noticiar sobre acontecimentos na Itália²¹⁷. O jornal chegou até a ter, em algumas edições, em que colunas inteiras eram escritas completamente em italiano, onde se reportavam empreendimentos dos italianos, não só na cidade, mas também fora dela²¹⁸.

A constituição de associações no Brasil tornou-se algo recorrente no final do século XIX e no princípio do século XX. O jornal *Il Bersagliere* identifica, no ano de 1906, pelo menos 129 sociedades italianas em atividades no Brasil²¹⁹. E, em Juiz de Fora, o cenário não foi diverso. Segundo estudos de Viscardi, entre os anos 1876 e 1920, houve o registro de 99 associações na cidade. Deste total, 16 ou 36,36% delas tinham o caráter étnico como formador, sendo que dez delas eram de origem italiana²²⁰. Podemos elencar algumas dessas associações italianas, como a *Società Operaria Italiana di Mutuo Soccorso e di Mutua Istruzione* (1878), a *Società Operaria Italiana di Mutuo Soccorso e Beneficenza Humberto Primo* (1887), a Fanfarra Italiana fundada aproximadamente em 1900, a Sociedade Beneficente Príncipe de Piemonte, constituída aproximadamente em 1900, a *Unione Italiana Benso di Cavour* (1902) e a Irmandade de São Roque (1902)²²¹.

Os mecanismos organizacionais desses grupos, de uma forma geral, eram bem próximos, contudo, os modelos mais recorrentes, como se perceber nos exemplos citados acima, eram as Sociedades de Socorro Mútuo e as Sociedades Beneficentes. Nessas, normalmente, havia uma hierarquia que prevalecia entre os diretores e as várias modalidades de sócios²²². As diretorias eram formadas após eleições, que ocorriam em assembleias ordinárias, das quais podiam participar todos os sócios, geralmente, que se encontravam em dia com os pagamentos. Os cargos disponíveis eram de presidente, vice-presidente, secretário e vice-secretário, tesoureiro e vice-tesoureiro, fiscais,

²¹⁷ Jornal “O Pharol”, 15/09/1905, p. 1; 02/01/1910, p. 1; 22/06/1895, p. 1.

²¹⁸ Jornal “O Pharol” anos de 1910 à 1915.

²¹⁹ Jornal “*Il Bersagliere*”, 05/05/1906, p. 47.

²²⁰ VISCARDI, Cláudia M. R. Mutualismo e Filantropia. In: *Revista Locus*, Juiz de Fora, v 1, n. 1, 1995, 108-100.

²²¹ CHRISTO, Maraliz de Castro. Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão. In: BORGES, Célia Maria (org.) *Solidariedades e Conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000, p. 151-153.

²²² VISCARDI, Cláudia M. R. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, C.M.C. e OLIVEIRA, M.R. (Orgs). *Nome e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006, p. 309.

conselheiros e porta-bandeiras. Na maior parte das vezes, os cargos eram ocupados voluntariamente, salvo o de secretário, devido à quantidade de funções exercidas dentro da instituição, pois era dever do secretário escrever as atas das reuniões, enviar e receber correspondências, comunicar aos sócios as decisões tomadas em assembleia e outros²²³. Interessante notar que, embora a administração de associações como essas não fosse fácil, ocorria constantemente a repetição ou permanência das mesmas pessoas nos cargos de liderança. Possivelmente, essa situação era comum por conta do prestígio que essas pessoas recebiam interna e externamente e o próprio desinteresse por parte dos demais sócios em ocupar cargos burocráticos ou de responsabilidades. A *Società Operaria Italiana di Mutuo Soccorso e Beneficenza Humberto Primo*, por exemplo, teve como presidentes por diversas vezes Affonso Colucci, Luigi Perry e Antonio Passarella²²⁴. As pessoas que compunham a direção das associações, na maior parte das vezes, apresentavam boas condições financeiras. Por conta disso, Gasparetto destaca que as mutuais, em alguns casos, acabavam sendo uma continuidade dos espaços de vivência profissional dos trabalhadores, pois imagina-se que muitos dos associados fossem também empregados dos presidentes das mutuais. Dessa forma, os diretores fortaleciam seu o prestígio sociopolítico, traziam para si a oportunidade de tecer um ambiente de controle da mão de obra de um mesmo grupo étnico e exoneravam as empresas de qualquer compromisso com seguridade²²⁵, uma vez que as mutuais cumpriam essa tarefa. A prática associativa ainda possibilitava interações de diversos níveis; internamente, onde a convivência com pessoas dos mais variados ofícios e posições sociais constituía redes de relacionamentos que poderiam culminar no desenvolvimento de negócios próprios e melhora na condição social do sócio²²⁶; permitia, também, o contato com autoridades políticas italianas que visitavam a cidade em algumas datas comemorativas²²⁷. E, externamente, proporcionava um intercâmbio social e cultural com a população local, sobretudo quando ocorria a promoção de festas, um importante veículo para essas comunicações e interações eram os jornais locais. No Jornal “O Pharol”, vê-se inúmeras convocações para reuniões, assembleias e

²²³ BIONDI, Luigi. *Classe e nação: Trabalhadores e Socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. p.86.

²²⁴ GASPARETTO JUNIOR, Antonio. *Direitos Sociais em Perspectiva: Seguridade, Sociabilidade e Identidade nas Mutuais de Imigrantes em Juiz de Fora (1872 - 1930)*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014, p. 98 e 99.

²²⁵ *Ibid.*, p. 98 e 103.

²²⁶ *Ibid.*, p. 103.

²²⁷ Jornal “O Pharol”, 22/04/1926, p. 1.

comemorações. No caso das associações italianas, os textos contendo tais informações ainda apareciam em italiano²²⁸.

Além disso, a aproximação com esses tipos de instituições permitia também a manutenção da cultura italiana, externamente à pátria. A Società Italiana Beneficenza Umberto Primo foi um importante meio de preservação dessa cultura entre os italianos em Juiz de Fora. Estavam sempre em voga as canções italianas, a organização de bailes e festividades, o hábito de se reunirem para fazerem comidas típicas e a transmissão do idioma italiano. Nesse local, por exemplo, funcionou por um bom tempo a escola Umberto Primo e uma seção local da Sociedade Nacional Dante Alighieri, organizada a pedido do governo italiano, nos lugares de concentração de emigrantes, visando à manutenção da cultura italiana²²⁹. O incentivo em se construir tais centros de ensino da língua italiana no exterior foi uma estratégia adotada durante o primeiro mandato do ministro Francesco Crispi (1887-1891), foi uma maneira encontrada para agregar os imigrantes no exterior e auxiliar na construção da identidade nacional²³⁰ que ainda se encontrava em construção. Por tanto, uma das frentes de defesa da italianidade acabou sendo confiada a construção de escolas primárias no exterior, porém, essas não conseguiam manter uma linearidade de funcionamento ao longo de toda sua existência. Essas instituições surgiam e desapareciam em ritmo muito rápido, o que dificultava a absorção da cultura italiana por muitos imigrantes²³¹, sobretudo, para os que tinham poucos recursos e necessitavam mais de aprender o português para terem chances de trabalho, do que se preocupavam em estudarem o italiano e sua cultura²³². Por conta disso, em 1909, o deputado italiano Enrico Ferri, chegou a afirmar que o italiano que ia para a América do Sul aprendia mais rápido o português ou o espanhol, do que o italiano em si²³³.

As escolas étnicas mantidas por associações de socorro mútuo recebiam estudantes de ambos os sexos, normalmente eram caracterizadas por serem laicas e de

²²⁸ Jornal “O Pharol”, 03/07/1890, p. 2; 05/07/1890, p. 2; 12/10/1902, p. 2; 30/10/1904, p. 2; 11/01/1903, p. 2; 12/01/1903, p. 2; 22/01/1916, p. 1.

²²⁹ CHRISTO, Maraliz de Castro. Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão. In: BORGES, Célia Maria (org.) *Solidariedades e Conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000, p. 153.

²³⁰ CAVALIERE, Daniel Gonçalves. *Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte: identidade e sociabilidade (1897-1942)*. (Dissertação de mestrado) UFOP. Mariana, 2011, p. 88.

²³¹ TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 178.

²³² TRIBUNA DE MINAS. *Imigrantes: 150 anos Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Tribuna de Minas, 2000. p. 22.

²³³ CAVALIERE, Daniel Gonçalves. Op. cit., p. 88.

boa qualidade, além de atenderem em seus currículos a exigências nacionais, também lecionavam aspectos de suas culturas e idioma²³⁴. As aulas na Escola Umberto Primo eram oferecidas no turno da manhã e da noite e eram frequentadas, sobretudo, por filhos de associados. A escola dependia de contribuições para se manter ativa, contando, também, com alguns recursos do governo²³⁵. A divulgação sobre essa escola também ocorria através dos jornais locais, como na nota encontrada em 1923, que convidava aos os pais de família que quisessem colocar seus filhos em uma escola italiana que seria reaberta na *Società Umberto Primo*. Os sócios foram convocados a ajudar nessa empreitada²³⁶. Ao término dos estudos, os alunos recebiam um diploma timbrado pelo *Ministero degli Affari Esteri*, do Reino da Itália e também o certificado assinado pelo cônsul. Inclusive o Estado de Minas Gerais também enviava um certificado de aprovado, constando que o aluno havia sido aprovado no Grupo Escolar Umberto I²³⁷.

Também era recorrente que alguns imigrantes italianos participassem de mais de uma associação ao mesmo tempo. Em 1915, dos seis membros da diretoria da loja Maçônica *Unione Italiana Benso di Cavour*, a metade pertencia também a *Società Italiana di Mutuo Soccorso e Beneficenza Umberto Primo*²³⁸. E algumas vezes participavam de associações não italianas, Pantaleone Arcuri, por exemplo, era membro da Sociedade Italiana de Mutuo Umberto Primo²³⁹ e um dos fundadores da Unione Italiana Benso di Cavour²⁴⁰, também chegou a fazer parte da comissão de beneficência da Associação Comercial²⁴¹; ou algumas vezes assumiam cargos de direção em instituições não italianas, como Antonio Scanapieco, que chegou a ser secretário na Irmandade de São Roque²⁴², mas em 1921 esteve à frente da direção da Associação Beneficente dos Irmãos Artistas. Consta nos estatutos dessa instituição, fundada em 1908 em Juiz de Fora, que não há distinção de nacionalidade entre seus membros. Seu

²³⁴ GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. Direitos Sociais em Perspectiva: Seguridade, Sociabilidade e Identidade nas Mutuais de Imigrantes em Juiz de Fora (1872 - 1930). Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014, p. 161.

²³⁵ Ibid., p. 163.

²³⁶ Jornal "O Pharol", 28/02/1923, p. 2.

²³⁷ Acervo pessoal de Lucínia Scanapieco - Scuola Elementare Italiana Juiz de Fora Certificato di Studio; Diploma di Medaglia di Vermeil; Certificado de Aprovação do Estado de Minas Gerais;

²³⁸ CHRISTO, Maraliz de Castro. Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão. In: BORGES, Célia Maria (org.) *Solidariedades e Conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000, p. 154.

²³⁹ Jornal "O Pharol", 16/01/1900, p. 1.

²⁴⁰ *REVISTA BENSO DI CAVOUR*: Edição especial – Primeiro Centenário. Juiz de Fora - MG: Juizforana Gráfica e Editora, 2002.

²⁴¹ Jornal "O Pharol", 07/04/1903, p. 1.

²⁴² "O Pharol", 31/03/1911, p. 2.

objetivo era socorrer os seus associados necessitados em casos de moléstia, desastre ou invalidez²⁴³. Até mesmo participavam de associações de outra etnia, como Humberto Gaburri, outro dos fundadores da Unione Italiana Benso di Cavour²⁴⁴, que também chegou a fazer parte do conselho da Sociedade Beneficente Brasileira Alemã²⁴⁵.

A interação desses grupos de italianos com a população local era muito recorrente através de festas e de comemorações ocorridas na cidade. Era comum aparecer nos jornais que as instituições italianas enviavam representantes para participarem dos eventos locais, como ocorreu na posse do novo conselho administrativo da Sociedade Beneficente de Juiz de Fora, onde, entre as diversas sociedades presentes, estava a Benso di Cavour, a Irmandade São Roque²⁴⁶. A organização desses eventos possibilitava também a interação entre os próprios italianos das diferentes associações da cidade. As datas e as comemorações que elucidavam a memória italiana eram previamente pensadas e notificadas em jornais, concretizando em festas desfiles de estandartes, do som das bandas de músicas e de outras formas²⁴⁷. Como as comemorações em 1909 da colônia italiana de Juiz de Fora para a data de emancipação de sua pátria. O jornal diz que foi criada uma comissão montada para essa finalidade e que aconteceu um baile “imponente” realizado na Società Umberto Primo²⁴⁸. Ou, quando ocorria a visita de alguma autoridade, como o embaixador da Itália Sr. Barão Julio Cesar Montagna, que chegou na cidade de Juiz de Fora, acompanhado do condôni Belli de Sardes, cônsul da Itália no Estado de Minas Gerais, entre outras personalidades, e fizeram várias visitas a autoridades locais e estabelecimentos industriais. Entre elas a Cia Pantaleone Arcuri²⁴⁹. Em alguns dessas comemorações, chegava-se até a receber personalidades ou representantes do governo italiano. Como ocorreu nas comemorações do “XX Settembre” de 1902, quando a colônia italiana de Juiz de Fora convidou o jornal “O Pharol” para acompanhar a recepção em que ocorreria a vinda do Cônsul da nação italiana, sr. Dr. Leonel Scels²⁵⁰. A procura por realizar esses eventos e leva-los a

²⁴³ Acervo pessoal de Lucínia Scanapico - Estatutos da Associação Beneficente dos Irmãos Artistas. Juiz de Fora: Typographia Oriente, 1921, p. 3.

²⁴⁴ *REVISTA BENSO DI CAVOUR*: Edição especial – Primeiro Centenário. Juiz de Fora - MG: Juizforana Gráfica e Editora, 2002.

²⁴⁵ Jornal “O Pharol”, 26/01/1915.

²⁴⁶ Jornal “O Pharol”, 17/03/1911, p. 1.

²⁴⁷ CHRISTO, Maraliz de Castro. Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão. In: BORGES, Célia Maria (org.) *Solidariedades e Conflitos*: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000, p. 162.

²⁴⁸ Jornal “O Pharol”, 21/09/1909, p. 1.

²⁴⁹ Jornal “O Pharol”, 22/04/1926, p. 1.

²⁵⁰ Jornal “O Pharol”, 19/09/1902, p. 2.

sociedade, inclusive por meio dos jornais, era um importante elemento para a elite imigrante, que enxergava nesses momentos uma possibilidade de manutenção de seus traços culturais e um fator de prestígio social²⁵¹.

Neste ponto, percebe-se que mesmo com a mudança de cenário, os imigrantes buscavam não abandonar a sua identidade originária, e a memória é um dos elementos essenciais para o que se costuma chamar de identidade, seja ela individual ou coletiva. Em termos técnicos, a memória pode ser entendida como prioridade de conservação de certas informações que remetem a um conjunto de funções psíquicas às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas²⁵². Segundo Pollak, a construção da identidade de um grupo se faz a partir de três elementos essenciais sendo eles: o entendimento da existência de fronteiras físicas, como o corpo ou um grupo; a continuidade dentro do tempo, abarcando o sentido físico, moral e psicológico da palavra; e, por fim, o sentimento de coerência, no qual os diferentes elementos que formam o indivíduo são efetivamente unificados. Apresentado esses aspectos, torna-se possível, mais uma vez, perceber que a memória também compõe o sentimento de identidade, na medida em que ela é também um fator externamente importante ao sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si²⁵³.

Logo, o propósito de formação de grupos com caráter étnicos também funcionou como um meio para preservar a memória das origens dos imigrantes. Segundo Halbwachs, para que um grupo relembra uma memória, é preciso que parte dela esteja com o próprio grupo. Lembrar de algo exige uma reconstrução a partir de dados ou de noções comuns que estejam presentes em membros de um grupo. Assim, é possível que a memória de uma sociedade se estenda junto à memória dos grupos que a compõem. Ou seja, o fato desses imigrantes terem se deslocado de sua terra natal para um novo contexto não exclui a possibilidade de preservar memórias de suas origens, desde que eles as mantenham vivas. Porém, a memória poderia se extinguir, caso os grupos não mais as detivessem²⁵⁴. A criação de associações étnicas, por parte dos imigrantes, mostra-se como um meio de adaptação frente à nova realidade, mas também uma

²⁵¹ CHRISTO, Maraliz de Castro. Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão. In: BORGES, Célia Maria (org.) *Solidariedades e Conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000, p. 162.

²⁵² LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 419 e 469.

²⁵³ POLLAK, Michael. Memória e identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: 1992, vol. 5, p. 5.

²⁵⁴ HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2011, p. 39 e 105.

preocupação em criar um lugar de memória. Os lugares de memória são criados com o intuito de não perder por completo essa memória. Caracterizam-se como marco testemunha de outro tempo, de possíveis ilusões de uma eternidade. Contudo, esses lugares se mantêm junto a um sentimento que já não há mais memória espontânea²⁵⁵. Portanto, manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum são duas funções essenciais da memória comum²⁵⁶.

A construção da ideia de identidade étnica também é algo de relevância para essas associações. Barth nos mostra que, na antropologia, a definição de grupos de identidades étnicas é entendida como a designação de uma população que se autoperpetua do ponto de vista biológico, que compartilha de valores culturais fundamentais, que constitui um campo de comunicação e interação e tem um conjunto de membros que se identificam e são identificados para outros²⁵⁷. Esses agrupamentos são, portanto, sociais seletivos e excludentes²⁵⁸. Porém, a variação cultural funciona sempre de forma descontínua. Supõe-se que em aglomerados humanos tenha-se o compartilhamento de uma mesma cultura e que há diferenças interligadas que distinguem cada uma dessas culturas de todas as outras, tomando como pensamento que a cultura seja uma maneira de descrever o comportamento humano, de grupos delimitados de pessoas, ou seja, unidades étnicas que correspondem a cada cultura²⁵⁹.

Não se pode perder de vista que esses imigrantes italianos ainda viviam um contexto de adaptação da unificação tardia da Itália. Alguns traços regionais ainda eram resistentes em algumas dessas pessoas, apesar de se encontrarem como estrangeiros nesse novo paradeiro. Logo que essas diferenças afloram, ocorriam conflitos entre as diversas sociedades italianas, principalmente existentes nos centros urbanos, sendo a rivalidade fundamentada pela busca por status²⁶⁰. Mas não apenas isso, a proliferação das associações italianas pode ser justificada pelas rivalidades de ordem pessoal e regional, devendo se atentar que essas diferenças vão além de um sentido

²⁵⁵ NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP, 1981, pp. 07 - 28. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>, 1981. p. 13.

²⁵⁶ POLLAK, Michael. Memória e identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: 1992, vol. 5, p. 5.p. 9.

²⁵⁷ BARTH, Frederik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 27-29.

²⁵⁸ CAVALIERI, Daniel Gonçalves. *Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte: identidade e sociabilidade (1897-1942)*. (Dissertação de mestrado) UFOP. Mariana, 2011, p. 66.

²⁵⁹ BARTH. Op. cit. p. 25.

²⁶⁰ CAVALIERI, Daniel Gonçalves. Op. cit. p. 67.

preconceituoso, mas muitas vezes aconteciam pela própria dificuldade de compreensão linguística²⁶¹.

A forma de associação étnica também pode ser interpretada como um caminho propício aos processos de inserção e de ascensão social. Portanto, pode ser um modo pelo qual determinado grupo se apropria de um espaço econômico. E essa manutenção de um meio étnico pode ser um veículo organizatório, quase sempre associado ao clientelismo²⁶². Logo, as interações que surgem desses interesses ou necessidades levam os indivíduos a formarem uma unidade. Qualquer que seja o motivo acionado pela interação, acaba desencadeando a confecção de redes de reciprocidades expressas nas formas sociais e delas derivam ou criam as associações²⁶³. As relações interpessoais então presentes em todas as sociedades humanas. A princípio, eram vistas como formas antigas, sociedades tribais ou rurais, opostas à modernidade. Contudo, estudos nos anos de 1960 e 1970 conduziram o entendimento dessas relações para outros lados, mostrando que esses tipos de evidências não eram marginais e nem desapareceram com o desenvolvimento econômico e a modernização. Pelo contrário, essas relações persistem em ações sociais, políticas, econômicas e culturais nos nossos dias²⁶⁴.

Outro fator importante é que, para caracterizar uma rede, é importante perceber que certos tipos de relações podem existir independentes da vontade dos atores sociais quando levamos em conta as relações de parentesco, mas existem outros tipos de relações que nascem por iniciativa e vontade dos próprios atores sociais, trazendo consigo diferentes objetivos. Nesse sentido, percebemos a construção de associações ou grupos de natureza econômica, amizades ou laços de dependências. De qualquer maneira, essas relações entre os indivíduos implicam a existência de fluxos de trocas de natureza e conteúdo variado, que se caracterizam por quase sempre serem assimétricos e desiguais, ou seja, estabelecerem-se a partir de uma hierarquia²⁶⁵. Dessa forma, o

²⁶¹ TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 161e 162.

²⁶² CONSTANTINO, Núncia Santoro. Redes sociais e ocupação de espaços econômicos: Imigrantes italianos em Porto Alegre. In: FAY, Claudia Musa; RUGGIERO, Antonio de (Org.). *Imigrantes Empreendedores na História do Brasil: Estudos de Casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

²⁶³ *Ibid.*, p. 32 e 33.

²⁶⁴ LEIVA, Pilar Ponce & AMADORI, Arrigo. *Redes sociales y ejercicio del poder en la América Hispana: consideraciones teóricas y propuestas de análisis*, Revista Complutense de historia de América, vol. 34, 2008, p. 18.

²⁶⁵ CUNHA, Mafalda Soares da. Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640» in FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.), *Na Trama das Redes. Política e negócios no Império Português. Séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2010, p. 120.

conceito de redes em processos migratórios torna-se um elemento importante para a compreensão do movimento de migrações a partir de um processo social²⁶⁶. As redes migratórias podem ser definidas como “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade”²⁶⁷. Outra definição acentua algumas das funções sociais das redes, ao defini-las como:

Agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos.
268

De qualquer modo, o emprego do termo “rede”, em suas definições mais restritas ou abrangentes, busca sublinhar a circunstância de que muitos decidiam emigrar após informarem-se previamente das oportunidades com imigrantes anteriores, seja por carta, seja quando retornavam. Estes podiam prover tanto *informações*, no tocante às perspectivas de emprego e alojamento iniciais, como *recursos*, por meio de remessas monetárias, que pudessem financiar e assim viabilizar a viagem. Cabe, nesse sentido, sublinhar o papel ativo dos emigrados na sociedade de origem, de modo a influenciar o comportamento de novos migrantes potenciais, estimulando ou restando projetos, expectativas e investimentos futuros²⁶⁹. Portanto, pode-se entender que as redes construídas pelos imigrantes eram espécies de campos de relações entre indivíduos, sem necessariamente haver um grupo bem definido e limitado, mas uma abstração como forma de facilitar a descrição de um conjunto de relações em um determinado espaço social. As redes se apoiam em relações de solidariedades e confiança, sendo que, habitualmente, a família é base da rede. Na trajetória dos imigrantes espontâneos, como os nossos italianos urbanos, as redes revelam-se fundamentais. A existência de uma rede de solidariedade certamente influi nas condições em que sobrevive o imigrante e mesmo ascende socialmente²⁷⁰.

²⁶⁶ TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. In: *Tempo Social: revista de sociologia da USP*. São Paulo: 2008. V:20, n:1, p. 199.

²⁶⁷ *Ibid.*, p. 396.

²⁶⁸ *Ibid.*, p. 203.

²⁶⁹ *Ibid.*

²⁷⁰ CONSTANTINO, Núncia Santoro. Redes sociais e ocupação de espaços econômicos: Imigrantes italianos em Porto Alegre. In: FAY, Cláudia Musa; RUGGIERO, Antonio de (Org.). *Imigrantes Empreendedores na História do Brasil: Estudos de Casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 36.

As redes de relacionamento e o “capital social” que os imigrantes lançam mão em busca de atividades empresariais, basicamente, tratam de postular que os atores econômicos, apesar de guiados por seus interesses materiais, são também condicionados pela interação entre seus pares e pela estrutura social. A imersão dessas pessoas no meio econômico sugere que os atores têm uma ação intencional dentro do sistema de relações sociais. A ação econômica e de resultados é afetada por pares de atores e pela estrutura em geral da rede. As condições necessárias para a emergência de uma economia étnica seriam as demandas do ambiente econômico, com recursos disponíveis nos grupos étnicos. A capacidade de poupar e de mobilizar redes para levantar recursos é culturalmente determinada, e essa constitui uma das razões pelas quais alguns grupos fornecem mais empresários do que outros²⁷¹. Além das redes de parentescos, há vários registros que nos exemplificam uma grande rede de amizades entre notáveis locais. As amizades podem ser notadas através de ações judiciais que envolvem muitos nomes de vereadores e a presença de amigos para testemunhar testamentos, ações movidas para saldo de dívidas e em contendas envolvendo propriedades de terra²⁷².

Ao avaliar o desenvolvimento de redes de relações na cidade de Juiz de Fora - no contexto de virada do século XIX até a quarta década do século XX - notou-se uma trama bem intensa no que tange a área da construção civil. Essa constatação se deu a partir de um levantamento realizado em Processos de Solicitações de Obras encontrados no Arquivo Histórico de Juiz de Fora²⁷³. Ao término da pesquisa, encontrou-se de 1.111 projetos realizados entre os anos de 1893 e 1940, sendo que desse total, 609 projetos foram elaborados por firmas e/ou construtores de origem italianas. Entre os demais projetos, 250 encontravam-se se identificação e outros 252 projetos foram realizados por firmas e/ou construtores não italianos. Outra questão que esses números puderam mostraram foi que, entre os 609 trabalhos vinculados aos italianos, 43% deles eram destinados para proprietários também de origem italiana. Logo, a quantidade de prestação de serviços entre essas pessoas de mesma origem chamou a atenção e conduziu ao estudo sobre os meios de sociabilidades existentes entre imigrantes e

²⁷¹ TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. In: *Tempo Social: revista de sociologia da USP*. São Paulo: 2008. V:20, n:1, p. 43 a 45.

²⁷² GENOVEZ, Patrícia Falco. *As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na metade do século XIX*. (Dissertação de Mestrado). Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF. 1996, p.185.

²⁷³ O levantamento consiste em parte do desenvolvimento de Pesquisa de iniciação científica intitulada “A Contribuição da Imigração Italiana para a Produção Arquitetônica de Juiz de Fora”, realizada no Laboratório de Patrimônios Culturais (LAPA), da Universidade Federal de Juiz de Fora e orientada pelo Professor Dr. Marcos Olender.

posteriormente, levando a pesquisa para a identificação das formas associativas mais recorrentes entre os italianos. Ainda sobre esse o levantamento de processos relacionados a obras em Juiz de Fora, vale ressaltar que as maiores construtoras e as firmas que mais executavam serviços na cidade eram de propriedade de imigrantes italianos, justificando mais uma vez a relevância da participação dessas pessoas junto ao desenvolvimento e crescimento de Juiz de Fora.

Como se pode perceber, as relações entre esses italianos iam além das atividades e festas desenvolvidas nas associações. Esses imigrantes também recorriam uns aos outros para desenvolver projetos, prestações de serviços e até mesmo incentivavam uns aos outros a promoverem novos negócios na cidade, como contou José Renato Abramo, sobre a firma de seu pai, José Abramo:

Pantaleone valorizava o trabalho dos imigrantes e procurava promover melhorias. Na época, José Abramo, tinha 20 anos de idade, quando ouviu do construtor que ele já conhecia todo o que precisava para construir. Então indicou-lhe o caminho das pedras com o conselho para montar uma firma construtora própria, sob justificativa de que ele já não estava conseguindo atender a demanda e que lhe repassaria uma série de obras. E assim foi. Abramo destaca que o caminho aberto pelo velho Pantaleone foi trilhado com dedicação e suor²⁷⁴.

Muitos dos contatos e das relações existentes entre os imigrantes ocorriam a partir dos laços parentescos, mas também da sociabilidade que as associações promoviam. Assim, torna-se possível perceber que as associações tendiam para um maior diálogo e abertura entre seus membros, em um processo que ao mesmo tempo reforçava a construção da identidade italiana no exterior e a formava uma própria e específica identidade ítalo-brasileira²⁷⁵.

²⁷⁴ MUANIS, Geraldo. *Renato José Abramo: O Engenheiro que gosta de ensinar*. Juiz de Fora: Templo, 2012, p. 24.

²⁷⁵ BIONDI, Luigi. Associativismo e militância política dos italianos em Minas Gerais na Primeira República: um olhar comparativo. In: *Revista Locus: Dossiê de Imigração*. Juiz de Fora, v 15, n. 1, 2009. p. 66.

CAPÍTULO 3: UM OLHAR SOBRE A SOCIABILIDADE ITALIANA

3.1. A Maçonaria como forma de sociabilidade

A Maçonaria é comumente identificada como uma instituição monolítica e unitária²⁷⁶. Contudo, a pesquisadora Françoise Jean de Oliveira Souza a compara a um longo tecido que, se observado a distância, aparenta forma e cor homogênea, mas quando analisado de perto, esse tecido maçônico acaba se revelando um verdadeiro emaranhado de entrecruzamento de diferentes matizes que se mantêm unidas por pontos de interseção, responsáveis por constituir o que se entende como identidade maçônica²⁷⁷. A Maçonaria não se reconhece como uma sociedade religiosa, apesar disso, é necessário que os candidatos e seus membros acreditem na existência do “Grande Arquiteto”²⁷⁸. Em consenso, tem-se que essa instituição é um importante centro de difusão e circulação de ideias²⁷⁹, uma vez que funciona em caráter secreto e em ambientes propícios a discussões dos mais variados assuntos.

A origem da Maçonaria é algo que ora ou outra entra em discussão. Não há uma data precisa que determina a fundação dessa instituição, pois seus estudos originários mesclam fatos reais e fatos lendários. Os fatos com caráter lendário sobre o assunto retornam os estudos ao momento de construção do Templo de Salomão e as corporações de construtores medievais²⁸⁰. Escritores maçons entendem que, primitivamente, ela era constituída por operários de várias categorias, mas todos relacionados à arte da construção. Esses homens eram os responsáveis pela construção de igrejas, catedrais, casas e palácios e, em função da natureza desse trabalho, não se vinculam a nenhuma cidade ou feudo. Sendo assim, tinham a livre circulação, a não sujeição à servidão e o não pagamento de tributos. Aos poucos, essas pessoas vão sendo identificadas como

²⁷⁶ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: A Ação da Maçonaria Brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 23 e 33.

²⁷⁷ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Organização, Preceito e Elementos da Cultura Maçônica: Fundamentos para a introdução aos estudos da Maçonaria. In: SILVA, Michel (Org.). *Maçonaria no Brasil: História, política e sociabilidade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 38.

²⁷⁸ Ibid.

²⁷⁹ CASTRO, Giane de Souza. *A Cruz e o Compasso: O conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no contexto da Reforma Católica Ultramontana em Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). UFJF, Juiz de Fora, 2008. p. 06.

²⁸⁰ Ibid, p. 28 e 29.

franco-maçom, pode se entender do francês, *franco* como livre da servidão e *maçom* como pedreiro ou arquiteto, ou seja, percebe-se neste momento a formação de grupos de pessoas que se congregavam por afinidades profissionais, nesse caso na área da construção. Esses grupos foram, ao longo do tempo, ganhando a conotação de “Loja”, que se caracteriza por reunião de maçons com a finalidade precípua de tratar sobre assuntos maçônicos²⁸¹. É possível compreender que inicialmente as funções desses grupos eram permeadas pelos assuntos de cunho profissional, contudo, nesse momento também já existia entre eles uma gama ritos e símbolos, que as vezes eram bem próximos aos conteúdos religiosos e havia as preocupações de caráter caritativo, como o socorro aos doentes²⁸².

Por outro lado, uma grande parte de historiadores têm concordado que as feições da Maçonaria moderna tiveram origem na Grã-Bretanha, primeiramente em lojas escocesas, em seguida em lojas inglesas²⁸³, tendo como marco a fundação em 1717 da Grande Loja de Londres. Esse momento ficou caracterizado pelo abandono de alguns aspectos ligados às velhas confrarias de pedreiros da época medieval²⁸⁴ e pelo trabalho realizado pelo pastor presbiteriano James Anderson, responsável por redigir o que seria entendido como a história, as obrigações e os regulamentos da antiga Confraria compilados em códigos a serem seguidos como deveres pelos franco-maçons²⁸⁵. O livro com as “Constituições de James Anderson” foi publicado no ano de 1723, congregando as antigas lojas e trazendo discussões acerca da defesa do racionalismo e da tolerância²⁸⁶. A partir de então, a instituição ganha um caráter mais filosófico e os membros aceitos deveriam passar a seguir princípios como os de serem “homens bons e leais, nascidos livres, ter idade adulta e deveriam ter boa reputação”. Dessa forma, a Maçonaria moderna agrega para si a função de desenvolver o aprimoramento moral e intelectual de seus membros²⁸⁷, ganhando, então, uma ampla adesão que se difunde rapidamente por todo o mundo.

²⁸¹ CASTRO, Boanerges Barbosa de. *Diálogos Maçônicos*. Juiz de Fora, 2002. p. 41 e 45.

²⁸² MOREL, Marco. Sociabilidade entre Luzes e Sombras: Apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.28, p. 5, 2001, p. 40.

²⁸³ CASTRO, Giane de Souza. *A Cruz e o Compasso: O conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no contexto da Reforma Católica Ultramontana em Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). UFJF, Juiz de Fora, 2008, p. 14.

²⁸⁴ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: A Ação da Maçonaria Brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 29.

²⁸⁵ Id. p. 12 e 13.

²⁸⁶ Ibid. p. 30.

²⁸⁷ Ibid.. P. 30.

Com o tempo e a expansão da Maçonaria, suas configurações foram se mostrando ainda não acabadas e passaram a assumir múltiplas feições, de acordo com as diferentes épocas e os diferentes lugares. As formas assumidas pela Maçonaria são construídas a partir de infinitos arranjos entre suas divisas, os seus preceitos e as suas ressignificações, que lhes são impostas pelas necessidades e anseios de determinados contextos históricos²⁸⁸. Porém isso é construído sem que se abandonassem os elementos que eram entendidos como responsáveis pela identidade maçônica. Esses elementos encontram-se presentes em todas as lojas, independentes do rito, obediência ou nacionalidade, como o fato de compartilharem um mesmo passado mítico, os mesmos símbolos de reconhecimento e os mesmos toques e sinais empregados dentro e fora das lojas. O próprio fundamento teórico maçônico atua como elemento unificador da ordem, na medida em que diferentes homens, ao propalarem preceitos comuns, mesmo que só em sua forma, consideram-se agentes de uma mesma causa²⁸⁹. Os mitos têm grande valor para esse tipo de instituição, além de serem responsáveis por estabelecer modelos de comportamento, os mitos carregam a importante função de legitimar tais instituições, uma vez que constroem a explicação de sua origem. Propondo algo fabuloso, que se supõe ter acontecido num passado remoto, o mito estabelece uma relação de continuidade entre esse momento fundador, que normalmente é caracterizado como perfeito, com a instituição inserida no tempo presente²⁹⁰. Esse recurso de buscar explicações e origens em um tempo não mais acessível levanta as discussões sobre o que Hobsbawm chamou de “tradições inventadas”. Segundo o autor, essas “tradições”, que muitas vezes parecem ou são consideradas muito antigas, na verdade têm sua origem em um tempo mais recente. O termo “tradição inventada” vai dar conta de entender tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período de tempo. Dessa forma, pode-se entender “tradição inventada” como um conjunto de práticas que normalmente são reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, sendo que essas práticas, de natureza ritualística ou simbólica, buscam trazer certos valores e normas de comportamento através da sua constante repetição, o que

²⁸⁸ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Organização, Preceito e Elementos da Cultura Maçônica: Fundamentos para a introdução aos estudos da Maçonaria. In: SILVA, Michel (Org.). *Maçonaria no Brasil: História, política e sociabilidade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 36.

²⁸⁹ Ibid., p. 37.

²⁹⁰ Ibid., p. 32.

implica em uma sensação de continuidade em com um passado que não se pode mais ser precisado com exatidão²⁹¹.

A formação desses grupos de caráter secreto constituía um meio propício para a discussão de assuntos que, antes, não poderiam ser tratados em locais públicos. Assim, foi um ambiente de grande valor para o desenvolvimento e divulgação do ideário da ilustração, uma vez que os assuntos trabalhados deveriam permanecer no interior da loja, dificultando, assim, o controle e a vigência por parte do Estado²⁹². O caráter exotérico pode ter sido um fator para a expansão em ritmo mais lento nos países, cuja força inquisitorial era mais atuante, como Portugal e Espanha²⁹³. Afinal, as ordens de caráter secreto abriam brechas para a o desenvolvimento de suspeitas, sobretudo para a Igreja Católica, mas também para governos seculares²⁹⁴. Koselleck, entende que, no início, as lojas serviam aos burgueses, que procuravam formas de relacionamentos sobre uma base de uma igualdade de direitos. Para isso, também envolviam a nobreza socialmente reconhecida, mas privada de direitos políticos²⁹⁵. Algo que singularizava a maçonaria moderna e que possivelmente também foi responsável pelo seu crescimento foi a junção de três elementos: o fascínio que as tradições corporativas dos pedreiros medievais exerciam sobre os fundadores da maçonaria moderna; a identificação que a maçonaria possibilitava entre sociabilidade e formação intelectual; e a presença de aristocratas e intelectuais entre seus membros²⁹⁶.

Os espaços em que a Maçonaria se desenvolvia normalmente não se misturavam aos espaços de sociabilidade tradicionais das camadas populares, ainda que seus membros tivessem a liberdade de participar e atuar, ao mesmo tempo, com as associações entendidas como “profanas”. O fato deste meio distinguir o espaço privado, onde se poderia desenvolver as discussões das opiniões individuais, e o espaço público, onde seria, por direito, o lugar das opiniões do Estado, acabou conquistando a própria proteção do Estado, e assim muitos membros da nobreza sentiam-se à vontade para

²⁹¹ HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das tradições*. São Paulo – SP: Editora Paz e Terra, 2012, p. 9 a 14.

²⁹² MOREL, Marco. Sociabilidade entre Luzes e Sombras: Apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.28, p. 5, 2001, p. 44.

²⁹³ *Ibid.*, p. 42

²⁹⁴ CASTRO, Giani de Souza. *A Cruz e o Compasso: O conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no contexto da Reforma Católica Ultramontana em Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). UFJF, Juiz de Fora, 2008, p. 14.

²⁹⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2009, p. 65.

²⁹⁶ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790 – 1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006. p. 27.

fazer parte das Lojas com o intuito de compartilhar às Luzes²⁹⁷. Internamente, o local de sociabilidade criado pela Maçonaria proporcionava a construção de uma igualdade entre os seus membros²⁹⁸. Ainda que se questione essa igualdade, devido à existência de uma hierarquia de saber dentro da loja, a Maçonaria se mostrou como um dos espaços de maior construção das ideias “cívicas” do século XIX²⁹⁹. Se comparada com as outras formas associativas tradicionais, como as irmandades, a Maçonaria talvez fosse a mais heterogênea em termos de sua composição social. Mas isso não exclui a forte marca excludente que as lojas possuíam³⁰⁰.

O ritual de iniciação à loja significa que ocorreu “a descoberta de um mundo novo, oculto no seio do mundo antigo”. Esse novo mundo foi construído e é preservado mediante o segredo, que funciona como uma espécie de “cimento” para a fraternidade³⁰¹. Para Simmel, o segredo, enquanto dissimulação de certas realidades, conseguido por meios negativos ou positivos, constitui uma das maiores conquistas da humanidade, pois ele outorga uma posição excepcional à personalidade e exerce uma atração social determinada, em princípio independente do seu conteúdo. O segredo situa a pessoa numa posição de exceção e opera-se como uma atração pura e socialmente determinada. É basicamente independente do conteúdo que guarda, mas naturalmente torna-se cada vez mais efetivo na medida em que a sua posse exclusiva ganha em amplitude e em significado. Ao mesmo tempo em que o segredo levanta uma barreira entre os homens, ele cria a tentação em romper tal barreira, seja por indiscrição ou seja por confissão. Por isso a significação sociológica do segredo encontra seu modo de realização, sua medida prática, na capacidade ou na inclinação do sujeito para guardá-lo ou, sequer na sua resistência ou fraqueza diante da tentação de atraiçoa-lo³⁰². Essa possibilidade de traição contribui constantemente para reforçar entre os irmãos a consciência de seu próprio mundo, do mundo novo e da obrigação de servi-lo. Assim, o segredo consolidou o sentimento de superioridade entre seus cúmplices, formando a consciência de uma elite da nova sociedade. Por sua vez, há ainda a divisão de segredos internamente dividida em diferentes graus, o que criou dentro da própria sociedade uma

²⁹⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2009, p. 67.

²⁹⁸ Ibid., p. 37.

²⁹⁹ Ibid., p. 94.

³⁰⁰ Ibid., p. 64, 67 e 68.

³⁰¹ Ibid.

³⁰² SIMMEL, Georg. A Sociologia do segredo e das sociedades secretas. In: *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis: EDUFSC, 2009. Vol 43, nº1. p. 235, 237 e 238.

hierarquia *sui generis*, que proporcionava ao maçom quanto mais iniciado no segredo mais ganhava ou esperava ganhar mais prestígio e influência³⁰³.

A fraternidade propalada pela Maçonaria dá-se, primeiramente, entre os irmãos da ordem. A fraternidade é entendida como auxílio mútuo e um modo de convívio entre os irmãos, que corresponde à virtude mais associada à sociabilidade maçônica. Percebe-se, então, que a Maçonaria, a fraternidade, é a essência dessa instituição. A filantropia subjacente à noção de fraternidade tornou-se um instrumento de coesão entre os maçons, bem como a base de sustentação da instituição no mundo profano. A filantropia pode ser entendida como um mecanismo de divulgação e enaltecimento da ordem que lhe garante um legitimado espaço de atuação. Mais do que isso, ela cria redes de poder e laços de clientelismo que garantem a influência da instituição e de seus membros em importantes círculos do mundo profano³⁰⁴. Podemos ver em Barata que a Maçonaria foi

Uma instituição essencialmente filantrópica, filosófica e progressista, tem como objetivo a pesquisa da verdade; o estudo da moral universal, os das ciências e artes e o exercício da beneficência. Tem por princípios a liberdade absoluta de consciência e a solidariedade humana. Não exclui ninguém por suas crenças. Tem por divisa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade³⁰⁵.

Contudo, segundo Morel, na Maçonaria

A filantropia é distinta tanto da tradicional prática de caridade cristã quanto da fraternidade revolucionária. Tocada pelo espírito das Luzes, a filantropia era o movimento dos que podiam ajudar (os ativos) em direção aos percebidos como despossuídos (os passivos). A filantropia, também identificada como beneficência, era forma de expansão da civilização ocidental e ao mesmo tempo, um meio eficaz de criar redes de poder e laços de clientela³⁰⁶.

Logo, o caráter de auxílio filantrópico existente dentro da Maçonaria acaba construindo um espaço de sociabilidade que fortalece relações sociais circunscritas não apenas em seu interior, mas também nas relações fora da ordem. Com esse modo de

³⁰³ KOSELLECK. *Crítica e crise: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2009, p. 69.

³⁰⁴ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Organização, Preceito e Elementos da Cultura Maçônica: Fundamentos para a introdução aos estudos da Maçonaria. In: SILVA, Michel (Org.). *Maçonaria no Brasil: História, política e sociabilidade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 26 a 29.

³⁰⁵ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790 – 1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006, p. 41.

³⁰⁶ MOREL, Marco. Sociabilidade entre Luzes e Sombras: Apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.28, p. 5, 2001, p. 28.

interação, os maçons poderiam auxiliar os que recebiam algo e, ao mesmo tempo, fortaleciam o poder de quem os dava³⁰⁷.

Vê-se nesse sentido que os interesses e as necessidades específicos conduzem os homens a criar modos de se agrupar, sejam pelos mais variados motivos - econômicos, étnicos, religiosos ou outro qualquer. Isso possibilita o desencadeamento de redes de reciprocidades, expressas em formas sociais e delas se criam o que chamamos de associações³⁰⁸. É através dessas interações que se enxerga a sociabilidade, que remete às práticas sociais em relação a um grupo de indivíduos, que efetivamente participam delas e analisa o papel em que cada um pode atuar³⁰⁹. A sociabilidade é uma construção social e realiza-se por meio da vida cultural e viabiliza a junção das formas associativas concretamente existentes³¹⁰.

A rede de proteção e a ajuda mútua formada pela sociabilidade maçônica são extremamente importantes para a ordem e são pontos que a diferenciam de todas as outras. Por exemplo, essa rede bem integrada de maçons rompe com as barreiras nacionais tornando-se de grande utilidade para as pessoas que se encontram constantemente envolvidas em viagens de longas distâncias e necessitam de amparo³¹¹. Além disso, formam redes de comunicação, que favorecem a circulação e a troca de informações de maneira mais rápida e segura³¹². A tendência de estrutura de sociabilidade se faz de acordo com a própria sociedade. As formas de sociabilidade seguem os costumes que já tinham para se relacionarem. Para Agulhon, a sociabilidade deve se ligar à problemática dos temperamentos políticos regionais. Dessa forma, chamar todas as ações das associações de sociabilidade é abusivo, pois a sociabilidade está mais presente no cotidiano. A definição mais evidente é a qualidade daquele ou daquilo que é sociável, pode ser o do indivíduo que não é tímido, do gênero humano e até mesmo, de algumas espécies de animais. Todo grupo humano possui sua sociabilidade de qualquer forma ou maneira. Por isso, especificar as diversas formas de sociabilidade em um estado em que as pessoas nutririam várias relações com seus iguais e se interessassem por várias redes, praticando as regras com correção e se ajudando

³⁰⁷ MOREL, M. & SOUZA, F.J.O. *O poder da Maçonaria: A História de uma Sociedade Secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 44, 88.

³⁰⁸ ALCÂNTARA JÚNIOR, José. O conceito de sociabilidade em Georg Simmel. In.: *Ciências Humanas em Revista*. São Luís. v. 3, n.2, p. 32-33, 2005.

³⁰⁹ QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de. La « sociabilidad » y la historia política. In.: *Nuevo Mundo*. 2008, p. 11.

³¹⁰ ALCÂNTARA JÚNIOR, José. Op. cit. p. 37

³¹¹ MOREL. Op. cit. p. 40.

³¹² Ibid., p. 45.

com boa vontade. Esse tipo de civilização seria um parâmetro para analisar as sociabilidades³¹³. Ao configurar uma modelo de sociabilidade próprio, baseado na filantropia, na rede de solidariedade entre os pares, nos juramentos e rituais que criam laços de pertencimentos, percebe-se, na Maçonaria, a existência de mecanismos próprios de dominação, constituindo-se em um dos espaços, fora do domínio direto do Estado, por onde o poder circulava e os homens faziam política³¹⁴. O próprio funcionamento do meio maçônico era constituído por uma sistemática de auxílio mútuo e proteção, permitindo, então, a construção de redes clientelares que se interligavam³¹⁵.

3.2. A Maçonaria que chega à Itália. E a Maçonaria que vai até as Minas

A Maçonaria chega à Península Itálica ainda na primeira metade do século XVIII, logo alcançando difusão e se tornando um dos principais veículos de divulgação das ideias iluministas por lá. Como nos demais locais em que a Maçonaria se estabeleceu, a ordem foi duramente hostilizada, sofrendo também diversos embates por parte da Igreja Católica. Apesar disso, o espaço construído atraiu para si um grande número de príncipes e de soberanos iluministas, assim como intelectuais e burgueses³¹⁶, que se encontrava em ascensão. Nesses meios, esses últimos encontravam a possibilidade de se afirmarem perante a sociedade, uma vez que a casta nobiliárquica se encontrava em decadência³¹⁷.

Segundo a historiografia italiana, documentos datados de 1732 parecem identificar a formação da primeira loja da península, chamada Firenze. Após isso, rapidamente, diversas outras lojas se constituíram em direção a Nápoles, Verona, Roma,

³¹³ AGULHON, Maurice. *Pénitents et Francs-Maçons de l'ancienne Provence: Essai sur la sociabilité Meridionale*. Paris: Fayard, 1984, p. V a VIII e 224.

³¹⁴ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Organização, Preceito e Elementos da Cultura Maçônica: Fundamentos para a introdução aos estudos da Maçonaria. In: SILVA, Michel (Org.). *Maçonaria no Brasil: História, política e sociabilidade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 18.

³¹⁵ RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. A Maçonaria e a formação do Partido Republicano Paulista. In: Silva, Michel (Org.). *Maçonaria no Brasil: História, política e sociabilidade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 29.

³¹⁶ CONTI, Fulvio. As Lojas Maçônicas Italianas na América Latina e o Mito de Garibaldi. In: CONSTANTINO, Núncia Santoro de; FAY, Cláudia Musa (Orgs). *Garibaldi, História e literatura: Perspectivas internacionais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. p. 149.

³¹⁷ MOLA, Aldo A. *Storia della Massoneria Italiana: Dalle origini ai nostri giorni*. Milano: Bompiani, 1994, p. 36.

Padova e Torino³¹⁸. A adesão dos italianos a essa instituição sofreu alguns altos e baixos ao longo de sua história. Se no período de domínio napoleônico ao território italiano, a Maçonaria assumiu dimensões de massa, possibilitando, inclusive, a formação de consensos, das classes sociais médio-altas e das categorias constituídas por burocratas e por representantes do exército, já no momento em que ocorreu o processo do *Risorgimento*, aparecem apenas alguns traços esporádicos das atividades dos pedreiros livres, que, na verdade, nem constituíam uma presença tão bem organizada ou um núcleo diretivo nacional. Portanto, é preciso questionar sobre a associação da Maçonaria na criação do *Risorgimento*³¹⁹.

A Maçonaria só voltaria a se estabelecer no cenário político nacional entre 1859 e 1860, quando em várias partes da península constituíram-se as organizações de pedreiros livres, que reivindicavam autonomia e desejavam ter espaços de agregação e uma representação de todas as lojas italianas. Dessa vez, o núcleo mais importante e duradouro foi chamado de “Grande Oriente Italiano”, fundado em Turim no final do ano de 1859 por um grupo de liberais seguidores dos ideais de Camillo Benso di Cavour. As finalidades políticas desse grupo, como as do Conde, dialogavam em manter o estado unitário da Itália, que se formava sob a liderança do Piemonte, visando a ideias liberalistas e moderadamente progressistas. Enquanto isso, em regiões meridionais, outros grupos se formavam, com tendências diversas, optando por valores democráticos e republicanos. As diferenças de pensamentos políticos entre esses grupos de maçons chegaram a atingir até questões da própria ordem, relacionadas aos ritos e símbolos a serem seguidos³²⁰. Mas que após a unificação do território foram apaziguadas, ou pelo menos, prevaleceu a corrente seguidora dos ideais de Cavour. A participação de Camillo Benso di Cavour na maçonaria é bem questionável, apesar das suspeitas de sua participação na Maçonaria e/ou a Carbonária³²¹, não há nenhuma evidência concreta sobre tal ocorrido.

³¹⁸ Ibid., p. 49.

³¹⁹ CONTI, Fulvio. As Lojas Maçônicas Italianas na América Latina e o Mito de Garibaldi. In: CONSTANTINO, Núncia Santoro de; FAY, Cláudia Musa (Orgs). Garibaldi, História e literatura: Perspectivas internacionais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. p. 149 e 150.

³²⁰ Ibid., p. 150.

³²¹ Desejosos da unificação da pátria, muitos nacionais nos reinos formaram sociedades secretas, como a Carbonara, inspirada pelo iluminismo e ideais da Revolução Francesa. Aponta Mazzini como criador do *Risorgimento* (GARCIA, Luiz Fernando Mendes. Op. cit. p. 01). Ela foi fundada pelos carvoeiros de Hanover, inicialmente com o fito de lutar contra assaltantes e agressores de sua classe. Fundada no último quartel do séc. XV, só veio entrar na história como organização de caráter político após a Revolução Francesa. Na Itália, essa adquiriu um caráter violento e sanguinário. Os maçons a protegia pois ambas lutavam pelo mesmo fim, a conquista da liberdade contra a opressão dos poderosos. Por conta desta

Se no início do *Risorgimento*, a Maçonaria encontrou-se desconexa de ideias e correntes, no momento pós-unificação, a estrutura da instituição maçônica teve um papel exemplar para a sociedade italiana que se encontrava em criação. O momento de adaptação ocorrido depois da recém-unificação foi consideravelmente conturbado. O Reino da Itália se formava sobre as tradições populares representadas pela Igreja Católica e uma política baseada em costumes regionais sob profunda diversidade. Logo, a base comum de funcionamento da Maçonaria - ainda que houvesse divergências em sua totalidade - possibilitou um caminho mais fácil para uma unificação de pensamentos³²².

No Brasil, a historiografia tem entendido que a inserção da Maçonaria ocorreu devido ao reflexo do movimento de estudantes que deixavam a colônia para estudarem em universidades europeias, em especial nas de Coimbra e Montpellier, já mais para o final do século XVIII. Uma vez apresentados e iniciados a tal ordem, retornavam ao Brasil e esses homens acabavam por iniciar novos membros e aos poucos criavam lojas nos locais em que viviam, sobretudo, nos centros urbanos das províncias do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco³²³. Após chegada da Maçonaria no país e a constituição das primeiras lojas, veem-se períodos instáveis de aceitação, indiferença e recusa a essa instituição. Por diversas vezes, autoridades civis e da Igreja Católica acentuaram perseguições e proibições aos que faziam parte da Maçonaria, enquanto em outros momentos os toleravam e inclusive chegavam a participar da mesma. Aconteceu de importantes personagens do cenário político do Brasil, como Dom Pedro I, Dom Pedro II e Visconde do Rio Branco, serem associados como membros da Maçonaria³²⁴.

Em Minas Gerais, a Maçonaria chegou de forma significativa nas três últimas décadas do século XIX. Consigo, trouxe novas oportunidades de sociabilização por meio da edificação de bibliotecas, de escolas, da organização de festas e da circulação de jornais. Os núcleos mineiros, com maior adesão à ordem foram o da Zona da Mata e o do Sul de Minas, como visto no início deste trabalho, essas regiões se caracterizaram pelo desenvolvimento urbano, conseqüente da expansão da produção cafeeira. É

“proteção” emprestada pela Maçonaria, ela chegou até mesmo a ser conhecida como Maçonaria Florestal. CASTRO, Boanerges Barbosa de. *Diálogos Maçônicos*. Juiz de Fora, 2002, p. 04.

³²² MOLA, Aldo A. *Storia della Massoneria Italiana: Dalle origini ai nostri giorni*. Milano: Bompiani, 1994. p. 61 e 65.

³²³ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790 – 1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006, p. 64.

³²⁴ CASTRO, Giani. de Souza. *A Cruz e o Compasso: O conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no contexto da Reforma Católica Ultramontana em Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). UFJF, Juiz de Fora, 2008, p. 15 à 18.

perceptível que os contextos urbanos propiciam a recepção de novas ideias, valores e modelos de sociabilidade e esses meios acabam por constituírem locais privilegiados para a construção de debates acerca das transformações políticas, econômicas e sociais da sociedade. Juiz de Fora presenciou a constituição da primeira loja maçônica da Província. Possivelmente a sua importante participação entre os processos de modernização capitalista de Minas e a busca por parte da sua elite rural e urbanizada, em viver no estilo de vida como o da burguesia europeia - culta, moderna e civilizada –, favoreceram o desenvolvimento da secularização do espaço público, abrindo, assim, um espaço favorável para a implantação da Maçonaria. A loja, chamada “Fidelidade Mineira”, registrou sua primeira reunião em 1870, funcionando provisoriamente durante alguns anos, até ser oficialmente instalada em 1873. Outra singularidade dessa loja foi o fato de ela ter sido a primeira instituição da cidade e da América do Sul a utilizar energia hidrelétrica, em 1889³²⁵, certamente foram muitos os esforços para acenderem a primeira luz da cidade, nesse local de propagação das “Luzes”.

As lojas maçônicas desempenharam um importante papel de ação política que atendia aos ideais e objetivos de uma burguesia. Funcionando em um local fechado e seguro, esses homens tinham a liberdade de expor seus interesses, colocar em prática seus planos de ascensão social e divulgar conceitos de modernidade e progresso³²⁶. Em fins do século XIX e em princípio do século XX, as lojas possibilitavam, por exemplo, um espaço de discussão e de formação de consenso sobre os grandes temas que determinavam a identidade nacional que se encontrava ainda em construção³²⁷. Possivelmente, as diversidades de pensamentos que poderiam ocorrer no interior da Maçonaria criaram o descontentamento de muitos dos que não tinham acesso à ordem e por conta disso tinham margens para pensar absolutamente tudo o que poderia ocorrer dentro dessas lojas. A Igreja Católica foi uma das instituições que abriram constantes embates contra a Maçonaria do Brasil, no fim do século XIX³²⁸. Passando por um momento de reforma³²⁹ e visando à defesa de valores tradicionais, a Igreja Católica

³²⁵ CASTRO, Giani de Souza. *A Cruz e o Compasso: O conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no contexto da Reforma Católica Ultramontana em Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). UFJF, Juiz de Fora, 2008, p. 19 a 27.

³²⁶ *Ibid.*, p. 82.

³²⁷ VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: UNB, 1981, p. 117.

³²⁸ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790 – 1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006, p. 68.

³²⁹ Ressalta-se que momento de reestruturação deve ser compreendida a partir de cada especificidades da realidade católica brasileira. *Ibid.*, p. 95.

também se preocupou em impedir o avanço da liberdade religiosa e as alterações significativas no código ético, divulgado pelos agentes da modernidade social, como a Maçonaria, para isso procurou investir em noções mais civilizadas segundo as que a instituição vivia nos padrões europeus³³⁰. Tal momento ficou conhecido na história brasileira como “Questão Religiosa”³³¹, quando as principais medidas adotadas para a reforma eram o Processo de Romanização e a Reforma Ultramontana³³².

Os embates da Igreja Católica eram intensos, seus jornais traziam notas acusando jornais locais de compartilharem dos ideais maçônicos³³³ - uma vez que a maçonaria também utilizava esses veículos para a sua comunicação³³⁴ - e nos seus sermões desenvolviam uma série de acusações que desconstruíam tal grupo. Devido ao caráter secreto da Maçonaria e à ausência de conhecimentos a respeito da instituição, brechas eram abertas para que a população comum e leiga ao assunto acreditasse naquilo que lhes fosse disponibilizado³³⁵. Lendo as memórias do médico Dr. Pedro Nava, é possível encontrar diversos relatos sobre o que ele ouvia sua família falar a respeito dessa ordem, como o “receio em caminhar em algumas partes da rua Direita, por exemplo, quando passava em frente à “misteriosa e muda, infame Maçonaria”³³⁶.

Ou

pior, muito pior que as fábricas onde os descontentes queriam ganhar mais do que precisavam; pior que o Cinema Farol e o Politeama onde tentavam timidamente os ensaios precursores da bolina, pior que os bordéis, pior que os colégios leigos e que o desaforo do colégio metodista para meninas, pior que a Cervejaria Weiss animada por Brant Horta, Amanajós de Araújo e Celso d’Ávila com guitarras, descantes, declamações de versalhada e as chagas dos tálburis carregados de “mulheres–damas” – era a Maçonaria. Sua

³³⁰ CASTRO, Giani de Souza. *A Cruz e o Compasso: O conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no contexto da Reforma Católica Ultramontana em Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). UFJF, Juiz de Fora, 2008, p. 44 e 59

³³¹ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790 – 1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006, p. 95.

³³² Para podermos entender de forma breve, a Reforma Ultramontana aconteceu durante o século XIX, em defesa da supremacia da autoridade espiritual, sobre o poder político e a primazia da fé sobre a ciência. A Romanização, por sua vez, deu ênfase na prática dos sacramentos e na obediência incondicional à hierarquia e à autoridade eclesiástica. Essas Reformas chegaram ao Brasil em meados do século XIX e em Juiz de Fora em 1890. FERREZINI. Op. cit. p. 39 a 42 e 45.

³³³ CASTRO, Giani de Souza. *A Cruz e o Compasso: O conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no contexto da Reforma Católica Ultramontana em Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). UFJF, Juiz de Fora, 2008, p. 82.

³³⁴ Os jornais locais traziam informações sobre as reuniões e festejos ocorridos na maçonaria. Normalmente, os informes eram para os próprios membros, como a convocação para reunião no jornal (Jornal “O Pharol”, 19/05/1905, p. 2). Mas às vezes haviam convites para a participação de profanos, como na edição do jornal (Jornal “O Pharol”, 09/08/1910, p. 1).

³³⁵ CASTRO. Op. cit. p. 10.

³³⁶ NAVA, Pedro. *Baú de ossos: Memórias I*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1983. p. 266.

loja ficava em plena Rua Direita, entre as do Imperador e da Imperatriz, como desafio permanente ao clero diocesano e aos cristãos-novos e velho do Alto dos Passos³³⁷.

Apesar das inúmeras acusações e conflitos, a Maçonaria prosseguiu suas atividades dentro da cidade. A Loja Maçônica Fidelidade Mineira, em 1893, por exemplo, alegava ser uma instituição beneficente, de fins “altamente humanitários” e por conta disso chegou a pedir isenção de impostos predial para seu edifício localizado na da Rua Direita, no documento consta que não acham correto serem comparados como proprietários privados, pois estes não gozam de tais propriedades em benefício próprio e argumentam que na França essas instituições são isentas de impostos³³⁸.

A Maçonaria também se fazia muito presente nos momentos relacionados à morte. Ainda sobre as memórias do Dr. Pedro Nava, consta que a sua irmã nasceu e logo depois o seu pai veio a falecer. A Maçonaria, como parte de sua fraternidade, decidiu pensionar a menina até que atingisse a maioridade. Entretanto, sua mãe, instruída pelo clérigo local, achou melhor recusar o auxílio provindo do “bode preto”. Entende-se o tamanho da importância do socorro mútuo da ordem, quando se lê que mesmo o pai tendo falecido no ambiente de trabalho, a Câmara da cidade não aprovou qualquer benefício para a família, enquanto a Maçonaria logo se prontificou a tal³³⁹. Era muito recorrente encontrar em jornais a presença de maçons em funerais de seus “irmãos” e também nos de comerciantes, proprietários e pessoas de grande importância na cidade³⁴⁰. Alguns desses maçons se apresentavam até aos repórteres dos jornais e se identificavam como representantes da loja a qual fazia parte. Acontecia, também, dessas lojas arcarem com todos os custos do funeral e em outras vezes apenas deixavam coroas de flores, como forma de homenagem póstuma. A participação e a prestação de solidariedade nesses momentos, na verdade, era usual entre as associações da cidade, como no caso da morte do italiano Henrique Simoni, quando as várias sociedades italianas estiveram presentes, entre elas a Umberto Primo, a Benso di Cavour e a Fidelidade Mineira³⁴¹. A morte em São João Del Rei do senhor Miguel Grippi, irmão de José, Fernando e Giacomo Grippi, proprietários da casa de armas Grippi e Irmãos, também rendeu notícias em jornais e diversas homenagens com a presença de membros

³³⁷ Ibid., p. 19.

³³⁸ Fundo República Velha Documentos referentes a certificados de nacionalidade, série 210 documentos referentes a instituições filantrópicas.

³³⁹ NAVA, Pedro. *Baú de ossos: Memórias I*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1983, p. 41.

³⁴⁰ Jornal “O Pharol”, 03/02/03, p. 1.

³⁴¹ Jornal “O Pharol”, 01/03/03, p. 2.

da Benso di Cavour – loja que José Grippi participou da fundação - e de outros grupos³⁴².

3.3. A loja “Unione Italiana Benso di Cavour” e a sociabilidade entre seus membros

O movimento migratório dos italianos ao longo do século XIX proporcionou a difusão de vários elementos de sua cultura, por onde quer que passassem. Como visto anteriormente, logo ao chegarem aos novos destinos, esses italianos procuravam constituir espaços em que pudessem manter vivas as memórias de sua terra natal, seus hábitos e seus costumes. Esses espaços não só possibilitavam a manutenção de sua cultura, mas também a disponibilizava aos que a conheciam e com isso, acabavam por absorver novas ideias e criar uma identidade ítalo-brasileira. A criação de associações beneficentes era, talvez, a forma associativa mais procurada por esses italianos, pois elas ofereciam recursos que garantiriam estabilidade ao seu membro, nos momentos mais delicados de sua vida. Entre todo o mosaico de associações procurado e recorrido pelos italianos no exterior, existiu também a constituição de lojas maçônicas de caráter étnico. Apesar de a Maçonaria ser entendida como uma instituição unitária, viu-se nesse capítulo que as circunstâncias nas quais as lojas estavam inseridas ditavam sim à maneira do seu funcionamento. Dessa forma, ocorreu, desde a década de 1860, a propagação de lojas maçônicas compostas apenas por italianos que viviam fora da Itália. As primeiras lojas fundadas com essas características estavam localizadas ao longo da bacia do Mediterrâneo. Depois, com o grande movimento migratório, essas lojas também passaram a percorrer outras regiões até chegarem na América Latina e, inclusive, no Brasil. As primeiras lojas italianas estabelecidas em território brasileiro datam do final da década de 1880 e, normalmente, a sua fundação acontecia nos locais com maior contingente de imigrantes italianos. Assim, encontra-se registro dessas lojas em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Minas Gerais, que também se encontrava entre os estados que receberam um número significativo de imigrantes italianos chegou a sediar um grupo desses, mais precisamente na cidade de Juiz de Fora no princípio do século XX. A loja cujo nome escolhido foi *Unione Italian Benso di*

³⁴² Jornal “O Pharol”, 11/04/05, p. 2 e “*Il Bersagliere*”, 15/04/1905, p. 2.

Cavour, era, até pelo menos meados da década de 1920, a única com tais características no estado³⁴³.

A *Unione Italian Benso di Cavour* foi fundada oficialmente no dia 15 de julho de 1902³⁴⁴, mas um dia antes, um correspondente do jornal *Il Bersagliere*, que havia passado por Juiz de Fora, já noticiava a criação desse grupo de italianos maçons³⁴⁵. Nesse início de século, diversas outras associações encontravam-se em formação em Juiz de Fora, porém, a sua singularidade frente as demais, era pelo fato de reunir, em um mesmo espaço, somente maçons italianos. A concepção da loja se deu a partir de vinte e dois homens, antes maçons pertencentes às lojas “Fidelidade Mineira” e “Caridade e Firmeza”³⁴⁶, as duas lojas mais antigas da cidade. No momento de criação desta loja, todos os seus membros eram maçons, mas não necessariamente esses homens eram maçons desde a saída de sua terra pátria, a Itália. Sabe-se que Salvatore Notaroberto foi regulamentado na Maçonaria em Juiz de Fora, no ano de 1895 pela “Fidelidade Mineira”, mas também houve os que foram iniciados na ordem quando já haviam se estabelecidos na cidade de Juiz de Fora, como aconteceu com Luiz Perry e Pantaleone Arcuri, iniciados no ano de 1891, e José Grippe iniciado em 1892, todos os três também pela loja “Fidelidade Mineira”³⁴⁷. É válido dizer ainda que, não era uma obrigatoriedade que todos os italianos maçons da cidade fossem pertencentes e/ou filiados a esta loja maçônica italiana, por exemplo, o italiano Antonio Scanapieco foi iniciado em 1907 na loja “Caridade Firmeza”, onde permaneceu como membro³⁴⁸, ou seja, a iniciação de Scanapieco se deu após a fundação da *Unione Italian Benso di Cavour*, no entanto aconteceu em uma loja já tradicional a cidade e que não selecionava os seus membros pelo caráter étnico.

Os motivos que conduziram esse grupo de italianos a se unirem e formarem uma loja maçônica étnica ainda é um hiato para a historiografia sobre a imigração italiana de Juiz de Fora. Seus fundadores, conhecidos na cidade por desenvolverem atividades com

³⁴³ TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 174.

³⁴⁴ ROSSI, Pedro. Acervo pessoal. Regulamento Interno dell’Aug.: Risp.: e Subl.: Logg.: Cap.: Unione Italiana Benso di Cavour. Or.: Di Juiz de Fora (Minas Gerais - Brasile). Juiz de Fora: Estabelecimento Graphico Dias Cardoso e C., 1918. p. 3

³⁴⁵ Jornal “Il Bersagliere”, 14/07/1902, p. 2.

³⁴⁶ *REVISTA BENSO DI CAVOUR*: Edição especial – Primeiro Centenário. Juiz de Fora - MG: Juizforana Gráfica e Editora, 2002.

³⁴⁷ Livro de matrícula geral dos irmãos da ordem de juiz de fora - Loja Maçônica Fidelidade Mineira páginas 6, 8, 9, 26.

³⁴⁸ Acervo pessoal de Lucínia Scanapieco – Identidade do Maçom Antonio Scanapieco.

finalidades mais práticas, não deixaram, externamente, trabalhos que falassem sobre a loja ou sobre o momento em que estavam vivendo quando a loja foi criada. Os textos que mais se aproximam dessa explicação são alguns trabalhos e alguns discursos realizados décadas depois no interior da loja que, na verdade, mais cumpriam o objetivo de apresentar sobre a história de vida do conde Camillo Benso di Cavour aos atuais membros da loja³⁴⁹, do que apresentar os motivos de criação da loja. Ou, então, a revista comemorativa do primeiro centenário da loja Benso di Cavour, a qual, a partir de pesquisas internas e com familiares de antigos membros, constituiu um breve histórico sobre os italianos fundadores e apresentou também um panorama sobre como a loja se desenvolveu ao longo dos anos. Toda a revista é ilustrada com diversas imagens sobre a loja maçônica, sobre algumas de suas atividades exercidas, festas, seus membros³⁵⁰, imagens de todos os veneráveis, dos grupos que a compõe e inclusive contem fotografias de cada membro fundador da loja. Contudo, não foi encontrado até o momento, um documento que diga exatamente os motivos que conduziram a essa união.

Mesmo o nome dessa loja carrega consigo algumas divergências de grafia. Segundo os jornais da época e constatado no próprio estatuto da loja, o seu nome era *Unione Italiana Benso di Cavour*, esse nome demonstra claramente que o grupo foi formado pela a união de italianos e que foi escolhido como patrono o conde de Cavour, Camillo Benso. Contudo, a revista do centenário da loja apresenta o antigo nome como *Unione Italian di Mutuo Socorro Benso di Cavour*. Não se encontrou outra referência que utilizasse “Mutuo Socorro” junto a inscrição do nome da loja, a não ser esta revista. Inclusive, o nome *Unione Italian di Mutuo Socorro Benso di Cavour* é um tanto confuso, pois traz palavras nos idiomas italiano, inglês e português. Dessa forma, o que se pode deduzir sobre o uso do termo “Mutuo Socorro” como parte do nome da loja, é que partiu-se de uma interpretação de membros posteriores ao momento de constituição e funcionamento da loja por italianos. Esses, possivelmente entenderam que a loja trabalhava como uma espécie de associação de ajuda mútua para os italianos. Afinal, as décadas que cercavam o momento de fundação da loja traziam consigo o funcionamento de diversas associações que praticavam a ajuda mútua entre italianos. Elas eram criadas como um instinto de defesa para se ajudarem diante das dificuldades com o novo

³⁴⁹ A loja permanece em funcionamento até os dias atuais, porém sem exigência do caráter étnico e agora, apenas com o nome de “Benso di Cavour”.

³⁵⁰ O que chamamos de membros pode ser entendido também como obreiros.

ambiente, mas também serviam para preservar a cultura, os costumes e o idioma italiano.

As informações obtidas sobre a formação do grupo, apresentam que o idioma se fez como dificuldade de entendimento entre os italianos e os demais membros das maçonarias da cidade. Sem sombra de dúvidas, as diferenças entre os idiomas constituíram um fator problemático para esses italianos, sobretudo durante as reuniões da ordem e as elaborações das atas. Porém, esse não parece ter sido o único motivo que levou à criação da loja. Ainda que não houvesse acontecido uma completa ruptura entre as primeiras lojas da cidade e esses italianos, até mesmo porque a *Unione Italiana Benso di Cavour* funcionou por muitos anos no prédio da loja Fidelidade Mineira³⁵¹, as desconfianças dos maçons locais com esses italianos também podem ter impulsionado a criação do novo grupo, pois tais italianos tinham em comum o fato de serem proprietários de estabelecimentos e estarem ligados diretamente ao comércio e à indústria da cidade. Assim, a posição social que alguns desses italianos alcançaram poderia ter incomodado outros maçons da cidade. Era comum haver divergências entre membros de uma mesma loja, por isso normalmente existia mais de uma nas cidades e esse caso poderia ser ainda mais complicado quando se tratava da participação de um número significativo de estrangeiros em seu interior. O conflito entre as Maçonarias, mesmo essa sendo limitada por uma simbologia comum, fazia parte das disputas de poder presentes na sociedade, dentro e além das lojas³⁵². O estrangeiro, a princípio, é entendido como um elemento que se integrou ao grupo. Mas a noção do estranho, como em momentos de repulso e de dissociação, forma uma relação de um contra o outro, ainda que a unidade desta interação seja sugerida pelas regulações societárias. A figura de estrangeiros presente na história da economia é algo recorrente. O estrangeiro costuma ser identificado como comerciante, sobretudo, quando tem a oportunidade de levar diferentes produtos para o mercado restrito e carente de novidades. O comércio, por seu turno, pode acolher sempre mais o homem do que a produção primária e, por isso, é o setor indicado para o estrangeiro, que busca penetrar em um círculo determinado. Círculo este onde as posições econômicas já se encontram plenamente

³⁵¹ *REVISTA BENSO DI CAVOUR*: Edição especial – Primeiro Centenário. Juiz de Fora - MG: Juizforana Gráfica e Editora, 2002.

³⁵² MOREL, M. & SOUZA, F.J.O. *O poder da Maçonaria: A História de uma Sociedade Secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p.15.

ocupadas³⁵³. Quando surgiram novas oportunidades de trabalho no exterior - com o momento dos grandes fluxos imigratórios - muitos trabalhadores tentaram a sorte nos principais centros urbanos, que necessitavam de mão de obra qualificada. “Alguns dentre os técnicos mais capazes conseguiram conquistar posições de causar inveja nas cidades de destino”³⁵⁴. Assim, percebe-se que na verdade o estrangeiro é, sim, o estranho ao grupo e, portanto, é considerado e entendido, enfim, como um não pertencente, mesmo que este indivíduo seja um membro orgânico ao grupo, cuja vida uniforme compreenda todos os condicionamentos particulares deste meio social³⁵⁵.

Além das questões sobre a dificuldade de entendimento entre o idioma local e o italiano e as situações desconfortáveis desenvolvidas entre os maçons do município e esses maçons italianos, não se pode perder de vista os problemas de relacionamentos existentes entre esses próprios italianos. Sabe-se que a Itália havia se unificado a poucas décadas quando essas pessoas chegaram na cidade, dessa forma, a rivalidade existente entre essas pessoas que vinham de regiões distintas e algumas vezes rivais, poderiam se aflorar quando eram compreendidas como de uma mesma origem. Também, a possibilidade de disputa por um espaço ou por um reconhecimento diferenciado, faziam com que diversos grupos de italianos fossem fundados na cidade. É certo que algumas vezes até havia interação entre esses grupos, como em momentos de confraternizações e comemorações, mas de qualquer forma, eram grupos independentes uns dos outros. E quando os alguns italianos não concordavam com atitudes de outros, chegavam a procurar a imprensa local e expor isso perante toda a cidade. Um caso como esse aconteceu em 1902, quando alguns italianos, entre eles Pantaleone Arcuri e José Grippe, membros da *Unione Italiana Benso di Cavour* - que havia dado início oficialmente as suas atividades a poucos dias antes da reportagem - questionaram que “pseudo-representantes” da colônia italiana de Juiz de Fora, nomearam como delegado de polícia o cidadão H. Ricci. Segundo esses que procuraram o jornal, boa parte da colônia não chegou nem a ser consultada sobre tal nomeação. Queriam até mesmo saber quem eram esses ditos representantes da colônia³⁵⁶. Logo, protestar em um veículo de comunicação a nomeação de um representante da colônia italiana mostra o quanto as ideias entre

³⁵³ SIMMEL, Georg. O Estrangeiro. In: *RBSE*. Vol. 4, nº 12, 2005. p. 265 e 266.

³⁵⁴ RUGGIERO, Antonio de. Os empreendedores toscanos do mármore nas cidades brasileiras (1875 - 1914). In: FAY, Claudia Musa; RUGGIERO, Antonio de (Org.). *Imigrantes Empreendedores na História do Brasil: Estudos de Casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 86.

³⁵⁵ *Ibid.*, p. 271.

³⁵⁶ Jornal “O Pharol”, 21/06/1902, p. 2.

essas pessoas poderiam ser distintas na sociedade. Mesmo antes da formação da *Unione Italiana Benso di Cavour*, houve casos de descontentamentos entre parte da massa de italianos da cidade e alguns italianos bem-sucedidos. O jornal *Il Bersagliere*, por exemplo, noticiou em 1891 que os italianos da colônia de Juiz de Fora estavam criando discordâncias entre si e certa rivalidade às vezes por conta de “invejas infantis” devido ao crescimento de alguns de seus membros, como as diversas perseguições ocorridas ao Alfonso Collucci, um antigo e bem-sucedido negociante da cidade³⁵⁷.

Às vezes, a rivalidade regional existente no país de origem poderia nem ser o principal fator causador de estranhamentos na cidade, mas a possibilidade de se apresentar em um local diferenciado frente aos demais. Assim, probabilidade de status que uma loja maçônica italiana proporcionaria a esse grupo também seria um motivo que os levou a sua criação. Normalmente, os grupos associativos dos italianos constituídos na cidade não tinham muitas restrições a respeito de posição social para sua participação. O que mais em comum acontecia, era a exclusão de mulheres, menores de idade e de homens que não conseguiam manter uma renda estável. Esses motivos são justificáveis, pois, para participar desses meios, era necessária uma contribuição mensal, responsável pela manutenção do espaço e para cumprir com os gastos que os grupos propunham. Os maçons que fundaram a *Unione Italiana Benso di Cavour* também estavam presentes em várias outras associações da cidade, logo, participavam desses grupos, ao lado das pessoas “comuns”. Porém, ao se coligarem em um local em que apenas italianos maçons poderiam participar, esses homens criam um ambiente diferenciado frente aos demais, sobretudo frente aos seus compatriotas, pois, para participar desse novo grupo, era necessário que o italiano fosse iniciado dentro da Maçonaria.

Outra singularidade foi a presença do nome do conde Camillo Benso di Cavour em uma instituição maçônica na cidade de Juiz de Fora, isso intriga a pesquisa, principalmente porque a utilização do nome desse personagem da Unificação Italiana não parece ter sido muito recorrente no Brasil³⁵⁸. Também, estranhou-se o uso desse

³⁵⁷ Jornal “Il Bersagliere”, 13/03/1891, p. 2.

³⁵⁸ Em uma pesquisa realizada em: <<https://www.google.com.br/maps/>> e <<http://www.buscapep.correios.com.br/sistemas/buscapep/resultadoBuscaCepEndereco.cfm>>, pode-se constatar que o nome “Cavour” aparece 7 vezes como endereços no país, porém, em apenas um caso, o nome estava diretamente referido ao Conde Camillo Benso di Cavour. Não encontramos registro de outra instituição no país que carregasse esse nome. A título de comparação, pesquisamos o nome “Garibaldi”, tomando como referência outro personagem da unificação italiana e, nesse caso, somente nesses dois sítios, o nome apareceu cerca de 65 vezes. Contudo, não conseguimos precisar em quantos desses casos

nome pelo fato de que, normalmente, as lojas maçônicas que elegem um patrono como nome oficial seguem o protocolo de essas pessoas já estarem falecidas e terem, antes, pertencido à Maçonaria. Dessa forma, cabe analisar quem foi o personagem Benso di Cavour, para poder compreender como o nome chegou até essa loja. Já foi visto que havia um imaginário, mesmo na Itália, sobre a participação do conde Cavour na Maçonaria, no entanto, não há nenhuma evidência concreta sobre essa participação. Em Juiz de Fora, encontrou-se a ligação entre Cavour e às sociedades secretas por meio da organização da “Jovem Itália”, pois entendia-se que tal grupo, proposto por Giuseppe Mazzini, teria a função de supervisionar as atividades exercidas pela Carbonária. Entre seus membros também se encontrava Giuseppe Garibaldi³⁵⁹. Contudo, não se pode presumir a participação de Cavour nesse grupo, pois as ideias de unificação que a “Jovem Itália” carregava eram opostas aos ideais de Cavour. Outra sociedade secreta à qual Camillo Benso di Cavour chegou a ser associado era a “Legione Sacra”, formada pelo maçom Zambecari, às vésperas da unificação italiana. Porém, em nenhum desses casos, há, de fato, algum documento assinado pelo seu próprio punho, comprovando a participação nessas sociedades secretas³⁶⁰.

Para o autor maçom, Boanerges de Castro, a apropriação do título Benso di Cavour a esta loja poderia ter ocorrido pelo fato de “aqueles italianos, todos exaltados patriotas, escolheram o nome pensando no Cavour por [ele também] ser um patriota italiano, [o] principal arquiteto da unificação da Itália”³⁶¹. Nesse sentido, os trabalhos apresentados durante as reuniões da loja desde pelo menos a década de 1970 mostram um esforço em trazer novamente à “luz” o nome do conde Camillo Benso di Cavour, o que na época de fundação da loja realmente parecia ser algo mais estabelecido. No final do século XIX e no início de século XX - quando a loja foi criada -, o nome do Conde de Cavour aparecia constantemente nos jornais, mas, a partir da segunda década desse século, o seu nome aparece cada vez menos entre as notícias. Encontram-se diversas reportagens no jornal “O Pharol” tratando sobre seu histórico de vida e, em alguns desses casos, o ícone Cavour era associando a um “gênio”³⁶², devido às suas articulações que possibilitaram a conquista da unificação italiana ou elogiando-o pelas

era uma homenagem direta ao Giuseppe Garibaldi, pois ele chegou a constituir família no país e portanto o seu sobrenome foi também utilizado por seus descendentes.

³⁵⁹ CASTRO, Boanerges Barbosa de. *Diálogos Maçônicos*. Juiz de Fora, 2002, p. 4.

³⁶⁰ MOLA, Aldo A. *Storia della Massoneria Italiana: Dalle origini ai nostri giorni*. Milano: Bompiani, 1994, p. 58.

³⁶¹ *Ibid.*, p. 5.

³⁶² Jornal “O Pharol”, 19/07/1911, p. 1.

suas atitudes e dizeres como em uma reportagem do dia 20 de maio de 1905, onde se lê que:

Dentre aquelas figuras proeminentes de patriotas, destaca-se pelo seu denodo e pelo seu saber o vulto ardoroso e simpático do Conde de Cavour. O Vitorioso de Cernaia [...] que disse ‘Educai a infância; governai com liberdade’” A nação italiana tem no conde de Cavour o símbolo imperecível do seu prestígio cívico³⁶³.

Apareciam também notícias sobre a construção de monumentos, na Itália, em sua homenagem³⁶⁴ e noticiaram-se ainda as comemorações ocorridas na Itália em virtude dos cem anos de nascimento do conde, trazendo, algumas vezes, até trechos de os discursos proclamados nas cerimônias³⁶⁵. Assim, não só os italianos, mas toda a sociedade de Juiz de Fora tinha constantemente acesso a informações sobre um dos principais nomes da Unificação Italiana, mostrando que o nome Benso di Cavour poderia ser mais compreendido naquele momento e justificaria a sua escolha como patrono da nova loja.

O conde Camillo Benso di Cavour nasceu no dia 10 de agosto de 1810, em Turim, apesar de que em foi encontrado na colônia italiana de Juiz de Fora uma dúvida sobre seu real local de nascimento, como mostra o trecho da reportagem do jornal “O Pharol”:

A nação italiana tem no conde de Cavour o símbolo imperecível do seu prestígio cívico. Nascido e Turim, segundo Larousse, tendo berço um lugarejo dos arredores daquela cidade, como puro e excelente piemontês, conforme outros tendo nascido em território calabrês e sendo educado mais longe, consoante ainda outros, o certo é que ele era de toda a Itália, e se províncias distintas disputam seu lugar de nascimento, todas reconhecem no grande patriota a mais bela e vigorosa representação do heroísmo e da ilustração, posto a serviço da causa que realizou a conquista suprema de uma multidão de pequenas pátrias mutiladas, para uni-las em uma só, forte, válida, impertérrita ao sopro mágico da liberdade, sonho que Garibaldi completou maravilhosamente, inspirando nos exemplos do másculo patriota³⁶⁶.

É interessante perceber nessa matéria que as suas biografias sempre apontam o seu local de nascimento para Turim, inclusive a própria reportagem diz que constava no “Larousse” da época que essa foi a localidade de seu nascimento. Mas aparentemente

³⁶³ Jornal “O Pharol”, 20/09/1905, p. 1.

³⁶⁴ Jornal “O Pharol”, 07/07/1908, p. 2.

³⁶⁵ Jornal “O Pharol”, 12/08/1910, p. 1.

³⁶⁶ Jornal “O Pharol”, 20/09/1905, p. 1.

em Juiz de Fora não se tinha tanta certeza se o nascimento aconteceu mesmo em Turim, pois, lê-se no trecho acima que “outros” – também não se especifica quem são esses - acreditavam que seu nascimento havia acontecido na Calábria. Alguns dias antes dessa matéria, “O Pharol” havia dito que a Calábria era o berço de tantos políticos importantes para o Reino Italiano³⁶⁷. Coincidentemente, Juiz de Fora, local em que o jornal era editado e vendido, presenciou o desenvolvimento de uma elite italiana, de origem calabresa, entre eles estavam Pantaleone Arcuri e Giuseppe Spinelli, sócios proprietários de uma das maiores indústrias da cidade, os quais também apareciam constantemente nas páginas do periódico. Talvez coubesse nesse ponto questionar até que ponto o jornal possuía dúvidas sobre a cidade de origem desse italiano ou até que ponto os italianos estabelecidos em Juiz de Fora teriam influenciado na construção de tal dúvida?

O fato é que Camillo Benso di Cavour foi um grande financista, industrial e político. Era o segundo filho do marquês Michele Benso e da suíça Adèle de Sellon. Em sua juventude, foi oficial do exército, mas logo abandonou a carreira em busca de novos planos. Viajou pela Europa durante quatro anos, teve a oportunidade de estudar na Grã-Bretanha, na França e na Suíça. Tornou ao Piemonte-Sardenha, no ano de 1830, e logo se ocupou de conhecer a área da agricultura e da difusão de escolas. As atividades comerciais em que estava envolvido e também bancárias lhe possibilitaram uma condição de vida confortável e permitiram que ajudasse a fundar em 1847 o jornal “*Il Risorgimento*”, marcando assim o início de seu comprometimento com o meio político. A partir de 1850, chegou a ocupar cargos públicos como o de Ministro da Agricultura, do Comércio e da Marinha. E, após a unificação italiana, tornou-se o Primeiro Ministro da Itália³⁶⁸.

A sua participação no movimento de unificação do Reino da Itália foi de suma importância. Cavour, apresentando tendências monarquistas, buscava criar aliança com a França para expulsar a Áustria da Itália. Para tal, montou esquemas que visavam ao confronto contra os austríacos para tornar a Itália independente. Entre as negociações, Cavour chegou a propor a entrega de alguns territórios como Nice e Savóia, em troca da anexação de vários outros ducados centrais. Esse foi um ponto que desagradou os

³⁶⁷ Jornal “O Pharol”, 15/09/1905, p. 1.

³⁶⁸ GARCIA, Luiz Fernando Mendes. *Palestra Sobre o Bicentenário de Camilo Benso di Cavour: O Conde di Cavour*. Juiz de Fora: Imprensa no dia 10 de agosto de 2010. Não publicada. p. 2.

demais envolvidos no processo de unificação, levando o rompimento com Garibaldi³⁶⁹. Cavour deparou-se com uma Itália dividida, parcialmente unificada, acima pelo controle do Estado e abaixo pela guerra revolucionária, conduzida pelas forças da oposição democrática republicana, lideradas militarmente por Giuseppe Garibaldi. Mas, segundo Hobsbawm, seu pensamento rápido, conversação veloz e brilhantes manobras foram necessários para persuadir Garibaldi a entregar o poder ao rei, o que ele fez em 1860³⁷⁰.

Cavour foi um político que soube administrar suas novas e antigas forças políticas não oficiais, quer aprovassem ou não a política dos governantes. Em sua essência, era antirrevolucionário. Soube lidar com cuidado para separar unidade nacional e a influência popular. Tamanha foi sua insistência em transformar o novo reino italiano num prolongamento do Piemonte, a ponto de recusar renomear o título do rei Vitório Emanuel II (da Savoia) para Vitório Emanuel I (da Itália). Cavour era suficientemente flexível para integrar a oposição em seus respectivos sistemas, garantindo, porém, a impossibilidade de que essas oposições viessem a ganhar controle³⁷¹. A sua habilidade diplomática foi algo muito marcante nesse processo, ele conseguiu manter o consentimento das potências europeias, e a fidelidade de Garibaldi o levou à proclamação do Reino da Itália no dia 17 de março de 1861³⁷². As manobras adotadas durante o processo de unificação italiana foram até reconhecidas por Antonio Gramsci, filósofo marxista, crítico literário e membro-fundador do Partido Comunista da Itália. Para Gramsci, Cavour não foi apenas um diplomata, mas essencialmente um político criador, seu modo de “criar” não era revolucionário, mas conservador³⁷³. Cavour veio a falecer em Santena no dia 06 junho de 1861, pouco depois de ter presenciado a Unificação do Reino da Itália, da qual tanto participou.

Desse modo, conhecendo a trajetória do conde de Cavour na Itália e conhecendo as representações feitas a sua pessoa em Juiz de Fora junto aos jornais da época, compreende-se melhor o motivo pela escolha do seu nome para a loja maçônica. Sem sombra de dúvidas seria distinto ter como patrono, uma importante figura que ajudou a concretizar a Unificação Italiana. Pautados no desígnio desse título, a loja, que encontra-se funcionamento e com o nome “Benso di Cavour” até os dias de hoje,

³⁶⁹ CASTRO, Boanerges Barbosa de. *Diálogos Maçônicos*. Juiz de Fora, 2002, p. 3.

³⁷⁰ HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital (1848-1875)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012. p. 123.

³⁷¹ *Ibid.*, p. 122.

³⁷² GARCIA, Luiz Fernando Mendes. *Palestra Sobre o Bicentenário de Camilo Benso di Cavour: O Conde di Cavour*. Juiz de Fora: Impressa no dia 10 de agosto de 2010. Não publicada. p. 4.

³⁷³ GRAMSCI, Antonio. *O Ressurgimento e a unificação da Itália*. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 152.

definiu suas atribuições da seguinte maneira: A loja seguiria o Rito Escocês antigo e aceito sob auspício do Grande Oriente e Supremo Conselho do Brasil, a partir do dia 15 julho de 1902, a loja poderia ser constituída de um número ilimitado de membros, tendo sempre como objetivo socorrer, proteger e defender os componentes de sua ordem, buscando e trabalhando pela perfeição e crescimento geral da Maçonaria. A ordem adotaria então o idioma italiano como oficial e seria composta pelas seguintes “categorias”: os Fundadores, os Contribuintes, os Beneméritos, os Honorários e os *Figliandi Liberi*, sendo que os fundadores eram considerados membros efetivos da loja³⁷⁴.

Como visto anteriormente, o ato de exercer e praticar o socorro mútuo realmente era uma das balizas da ordem, mas não constava no regulamento da loja que o termo “Socorro Mútuo” estivesse presente em seu nome. E mais, ressaltava-se no estatuto que a prática do socorro deveria não só atender aos pertencentes à loja, mas também a qualquer maçom regularizado, que é entendido como “irmão”. Para poder arcar com essa ajuda, era necessária a contribuição fixa de cada membro de 1\$000 (mil reis) mensais. Outro ponto recorrente sobre a questão dos funerais era uma regulamentação, que exigia a participação da loja nos funerais de todos os seus “irmãos” e havia, inclusive, a constituição de um fundo, chamado de “Taxa para funeral”, também obrigatório a todos os membros da loja, sendo a contribuição de 1\$000 pagos antecipadamente nos meses de janeiro e julho de cada ano, para custear as despesas com esses acontecimentos. O socorro em caso de desemprego, ou para os que estavam em busca de um “trabalho honesto”, também constava no regulamento da loja, assim como a ajuda a viúvas e filhos até a idade de 15 anos e, em casos de grandes necessidades, chegava-se a ajudar até ao viúvo³⁷⁵.

O mecanismo de comunicação utilizado pela loja *Unione Italiana Benso di Cavour* era, em primeiro lugar, entre seus próprios membros, mas também, eram realizados através das publicações de notas nos jornais locais. Nesses meios, era muito comum aparecer pequenas notícias, no idioma italiano, sobre os dias em que aconteceriam reuniões e as vezes se trazia até a pauta principal a ser discutida³⁷⁶. Como os demais meios associativos da cidade, a maçonaria também utilizava os jornais locais

³⁷⁴ REGOLAMENTO INTERNO dell’Aug.: Risp.: e Subl.: Logg.: Cap.: Unione Italiana Benso di Cavour. Or.: Di Juiz de Fora (Minas Gerais - Brasile). Juiz de Fora: Estabelecimento Graphico Dias Cardoso e C., 1918, p.3

³⁷⁵ Ibid., p. 6 e 7.

³⁷⁶ Jornal “O Pharol”, 18/05/1905, p. 2.

para divulgar convites de eventos aos membros da loja e das outras maçonarias, mas também, em algumas ocasiões, estendiam esses convites à sociedade³⁷⁷. Constava no estatuto da loja que a sua festa Maçônica Oficial deveria acontecer em todo dia 10 de agosto, pois essa era data de nascimento do seu Titular Conde Camillo Benso di Cavour, assim, nesse dia deveria ocorrer a realização de uma sessão magnífica pública ou maçônica³⁷⁸. Seguindo esse regulamento, no dia 10 de agosto de 1910 as comemorações promovidas por esses maçons tiveram uma ampla divulgação no jornal “O Pharol” e também um significado bem importante, pois tratava-se do primeiro centenário de nascimento de Camillo Benso di Cavour. Desta forma, a loja tratou de noticiar sobre o evento e estendeu o convite às autoridades civis, militares, às associações profanas e “ao povo em geral”. Posteriormente ao evento, o jornal noticiou que a solenidade foi “revestida de brilhantismo” e que, de fato, contou com a presença de grande número de importantes famílias da cidade, além de representantes de todas as classes sociais³⁷⁹. Cabe apontar que o jornal divulgou durante três edições o convite sobre as comemorações da loja, mas além disso, o jornal publicou uma notícia no dia seguinte a festividade, informando como se procedeu o evento, fazendo elogios ao mesmo e dando destaque para a participação de importantes famílias da cidade, mas também mencionando a participação do “povo em geral”, conforme o convite havia sido feito anteriormente, sinalizando assim o quanto esses acontecimentos possibilitavam a sociabilidade entre a sociedade. Além da festa principal, aconteciam também outras comemorações organizadas por esses maçons, como a realização dos festejos do dia “XX de Setembro”, que inclusive contava com a participação de outros grupos italianos da cidade. A chegada de celebridades também era acompanhada pela loja como a vinda do conde de Bosdari a Juiz de Fora, em 1919³⁸⁰. E acontecia ainda a participação da *Unione Italiana Benso di Cavour* em eventos de outras instituições, como nas

³⁷⁷ Como podemos notar nas edições (Jornal “O Pharol”, 19/05/1905, p. 2; Jornal “O Pharol”, 21/05/1905, p. 2; Jornal “O Pharol”, 22/06/1906, p. 2; Jornal “O Pharol”, 07/05/1910, p. 2; Jornal “O Pharol”, 14/05/1905, p. 2; Jornal “O Pharol”, 17/05/1905, p. 2; Jornal “O Pharol”, 18/05/1905, p. 2; Jornal “O Pharol”, 19/05/1905, p. 2; Jornal “O Pharol”, 21/05/1905, p. 2; Jornal “O Pharol”, 21/07/1906, p. 2; Jornal “O Pharol”, 22/07/1906, p. 2; Jornal “O Pharol”, 07/05/1910, p. 2; Jornal “O Pharol”, 25/05/1912, p. 2; Jornal “O Pharol”, 26/05/1912, p. 2; Jornal “O Pharol”, 29/05/1912, p. 2; Jornal “O Pharol”, 27/06/1922, p. 1; Jornal “O Pharol”, 21/01/1903, p. 2; Jornal “O Pharol”, 10/08/1910, p. 2.).

³⁷⁸ REGOLAMENTO INTERNO dell’Aug.: Resp.: e Subl.: Logg.: Cap.: Unione Italiana Benso di Cavour. Or.: Di Juiz de Fora (Minas Gerais - Brasile). Juiz de Fora: Estabelecimento Graphico Dias Cardoso e C., 1918, p. 12.

³⁷⁹ Jornal “O Pharol”, 07/08/1910, p. 1; Jornal “O Pharol”, 09/08/1910, p. 1; Jornal “O Pharol”, 10/08/1910, p. 1; Jornal “O Pharol”, 11/08/1910, p. 1.

³⁸⁰ Jornal “O Pharol”, 14/08/1919, p. 1.

comemorações dos 50 anos de Unidade Italiana, em que a Società Italiana di Beneficenza, no Rio de Janeiro, promoveu uma grande festa, que contou com personalidades locais e com a presença de outras instituições italianas espalhadas pelo Brasil, como a loja italiana de Juiz de Fora³⁸¹.

Apesar dos motivos para a criação da loja ainda estarem ofuscados devido ao a falta de produção sobre o tema, nota-se, por outro lado, que havia uma grande sociabilidade desenvolvida entre esses italianos fundadores da *Unione Italiana Benso di Cavour*. Tamanha era a interação entre eles que em algumas vezes chegavam a ultrapassar os limites traçados pelas paredes da loja, envolvendo até mesmo seus familiares dentro de uma grande rede de relações. Os nomes e sobrenomes desses homens apareciam junto a inúmeros casos de desenvolvimentos de projetos, de prestação de serviços e até mesmo na constituição de novos laços familiares. Em todos esses casos, é possível acompanhar, a trama de relações que aconteciam entre essas famílias a partir da leitura dos periódicos da época, na bibliografia sobre os imigrantes italianos da cidade e até mesmo implícitos nos documentos presentes nos arquivos de Juiz de Fora. No jornal “O Pharol”, por exemplo, vê-se formar um emaranhado entre os sobrenomes desses italianos a partir de pequenas notas, as quais noticiavam as realizações dos primeiros casamentos civis da cidade. Vê-se não só a junção das famílias através dos noivos, mas também a presença desses sobrenomes entre as testemunhas, como no consórcio entre Pantaleone Arcuri e Christina Spinelli, que aconteceu na casa do Senhor José Spinelli, irmão da noiva, no dia três de abril de 1891 e que teve como testemunha o Senhor Luiz Perry³⁸². Nesse único episódio percebe-se três nomes de italianos que estariam, anos depois, fundando a loja *Unione Italiana Benso di Cavour*. A relação dentre esses italianos era muito próxima, Pantaleone Arcuri e Christina Spinelli saíram, em momentos diferentes de Sant’Agata d’Esaro e se estabeleceram, também em momentos diferentes, em Juiz de Fora. Contudo, o casamento entre os dois foi uma continuação dos laços de parentescos já existentes na união matrimonial entre tios e tias que tinham em comum desde quando viviam na Itália³⁸³. O irmão de Christina, José Spinelli, além do parentesco sanguíneo e de ter se tornado cunhado de Arcuri, mais a frente iria compor a diretoria da Companhia

³⁸¹ Jornal “Il Bersagliere”, 30/03/1911, p. 2.

³⁸² Jornal “O Pharol”, 03/04/1991.

³⁸³ OLENDER, Marcos. *Ornamento, ponto e nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011. p. 53.

Pantaleone Arcuri, como sócio proprietário da empresa. Por fim, uma das testemunhas desse consócio, Luiz Perry, que se consolidou na cidade como empresário, também chegou a participar de diversos projetos na empresa de Arcuri. Outras ligações como essa vão sendo combinadas e descritas nos periódicos, reforçando ainda mais o desenvolvimento dessa rede de relações entre os italianos. Outro exemplo é o casamento entre Pedro Gaburri, filho de Humberto Gaburri, com Ignez Ciampi, filha de Tiberio Ciampi³⁸⁴ - ambos os pais pertencentes e fundadores da loja maçônica - os nomes desse casal voltaram a aparecer no jornal dessa vez como testemunhas da união entre Otheo Ciampi e Thereza Turola³⁸⁵ – também sobrenome de família tradicional italiana de Juiz de Fora.

A prestação de serviços foi outra questão recorrente entre os italianos. Através da análise de inventários e testamentos dos membros fundadores da *Unione Italiana Benso di Cavour*, pode-se perceber que havia um entrelaçamento de sobrenomes das famílias, assim como aconteciam com os casamentos. Por diversas vezes a esposa e os filhos desses italianos recorriam a advogados que tinham algum tipo de parentescos entre esses maçons para poder resolver as questões das partilhas de bens. Por exemplo, o filho do italiano Catulo Breviglieri³⁸⁶, membro fundador da loja, Dr. Danilo Breviglieri foi o advogado responsável por fazer o inventário da família de Humberto Gaburri³⁸⁷. Também, o advogado Dr. Antônio Spinelli, irmão de José Spinelli³⁸⁸, foi responsável por inventariar os bens do Comendador Pantaleone Arcuri³⁸⁹, esse que inclusive chegou a nomear José Spinelli, seu cunhado, para ser o seu procurador na Itália, visando a resolver assuntos de herança por lá³⁹⁰.

Alguns trabalhos como, no livro de Marcos Olender, também trazem empreendimentos envolvendo os sobrenomes dos fundadores da loja *Unione Italiana Benso di Cavour*. Nesse caso, percebem-se os nomes, de um lado o calabrês Pantaleone Arcuri, proprietário da Companhia Pantaleone Arcuri. Uma grande firma que se destacou por vender materiais para obras, elaborar projetos modernos e executar construções. Devido à proximidade com a Companhia Mineira de Energia, a construtora

³⁸⁴ Jornal “O Pharol”, 6/12/1910, p. 2.

³⁸⁵ Jornal “O Pharol”, 11/06/1919, p. 2.

³⁸⁶ Testamento 1945 Caixa 300/25º processo.

³⁸⁷ Inventário, 1938, caixa 255/56º processo – Arquivo Histórico da UFJF.

³⁸⁸ Testamento, 1925, caixa 12/13º processo – Arquivo Histórico da UFJF; Inventário, 1925, caixa 155/77º processo – Arquivo Histórico da UFJF.

³⁸⁹ Inventário 1959 caixa 334/106º processo.

³⁹⁰ CASARIN, Heliane. Banco de Dados sobre a Imigração Italiana em Juiz de Fora e Zona da Mata Mineira. 2015. Não publicado.

ainda montou uma fábrica de ladrilhos hidráulicos e foi a pioneira na inserção e fabricação da “telha do futuro”, ou ardósia artificial no Brasil³⁹¹. A construtora foi responsável pela realização de diversos prédios na cidade, inclusive prédios públicos, como as Repartições Municipais, que constituem parte do patrimônio tombado de Juiz de Fora. Do outro lado, tem-se Tiberio Ciampi. Grande comerciante na cidade, responsável por prestar manutenções em bicicletas “Harley” e pela venda de peças e acessórios para veículos. Além disso, vendia automóveis da “General Motors do Brasil” e era representante da “Moto Indian” e “Harley Davidson”³⁹².

Após um incêndio ter afetado os negócios de Tiberio Ciampi, ele e seus filhos resolveram construir um edifício em um terreno próprio. O prédio seria por anos o primeiro e único “arranha-céu” de Juiz de Fora. A construção deste aconteceu no início dos anos de 1930 pela Companhia Pantaleone Arcuri para a família Ciampi. O projeto contou ainda com a ajuda da prefeitura que isentou de impostos durante cinco anos o proprietário do prédio, que seria o mais alto da cidade. O edifício foi projetado por Raphael Arcuri, filho de Pantaleone Arcuri e responsável pela elaboração de diversos outros projetos da construtora. O prédio em estilo *art-nouveau* contava com quatro andares e uma torre anexa. Sendo distribuído da seguinte forma, na frente do primeiro pavimento havia uma loja e, nos fundos, funcionava uma oficina e a garagem; no segundo pavimento, ficava o escritório da empresa; no terceiro pavimento, uma residência; e os demais pavimentos suportavam cômodos que eram alugados para residências ou negócios comerciais³⁹³.

Os casos mencionados buscam ilustrar um pouco sobre o que seriam as sociabilidades desenvolvidas entre o grupo de italianos maçons no início do século XX em Juiz de Fora. Os mecanismos de relações entre eles eram tão abrangentes que extrapolavam os limites da loja e abraçavam também seus familiares. Vê-se assim que a proposta de ajuda mútua valia também para com os seus mais próximos. Logo a sociabilidade vivida dentro dessas associações proporcionavam a construção de redes de relacionamento, que ofereciam certa estabilidade aos que necessitavam de ajuda durante o período de adaptação à nova realidade e, mais do que isso, as redes forneciam recursos para o crescimento dos negócios dessas pessoas, chegando até mesmo a

³⁹¹ OLENDER, Marcos. *Ornamento, ponto e nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011.

³⁹² *Ibid.*, p. 254 e 255.

³⁹³ *Ibid.*, p. 252 a 255.

proporcionar *status* a alguns deles, sendo esses reconhecidos mais tarde junto a da história da cidade e tendo seu nome exposto em prédios e em logradouros do município. A presença exclusiva de italianos na loja durou até o ano de 1925³⁹⁴, quando, então, descendentes e nacionais passam a ser iniciados na *Unione Italiana Benso di Cavour*. Nesse momento, o próprio fluxo imigratório diminuiu, sendo, então, essa abertura uma solução encontrada para que a loja pudesse continuar a existir.

³⁹⁴ *REVISTA BENSO DI CAVOUR*: Edição especial – Primeiro Centenário. Juiz de Fora - MG: Juizforana Gráfica e Editora, 2002.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste trabalho foi trazer para destaque a constituição dos meios de sociabilidade, sobretudo na cidade de Juiz de Fora, a partir da análise das associações italianas e em especial a *Unione Italiana Benso di Cavour*. Longe de querer encerrar as discussões sobre o tema, a pesquisa procura registrar mais um pouco do legado que esses imigrantes italianos deixaram à cidade de Juiz de Fora. A loja formada no ano de 1902 encontra-se em funcionamento até os dias de hoje, porém completamente descaracterizada de seu caráter étnico. É ainda objetivo dessa dissertação, contribuir, para a ampliação dos estudos sobre a imigração italiana em Minas Gerais, pois apesar do número significativo de imigrantes italianos no estado, nota-se que grande parte dos trabalhos a respeito deste tema estão concentrados no estado de São Paulo e na região Sul do Brasil.

O contato com as fontes foi algo limitado. Por se tratar de uma instituição de caráter secreto, o acesso às fontes torna-se extremamente restrito. O próprio caráter prático dos membros fundadores da loja é responsável pela falta de trabalhos a respeito desse grupo. O perfil desses homens os mostram mais com empresários, preocupados com o crescimento, ou manutenção de seus negócios, do que preocupados em deixar produções intelectuais, sobre o grupo. Para tentar contornar essa dificuldade, procurou-se junto a arquivos particulares e jornais de época, identificar o máximo de informações sobre esses italianos e sobre a criação dessa loja, para que pudessem esclarecer algumas dúvidas existentes no início da pesquisa. A singularidade do nome de Camillo Benso di Cavour junto a Loja, se mostra mesmo como uma forma de homenagear um dos heróis da unificação do Reino da Itália. Para isso, usaram dos jornais locais para construir o mito de um italiano, que não parece ter sido bem como o herói conhecido em Juiz de Fora. A ligação do seu local de nascimento com a Calábria e a sua participação em sociedades secretas, foram maneiras encontradas para legitimar a escolha do nome e mostrar para a cidade e para os outros italianos, a singularidade desse grupo em específico. Pois, normalmente, o uso de nomes de personalidades nesses tipos de associações, revelam a busca por proximidade da elite imigrante para com o Estado Italiano³⁹⁵.

³⁹⁵ CHRISTO, Maraliz de Castro. Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão. In: BORGES, Célia Maria (org.) *Solidariedades e Conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000, p. 154.

E, por fim, entende-se como de grande relevância as formas de sociabilidade constituídas por essas pessoas, que se deslocavam de situações instáveis em sua terra natal, para ir de encontro com situações ainda mais instáveis nos novos destinos, mas que jamais deixavam de trazer consigo a esperança de poder conquistar uma situação de vida melhor, para si e para seus familiares.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo Histórico da Fidelidade Mineira

Livro de matrícula geral dos irmãos da ordem de Juiz de Fora. Loja Maçônica Fidelidade Mineira.

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

Comendador Pantaleone Arcuri. Inventário 1959 caixa 334/106º processo.

Luiz Perry - Inventário 1918 caixa 096/47º processo.

Salvatore Notaroberto. Inventário 1938 caixa 258/99º processo.

Tiberio Ciampi. Inventário 1931 caixa 205/115º processo.

Arquivo Histórico de Juiz de Fora

Fundo República Velha - F.C.M.R.V. - Vª parte – Órgãos e Funcionários da Câmara – VI Secretaria da Câmara – 165.

Fundo República Velha Documentos referentes a certificados de nacionalidade, série 210_ documentos referentes a instituições filantrópicas.

Arquivo Nacional

Diário Mercantil – Edição da Manhã – 6 de novembro de 1939

Arquivo Público Mineiro

Gaetano Chiantia - Livro SA – 910, p.15, rolo 03.

Tiberio Ciampi - Livro SA – 910, p.27, rolo 03.

Assembleia Legislativa de Minas Gerais

LEI 3417, DE 26/08/1887. Ementa: AUTORIZA O GOVERNO A AUXILIAR O SERVIÇO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NESTA PROVÍNCIA. Disponível em

<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=3417&comp=&ano=1887>> Acesso em 25 de mar. de 2015.

LEI 32, DE 18/07/1892 Ementa: AUTORIZA O PRESIDENTE DO ESTADO A PROMOVER IMIGRAÇÃO DE TRABALHADORES, MEDIANTE A CONCESSÃO DE DIVERSOS FAVORES. Disponível em:

http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=32&comp=&ano=1892&aba=js_textoOriginal> Acesso em 25 de mar. de 2015.

Câmara Legislativa

DECRETO Nº 1.031, DE 7 DE AGOSTO DE 1852. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1031-7-agosto-1852-559374-publicacaooriginal-81570-pe.html>> Acesso em 25 de mar. de 2015.

DECRETO Nº 3.784, DE 19 DE JANEIRO DE 1867. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-publicacaooriginal-72121-pe.html>> Acesso 25 de mar. de 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

VI — Associações de auxílios mútuos e beneficência — 1917 – In: *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm> Acesso em 03 de jan. de 2017.

População do Brasil por Municípios e Estados (1907 - 1912). In: *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm> Acesso em 03 de jan. de 2017.

Senado Brasileiro

LEI Nº 514 - DE 28 DE OUTUBRO DE 1848. DISPONÍVEL EM <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/listatextointegral.action?id=63839&norma=79736>> Acesso em 25 de mar. de 2015.

LEI N. 3270 - DE 28 DE SETEMBRO DE 1885. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66550>>. Acesso em 25 de mar. de 2015.

Arquivos pessoais

CARELLO, Egídio. Acervo pessoal. Discurso lido por Boanerges Barbosa de Castro na seção do dia vinte e oito de março de 1979 na loja Benso di Cavour. Juiz de Fora. 2015. Não publicado.

CARELLO, Egídio. Acervo pessoal. Discurso lido por Boanerges Barbosa de Castro na seção do dia dezanove de julho de 1989 na loja Benso di Cavour. Juiz de Fora. 2015. Não publicado.

ROSSI, Pedro. Acervo pessoal. Regolamento Interno dell'Aug.: Risp.: e Subl.: Logg.: Cap.: Unione Italiana Benso di Cavour. Or.: Di Juiz de Fora (Minas Gerais - Brasile). Juiz de Fora: Estabelecimento Graphico Dias Cardoso e C., 1918.

CASTRO, Boanerges Drummond Barbosa de. Acervo Pessoal. Garcia, Luiz Fernando Mendes. *Palestra Sobre o Bicentenário de Camilo Benso di Cavour: O Conde di Cavour*. Juiz de Fora: Impressa no dia 10 de agosto de 2010. Não publicada.

SCANAPIECO, Lucínia. Diplomas: Scuola Elementare Italiana Juiz de Fora Certificato di Studio; Diploma di Medaglia di Vermeil; Certificado de Aprovação do Estado de Minas Gerais;

SCANAPIECO, Lucínia. Estatutos da Associação Beneficente dos Irmãos Artistas. Juiz de Fora: Typographia Oriente, 1921, p.3.

PERIÓDICOS

Biblioteca Nacional – Hermeroteca Digital Brasileira

(<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=258822&pesq=>)

Il Bersaglieri:

Il Bersagliere – 21/03/1891 p. 1.

Il Bersagliere – 10/07/1891 p. 4.

Il Bersagliere – 05/03/1892 p. 2.

Il Bersagliere – 14/07/1902 p. 2.

Il Bersagliere – 19/05/1904 p. 1.

Il Bersagliere – 15/04/1905 p. 2.

Il Bersagliere – 05/05/1906 p. 47.

O Pharol:

O Pharol – 03/07/1890 p. 2.

O Pharol – 03/07/1890 p. 2.

O Pharol – 05/07/1890 p. 2.

O Pharol – 08/09/1894 p. 2.

O Pharol – 22/06/1895 p. 1.

O Pharol – 02/05/1897 p. 1.

O Pharol – 11/06/1897 p. 2.

O Pharol – 13/06/1897 p. 1.

O Pharol – 01/07/1897 p. 1.

O Pharol – 28/07/1897 p. 1.

O Pharol – 08/08/1897 p. 1.

O Pharol – 02/01/1900 p. 1.

O Pharol – 16/01/1900 p. 1.

O Pharol – 19/09/1902 p. 2.

O Pharol – 12/10/1902 p. 2.

O Pharol – 03/01/1903 p. 1.

O Pharol – 11/01/1903 p. 1 e 2.

O Pharol – 12/01/1903 p. 2.

O Pharol – 21/01/1903 p. 2.

O Pharol – 01/04/1903 p. 1.

O Pharol – 07/04/1903 p. 1.

O Pharol – 03/06/1904 p. 1.

O Pharol – 08/06/1904 p. 1.

O Pharol – 30/10/1904 p. 2.

O Pharol – 19/05/1905 p. 2.

O Pharol – 10/06/1905 p. 1.
O Pharol – 15/09/1905 p. 1.
O Pharol – 17/11/1907 p. 1.
O Pharol – 09/06/1909 p. 2.
O Pharol – 21/09/1909 p. 1.
O Pharol – 02/01/1910 p. 1.
O Pharol – 09/08/1910 p. 2.
O Pharol – 17/03/1911 p. 1.
O Pharol – 26/01/1915.
O Pharol – 22/01/1916 p. 1.
O Pharol – 25/01/1919 p. 1 e 2.
O Pharol – 05/04/1919 p. 1.
O Pharol – 28/02/1923 p. 2.
O Pharol – 28/04/1923 p. 3.
O Pharol – 11/11/1925 p. 4.
O Pharol – 22/04/1926 p. 1.

TRIBUNA DE MINAS. *Imigrantes: 150 anos Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Tribuna de Minas, 2000.

REVISTA *BENSO DI CAVOUR*: Edição especial – Primeiro Centenário. Juiz de Fora - MG: Juizforana Gráfica e Editora, 2002.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

AGULHON, Maurice. *Pénitents et Francs-Maçons de l'ancienne Provence*: Essai sur la sociabilité Meridionale. Paris: Fayard, 1984.

ALCÂNTARA JÚNIOR, José. O conceito de sociabilidade em Georg Simmel. In.: *Ciências Humanas em Revista*. São Luís. v. 3, n.2, p. 32-33, 2005.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Silvia M. B. V. *Classe operária em Juiz de Fora*: Uma história de lutas (1912 – 1924). Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

ARANTES, Luiz Antônio Valle. Caminhos incertos, conflitos religiosos e empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade. In: BORGES, Célia Maria (org.) *Solidariedades e Conflitos*: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000. P 93.

ARAUJO, Lenilson da Silva. A Cidadania no cotidiano: estratégias e culturas políticas na Primeira República. In: VISCARDI & OLIVEIRA (Org.). *À margem do Caminho Novo*: Experiências populares em Juiz de Fora. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: A Ação da Maçonaria Brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

_____. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada & Independência do Brasil (1790 – 1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006.

BARTH, Frederik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BIONDI, Luigi. Associativismo e militância política dos italianos em Minas Gerais na Primeira República: um olhar comparativo. In: *Revista Locus: Dossiê de Imigração*. Juiz de Fora, v 15, n. 1, 2009.

_____. *Classe e nação: Trabalhadores e Socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

CAPPELLI, Vittorio. Imigração italiana e empreendedorismo no Brasil: Dois estudos de caso. In: FAY, Claudia Musa, RUGGIERO, Antonio de (Org.). *Imigrantes Empreendedores na História do Brasil: Estudos de Casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

CAPPELLIN, Paola e GIULIANI, Gian Mario. Imagens culturais italianas nos estilos empresariais brasileiros. In: *Revista Locus: Dossiê de Imigração*. Juiz de Fora, v 15, n. 1, 2009.

CARNIERI, Christopher Augusto. *A italianidade em movimento: travessias e olhares*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Curitiba, UFPR, 2013.

CASTRO, Boanerges Barbosa de. *Diálogos Maçônicos*. Juiz de Fora, 2002.

CASTRO, Giane de Souza. *A Cruz e o Compasso: O conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no contexto da Reforma Católica Ultramontana em Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). UFJF, Juiz de Fora, 2008.

_____. No compasso da Sociabilidade: a utilização do conceito de sociabilidade em um estudo sobre a maçonaria. In: BARBOSA, S. M.; BARATA, A. M.; CANO, J. *Anais do I Seminário Dimensões da Política na História: Estado, Nação, Império*. PPGHis UFJF: Juiz de Fora, 2007.

CAVALIERI, Daniel Gonçalves. *Os imigrantes italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte: identidade e sociabilidade (1897-1942)*. (Dissertação de mestrado) UFOP. Mariana, 2011.

CHRISTO, Maraliz de Castro. Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão. In: BORGES, Célia Maria (org.) *Solidariedades e Conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Redes sociais e ocupação de espaços econômicos: Imigrantes italianos em Porto Alegre. In: FAY, Claudia Musa;

RUGGIERO, Antonio de (Org.). *Imigrantes Empreendedores na História do Brasil: Estudos de Casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

CONTI, Fulvio. As Lojas Maçônicas Italianas na América Latina e o Mito de Garibaldi. In: CONSTANTINO, Núncia Santoro de; FAY, Cláudia Musa (Orgs.). *Garibaldi, História e literatura: Perspectivas internacionais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

CUNHA, Mafalda Soares da. Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.), *Na Trama das Redes. Política e negócios no Império Português. Séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2010, p. 117-154.

DORNELLES, Laura de Leão. Risorgimento e Revolução: o ideário Mazziniano no movimento da Farroupilha. In: CONSTANTINO, Núncia Santoro de, FAY, Claudia Musa (Orgs.). *Garibaldi, História e Literatura: Perspectivas internacionais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

ESTEVES, A. & LAGE, O. V. B. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1915.

FAY, Cláudia Musa. Garibaldi: Viagens Intercontinentais. In: CONSTANTINO, Núncia Santoro de; FAY, Claudia Musa (Orgs.). *Garibaldi, História e Literatura: Perspectivas internacionais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

FEREZINI, Valéria Leão. *A “Questão São Roque”: Devoção e Conflito, Imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902-1920)*. Dissertação (Mestrado em História). UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Italianos e a Casa d'Italia de Juiz de Fora. In: *Revista Locis: Dossiê de Imigração*. Juiz de Fora, v 15, n. 1, 2009.

FRANZINA, Emilio. Parábolas empreendedoras, culturas territoriais e imigração italiana no Brasil entre 1800 e 1900. In: FAY, Claudia Musa; RUGGIERO, Antonio de (Org.). *Imigrantes Empreendedores na História do Brasil: Estudos de Casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

FILHO, J. Procópio. *Salvo Erros ou Omissão: gente juiz-forana*. Juiz de Fora: 1979.

GABURRI, José, A. D. *História da Loja Maçônica Benso di Cavour*. Disponível em <<http://www.bensodicavour.org.br/index.php>> Acesso em 28 de abr. de 12.

GASPARETTO Júnior, Antonio. *Direitos Sociais em Perspectiva: Seguridade, Sociabilidade e Identidade nas Mutuais de Imigrantes em Juiz de Fora (1872 - 1930)*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GENOVEZ, Patrícia Falco. *As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na metade do século XIX*. (Dissertação de Mestrado). Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF. 1996.

GERTZ, René. Imigração e empreendedorismo industrial no Rio Grande do Sul. In: FAY, Claudia Musa; RUGGIERO, Antonio de (Org.). *Imigrantes Empreendedores na História do Brasil: Estudos de Casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

GOMES, Andrea Cabral de Souza et al. A história da língua italiana e sua escolha dentre tantas possibilidades. Disponível em <<http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/viewFile/33/78>> Acesso em 21 de jan. de 2017.

GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____. *O Ressurgimento e a unificação da Itália*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2011.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das tradições*. São Paulo – SP: Editora Paz e Terra, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital (1848-1875)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012.

_____. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

IANNI, Constantino. *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.

JALLET, Annita Garibaldi. Garibaldi entre Mazzini e Sant-simon a formação do jovem marinheiro antes de 1835. In: CONSTANTINO, Núncia Santoro de; FAY, Claudia Musa (Orgs.). *Garibaldi, História e Literatura: Perspectivas internacionais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

JESUS, Ronaldo Pereira de. História e Historiografia do fenômeno associativo no Brasil Monárquico (1860-1887). In: ALMEIDA, C.M.C.; OLIVEIRA, M.R. (Orgs). *Nome e Números: Alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2009, p. 65.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

LEIVA, Pilar Ponce & AMADORI, Arrigo. *Redes sociales y ejercicio del poder en la América Hispana: consideraciones teóricas y propuestas de análisis*, Revista Complutense de historia de América, vol. 34, 2008, p. 15-42.

LUCA, Tânia Regina de. As Sociedades de Socorro Mútuo italianas em São Paulo. In: BONI, Luiz A. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. Vol. II

MENDES, Sacchetta Ramos. Desígnios da Lei de Terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império In: *Cad. CRH*. vol. 22 nº. 55. Salvador, jan./apr. 2009.

MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, Capital e Poder: Políticas Públicas e Questão Urbana na Velha Manchester Mineira*. Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói, 1990.

MOLA, Aldo A. *Storia della Massoneria Italiana: Dalle origini ai nostri giorni*. Milano: Bompiani, 1994.

MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas 1889 – 1930*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1994.

MOREL, M. & SOUZA, F.J.O. *O poder da Maçonaria: A História de uma Sociedade Secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MOREL, Marco. “Sociabilidade entre Luzes e Sombras: Apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.28, p. 5, 2001.

MUANIS, Geraldo. *Renato José Abramo: O Engenheiro que gosta de ensinar*. Juiz de Fora: Templo, 2012.

NAVA, Pedro. *Baú de ossos: Memórias I*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1983.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP, 1981, pp. 07-28. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>

OLENDER, Marcos. Juiz de Fora e seu patrimônio arquitetônico. In: VISCARDI & OLIVEIRA (Org.). *Vivendo a história: Novas pesquisas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

_____. *Ornamento, ponto e nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011.

_____. Pedra militar da nossa arte e da nossa estirpe: A Casa d’Italia de Juiz de Fora. In: *Revista Locus: Dossiê de Imigração*. Juiz de Fora, v 15, n. 1, 2009.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro – *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) Niterói, UFF, 1991.

_____. *Imigração e Industrialização: os italianos em Juiz de Fora – MG (1888 - 1920)*. In: BONI, Luiz A. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. Vol. III.

OLIVEIRA, Paulino. *Efemérides Juizforanas (1698 - 1965)*. Juiz de Fora: UFJF, 1975.

_____. *História de Juiz de Fora*. Juiz de fora: 1966.

PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora 1889-1930*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.

_____. Do café à indústria e um pouco além: Juiz de Fora (1850 - 1930). In: VISCARDI & OLIVEIRA (Org.). *Vivendo a história: Novas pesquisas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

POLLAK, Michael. Memória e identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: 1992, vol.5.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3ed, Rio de Janeiro, FGV, 2002.

QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de. La « sociabilidad » y la historia política. In.: *Nuevo Mundo*. 2008, p.11.

RIBEIRO, Luaê Carregari Carneiro. A Maçonaria e a formação do Partido Republicano Paulista. In.: SILVA, Michel (Org.). *Maçonaria no Brasil: História, política e sociabilidade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

RUGGIERO, Antonio de. Os empreendedores toscanos do mármore nas cidades brasileiras (1875 - 1914). In: FAY, Claudia Musa; RUGGIERO, Antonio de (Org.). *Imigrantes Empreendedores na História do Brasil: Estudos de Casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

SANTOS, Bruna Melo dos. *O Correio Braziliense: Um olhar sobre a sociabilidade maçônica*. In: *REHMLAC*. Vol. 5, n 1, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMMEL, Georg. A Sociologia do segredo e das sociedades secretas. In: *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis: EDUFSC, 2009. Vol 43, nº1.

_____. Sociabilidade – Um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. O Estrangeiro. In *RBSE*. Vol. 4, nº 12, 2005.

SIQUEIRA, Jesana Lílian. *Modernismo Mineiro: Sociabilidade e produção intelectual na década de 1920*. (Dissertação de Mestrado). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Organização, Preceito e Elementos da Cultura Maçônica: Fundamentos para a introdução aos estudos da Maçonaria. In: SILVA, Michel (Org.). *Maçonaria no Brasil: História, política e sociabilidade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

TEXEIRA, Rosane Siqueira. Nacionalismo-Fascismo-italianidade. In: *Revista Locus*. Dossiê de Imigração. Juiz de Fora: Ed. UFJF Vol. 1, n. 1, 2009.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

TRUZZI, Oswaldo; SACOMANO NETO, Mario. Redes, Migrações e economia Étnica na experiência paulista. In: FAY, Claudia Musa; RUGGIERO, Antonio de (Org.). *Imigrantes Empreendedores na História do Brasil: Estudos de Casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. In: *Tempo Social: revista de sociologia da USP*. São Paulo: 2008. V:20, n:1, p. 199 – 218.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: UNB, 1981.

VISCARDI, Cláudia M. R. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, C.M.C.; OLIVEIRA, M.R. (Orgs). *Nome e Números: Alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

_____. As Relações Públicas e Privadas: Mutualismo e Filantropia no Brasil. In: *Anais do XXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social*. Porto: 2009.

_____. Experiências da prática associativa no Brasil (1860 - 1880). In: *Topoi*. V. 9, n 16, p.126 – 128, 2008.

_____. Leis sociais e cidadania na Primeira República: o direito de associação. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, 2011.

_____. Mutualismo e Filantropia. In: *Revista Locus*, Juiz de Fora, v 1, n. 1, 1995.

_____. O Estudo do mutualismo: Algumas considerações historiográficas e metodológicas. In: *Revista Mundo do Trabalho*, vol.2 n 4, p. 33, 2010.

ZERON, C. A Cidadania em Florença e Salamanca. In: PINSKY, Jaime. *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.